



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL UFC/UNILAB**

MESSIAS DOUGLAS COELHO PESSOA

**O PESSOAL DO CEARÁ:
A MOBILIZAÇÃO DAS PESSOAS E DO MOVIMENTO NACIONAL DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA**

REDENÇÃO

2021

MESSIAS DOUGLAS COELHO PESSOA

O PESSOAL DO CEARÁ:
A MOBILIZAÇÃO DAS PESSOAS E DO MOVIMENTO NACIONAL DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora.

REDENÇÃO

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Pessoa, Messias Douglas Coelho.

P567p

O pessoal do Ceará: a mobilização das pessoas e do movimento nacional da população em situação de rua em Fortaleza / Messias Douglas Coelho Pessoa. - Redenção, 2021.

122f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora.

1. Movimentos sociais. 2. Pessoas em situação de rua. 3. Etnografia. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 302

MESSIAS DOUGLAS COELHO PESSOA

O PESSOAL DO CEARÁ:
A MOBILIZAÇÃO DAS PESSOAS E DO MOVIMENTO NACIONAL DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Aprovado em: 01/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Britto Pólvora (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB)

Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Aos meus pais e família, sem eles eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos representantes no Ceará do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, pela paciência, atenção e por todo o apoio para com a minha pesquisa. Arlindo Ferreira, Monalisa, Josivan Silva, Rodrigo Donário, Serena Silva, José Almir, Vanilson Torres, Wagner Gonçalves, nomes de pessoas que conheci durante o curso de etnografia, e que ficarão para sempre em meu coração.

Também sou grato a todos os que trabalham com pessoas em situação de rua na capital cearense: à Fernanda, da Pastoral do povo da rua, por me abrir as portas da Casa do povo da rua. Agradeço à Lídia Valesca, por sua atenção ao me apresentar a casa da sopa, por dividir seu tempo para me ouvir em diversos momentos da pesquisa, sobre temas da etnografia. Ao Frei Naílson, por me convidar constantemente para uma luta mais ativa e militante na pauta das pessoas em situação de rua.

Agradeço também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio e assistência. Sou grato à então procuradora do Ministério Público do Ceará, Giovana Melo Araújo, por me convidar, junto com os militantes, para reuniões e encontros com instituições estatais. À Magda Ximenes e Francisco Ibiapina, por me convidarem a acessar o Estado ainda mais, via comitês e encontros, acompanhando o grupo em situação e superação de rua.

Como parte fundamental no processo, também sou grato aos meus amigos e amigas do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia Social: Juliana Chagas, Janice Trajano, Karlene Andrade e Dingana Faia Amona, por dividirem um pouco do seu tempo para compartilhar experiências das suas pesquisas, assim como para me ouvir. Sou grato a professores como Rafael Antunes, Violeta Holanda, Vera Rodrigues que sempre me apoiaram desde o início do curso até o último momento. Também agradeço ao zelo e atenção da minha família, bem como minha orientadora, Jacqueline Britto Pólvora, pelo tempo dedicado.

“O conhecimento nos faz responsáveis”
(Ernesto Che Guevara).

RESUMO

Esta dissertação constitui-se em uma etnografia sobre a atuação política de pessoas em situação e superação de rua. Objetivo mostrar a dinâmica das pessoas em tal situação e o Movimento Nacional da População de Rua em Fortaleza, Ceará. O estudo propõe multiplicar um trecho do difícil universo das ruas da capital cearense, que funciona em contraposição como combustível para a luta política desses indivíduos por melhores condições de uma vida digna. Desse modo, analiso a forma pela qual grupos em extrema vulnerabilidade se organizam, como se apropriam da militância – que se revela imprescindível para a sobrevivência dessas pessoas –, por exemplo, na conquista de políticas públicas a elas destinadas e formuladas pelo Estado. Em razão do método dialógico empregado diretamente com os parceiros de campo, poder-se-ia observar fenômenos outros como o da superação de rua. O método etnográfico constitui em um procedimento teórico adequado, pois evidencia a difícil realidade a que está submetida uma quantidade expressiva de pessoas, além tornar compreensível o combustível da militância, não apenas dando voz ao grupo historicamente excluído, mas também multiplicando-as através da escrita. O movimento social da população em situação de rua na capital cearense é mais (do) que um espaço de embates contra antagonistas, de luta por políticas públicas, é uma forma dos militantes encontrarem seu espaço; ele — o movimento — é a inscrição para buscar dias melhores, é um norte para os militantes seguirem, a fim de um bem coletivo em prol da superação de rua.

Palavras-chave: movimentos sociais; pessoas em situação de rua; etnografia.

ABSTRACT

This ethnographic work is about the political action of unhoused people and people transitioning to be housed. It aims to analyze the dynamics of unhoused people together with the National Movement of the Street Population, in Fortaleza, Ceará, Brazil. It analyzes the way in which groups in extreme vulnerability organize themselves. Also it wants to understand how their activism is important for their lives so that they can push the State for public policies and get some legibility to their world. This research is done dialogically with some of these persons, which allowed me to observe the transition to be housed. The ethnographic method gave me the necessary immersion to learn about part of this difficult reality, as well as to understand the strength of activism, not by giving voice to the historically excluded group, but by multiplying them through this writing. The social movement of the unhoused population in Fortaleza is more than a space of clashes between antagonist people or a space for the struggle for public policies. It is a way for activists to find their space. This movement marks the struggle for better days as it is a way for activists to seek a better collective response in favor of overcoming the streets.

Keywords: social movements; unhoused people; ethnography.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** – Arlindo, Tiago e parte do pessoal do Movimento no Ceará, no Seminário Estadual de Políticas Públicas para a População em situação de rua no Ceará – Caucaia/CE. 16
- Imagem 2** – Vanilson Torres, liderança do MNPR-RN durante evento na Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE 39
- Imagem 3** – Demontier Costa, Francisco, Lucilene e Alex segurando cartaz no 25º Grito dos Excluídos – Fortaleza/CE..... 44
- Imagem 4** – Da esquerda para direita: Fabiano, Eu, Arlindo, Edson, a então vereadora Larissa Gaspar e Almir no 25º Grito dos Excluídos – Fortaleza/CE..... 69
- Imagem 5** – Quadros pintados por Josivan Silva e a bandeira do MNPR - Fortaleza/CE.... 71
- Imagem 6** – Mesa de Abertura do Seminário Estadual de Políticas Públicas para a população em situação de rua, com Arlindo, Frei Naílson, Irmã Inês, Ibiapina, Luanna, Renato Roseno e outros – Caucaia /CE 77
- Imagem 7** – Evento em alusão aos dez anos da Política Nacional para a População em situação de rua, no auditório do Ministério Público do Ceará – Fortaleza/CE. 79
- Imagem 8** – Reunião ordinária do CEPOP em 09/09/19 – Fortaleza/CE 87
- Imagem 9** – Cartaz de divulgação do Seminário Estadual – Fortaleza /CE 93
- Imagem 10** – Encontro na Casa do Povo da Rua – Fortaleza /CE..... 95
- Imagem 11** – Visita de militantes do MNPR ao Nosso Lar São Francisco de Assis – Fortaleza/CE 99
- Imagem 12** – Grupo Espírita Casa da Sopa distribuindo cestas básicas para pessoas em situação e superação de rua durante a pandemia - Fortaleza/CE..... 101
- Imagem 13** – Desfile do “Bloco do Papelão” homenageando o Seu Pirrita no Carnaval de Fortaleza de 2020 – Fortaleza /CE..... 106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A PESQUISA DE CAMPO: REFLEXÕES SOBRE ALTERIDADE E ESTAR NO MEIO	16
2.1	O lugar do pesquisador no campo e a Antropologia com as Populações em Situação e superação de rua	32
2.2	As cartas na mesa	40
3	O ONTEM E HOJE: A SITUAÇÃO E SUPERAÇÃO DE RUA	44
3.1	O ontem	46
3.2	O hoje	51
3.2.1	<i>As pessoas em situação de rua no centro de Fortaleza</i>	52
3.2.2	<i>As pessoas em superação de rua em Fortaleza</i>	59
3.2.3	<i>A cara do MNPR em Fortaleza, Ceará</i>	63
3.2.3.1	<i>José Almir</i>	65
3.2.3.2	<i>Fabiano</i>	66
3.2.3.3	<i>Tiago</i>	67
3.2.3.4	<i>Arlindo Ferreira</i>	68
3.2.3.5	<i>Josivan Silva</i>	69
3.2.3.6	<i>Rodrigo</i>	71
3.2.3.7	<i>Serena Silva</i>	72
3.2.3.8	<i>Monalisa</i>	73
3.3	As pessoas, ruas, casas e passagens	73
4	O MOVIMENTO EM MOVIMENTO	77
4.1	O Pessoal do Ceará: A articulação do Movimento na capital cearense	78
4.2	O Movimento e os espaços de debate estatais	84
4.2.1	<i>O Comitê Estadual de Políticas Públicas Para Pessoas em Situação de Rua (CEPOP)</i>	87
4.2.2	<i>Os encontros eventuais</i>	90
4.3	O movimento e a rede de proteção às pessoas em situação de rua em Fortaleza	95
4.4	O Movimento em ação	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	111

ANEXO A – CARTA DO MNPR-CE, LIDA POR JOSIVAN SILVA, NO EVENTO DO MPCE EM ALUSÃO AOS 10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	119
ANEXO B – ESTOUROU BRASIL! POEMA DE WAGNER GONÇALVES.	121

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho analiso a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas as pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza e a consequente superação desta condição por intermédio da mobilização política. Em particular, no âmbito do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará (MNPR – CE), inquire-se como um movimento composto por pessoas em situação de rua realiza suas reivindicações na capital cearense? O que leva as pessoas em situação de rua vincular-se ao “movimento”¹?

Importa aqui salientar minha vivência de campo na companhia dos militantes que representam entidades atuantes na defesa das pessoas em situação de rua. Da relação pessoas – “movimento”, procuro esclarecer conceitos e fragmentos das experiências dessas pessoas, a fim de observar a importância do MNPR-CE no seio de um segmento social cuja história é marcada pela exclusão, razão pela qual recorre ao Estado por mudanças. Ou seja, desenvolvi um estudo via observação participante e militante, seguindo os atores, por vezes na rua, nas praças de Fortaleza e, em outros momentos, nos espaços destinados ao debate. No início de cada capítulo utilizo fotografias para que sejam mostrados os rostos do “Pessoal do Ceará”. O “movimento” é o termo ênico empregado para se referir ao coletivo social organizado na capital cearense.

Procuro trabalhar, em pormenor, a dinâmica política e as nem sempre evidentes articulações a ela subjacentes, no que diz respeito a elaboração de políticas públicas junto ao Estado, ente legitimamente constituído. Desse modo, no segundo capítulo, além de estabelecer um diálogo com alguns teóricos que se ocuparam com a temática dos chamados movimentos sociais, também exponho minha propositada condição de “estar no meio”.

Na condição de antropólogo periférico, fui de tal forma “afetado” pelos discursos e dificuldades pelas quais passam pessoas em situação de rua, que assumi um posicionamento de igual modo militante na luta e defesa do grupo que facilmente me abraçou. A adesão à luta política envolve componentes que incluem a dor, as narrativas impactantes e desencadeadoras de um profundo senso de luta, não obstante faz brotar o ideal de florescimento humano refletido nos parceiros e nas inevitáveis alianças norteadoras do jogo político da vida. Essa miríade aspectual estava ali diante de mim, construída pelos sujeitos por intermédio do movimento social do qual passei, naquele momento, a fazer parte.

Nas páginas seguintes, almejo uma análise explícita do MNPR – CE baseada nos relatos expressos a mim pelos representantes do “movimento” e nas orientações, de caráter

¹ Ao longo do texto, duas são as denominações referentes ao Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará: “movimento” ou o acrônimo MNPR – CE.

institucional como se vê, que concomitantemente recebia de minha orientadora. Com efeito, mostrei seus nomes, lutas, desejos, dificuldades, lugares de atuação, e suas diversas formas de se mobilizar. Ocasionalmente os nomes ou relatos são ocultadas, mas de forma constante, busco “dar uma cara” ao coletivo social do Ceará, não pela mera ação de “dar voz”, mas multiplicá-las através da escrita, tanto quanto possível for.

A pesquisa possuiu dois momentos totalmente distintos, nomeadamente o antes e ao longo da pandemia, pelo que havia constantes reuniões, sempre realizadas com as pessoas em situação e superação, mas que foram cessadas em razão das medidas de isolamento social propostas pela administração estadual, que criaram, por sua vez, uma inédita e nova dinâmica nas relações sociais.

Com efeito, ao longo do segundo capítulo, distingo teóricos que constituem a Antropologia clássica, isto é, a vertente na qual pode ser desenvolvido o estudo da condição humana de uma dada população em situação de rua. Alguns analisam aspectos associados a tal fenômeno nomeadamente os modos de existência e resistência, bem como as individualidades permeadas nos espaços urbanos. Uma outra corrente de autores opta por descrever as regras subjacentes à realidade dessas pessoas baseados naquilo que se convencionou chamar o sistema da rua. E há aqueles que enfatizam a interrelação da vida na rua e a militância, tal qual pode ser evidenciada pelos movimentos sociais, em particular, o MNPR da capital cearense.

A partir destas correntes, mas não restrito a elas, no presente estudo não teço a mera reflexão sobre indivíduos ou os coletivos sociais, mas analiso a relação estabelecida entre as pessoas e o “movimento”. Não obstante apresentadas as condições e motivações atinentes ao estudo, procurei fazer uso de uma historiografia, a fim de articular o argumento histórico dos indesejáveis no Brasil, em particular, no Ceará, em razão dos frequentes deslocamentos de retirantes das secas para a capital, que foram preteridos pelo aparato estatal, fato esse que reverbera ainda hoje nas pessoas em situação e superação de rua.

Apesar de gritantes e cada vez acentuadas, a exclusão e a desigualdade sociais no Brasil não são problemáticas recentes. No capítulo três, faço uma retrospectiva histórica na qual evidencio a exclusão como *modus operandi* de uma elite nacional e regional, dos históricos excluídos retirantes das secas no Ceará, que durante anos e anos de estiagem, buscaram abrigo em Fortaleza. Não raras foram as vezes em que esse contingente ficou amontoado (aglomerado) em um ambiente altamente concentrado, mas periférico ao Estado, configurando-se desse modo a negação do direito à cidade.

Convém salientar que já naquele período, havia mobilizações políticas. Herdeiros diretos dessa indiscutível exclusão histórica perpetrada pelo Estado, atualmente as pessoas em

situação e superação de rua também buscam se mobilizar, desde que antes resistam em seus espaços, a fim de garantir a sobrevivência em face das diversas formas de driblar a selva capitalista característica do contexto atual.

Se o ontem foi marcado por um cenário de exclusão e negação, porque muitas pessoas nem mesmo tinham acesso à cidade – outras tantas ficaram presas em abarracamentos e campos de concentração –, no cenário atual, é evidenciada a chegada de pessoas à capital cearense, mas cuja vivência é uma vez mais baseada numa série de arranjos e rearranjos individuais, nomeadamente de urgências que dizem respeito a seus trajetos, seus códigos e um conjunto de regras específicas que regem a conduta na situação de rua e que constituem o sistema da rua, ou seja, termo usado pelos sujeitos para se referir as normas a serem seguidas e ao modo próprio de viver de cada um.

Portanto, o hoje é formado por excluídos e os incluídos pela metade. A superação de rua é uma categoria em constante relação com a situação de rua. São pessoas que conseguem um teto temporário, mas que dependem dos trajetos anteriores para sobreviver. Indivíduos que são politicamente absorvidos pela metade e acabam frequentemente tendo que viver anos e anos na chamada categoria de situação e superação de rua.

No quarto capítulo, destaco a militância em prol daqueles que se movimentam em Fortaleza, que exige da parte do Estado a garantia da superação plena de todas as pessoas em situação de rua. Também neste capítulo, falo do que chamo de rede de proteção a pessoas em situação de rua no Ceará. Um grupo muito bem articulado, que alinhado ao “movimento”, busca mudanças nas políticas públicas para as pessoas em situação e superação na capital cearense. O grupo ocupa junto com o movimento, os espaços de debate na capital cearense.

A propósito, a expressão “Pessoal do Ceará”, que integra o título desta dissertação, recupera um importante movimento cultural cearense de meados dos anos 1960 denominado “Pessoal do Ceará”. Compunham-no grandes nomes do cenário artístico cearense, a saber: Belchior, Ednardo, Fagner, Amelinha além de compositores, universitários e notáveis artistas do contexto regional. Entretanto, no presente estudo, a expressão toma uma conotação diferente significando a luta das pessoas em situação e superação de Fortaleza. Apesar da maioria ser oriunda da capital cearense, nem todos os militantes são cearenses, mas sua atuação enquanto movimento social se construiu em solo cearense.

O “Pessoal do Ceará” também é uma referência dada por militantes do MNPR de outros estados aos militantes do movimento social que atuam em solo cearense. Pessoas essas que são movidas à base de esperança por dias melhores para toda uma coletividade. Nos caminhos da sua militância, para o caminho de todo um segmento historicamente excluído,

muitos do “pessoal do Ceará” encontraram seu próprio caminho e motivações para a superação de rua.

2 A PESQUISA DE CAMPO: REFLEXÕES SOBRE ALTERIDADE E ESTAR NO MEIO

Imagem 1 - Arlindo, Tiago e parte do pessoal do Movimento no Ceará, no Seminário Estadual de Políticas Públicas para a População em situação de rua no Ceará – Caucaia/CE.



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

Não somos lixo!

Não somos lixo e nem bicho. Somos humanos.

Se na rua estamos é porque nos desencontramos.

Não somos bicho e nem lixo. Nós somos anjos, não somos o mal.

Nós somos arcanjos no juízo final. Nós pensamos e agimos, calamos e gritamos.

Ouvimos o silêncio cortante dos que afirmam serem santos.

Não somos lixo. Será que temos alegria? Às vezes sim

Temos com certeza o pranto, a embriaguez.

A lucidez dos sonhos da filosofia

Não somos profanos, somos humanos.

Somos filósofos que escrevem suas memórias nos universos diversos urbanos.

A selva capitalista joga seus chacais sobre nós.

Não somos bicho nem lixo, temos voz.

Por dentro da caótica selva, somos vistos como fantasmas. Existem aqueles que se assustam.

Não somos mortos, estamos vivos. Andamos em labirintos. Dependendo de nossos instintos.

Somos humanos nas ruas, não somos lixo.

(Carlos Eduardo/Militante do MNPR - BA).

A etnografia, a seguir, propõe pensar parte da população em situação e superação em Fortaleza, as pessoas e o movimento, no exercício da cidadania, bem como a atuação política junto ao movimento social. Além de pensar especificamente na rotina, trajetos e corporeidade, nesta pesquisa analiso o perfil deste coletivo social sob o viés dos movimentos sociais, uma coletividade proposta por indivíduos.

O estudo proposto busca uma lente diferenciada para os fatos, que são as pessoas em situação de rua e os coletivos sociais. Para além de dar voz ao grupo, movido pela luta, unindo-me ao grupo, meu maior objetivo é multiplicar seus timbres a partir da escrita nos termos de Viveiros de Castro (2002). Inspiro-me na sugestão de Geertz (2008, p. 18) segundo a qual “os estudos constroem-se sobre outros estudos não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhores informadas e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas”.

Vale lembrar que em 2020, durante o desenrolar da pesquisa de campo, o mundo passou por uma pandemia do novo Coronavírus e a doença COVID-19 assombrou com inúmeras mortes. Os primeiros sinais da doença datam de dezembro de 2019, nas regiões da China, posteriormente, em março de 2020, foi declarada pandemia mundial e não tardou a chegar no Brasil. Aliando-se ao negacionismo chefiado por autoridades federais e comprado por uma minoria de “cidadãos de bem”, a COVID-19 em solo nacional possuiu números de contágios e óbitos que aumentam diariamente.

Sem medidas eficazes como a vacina ou um tratamento medicamentoso específico, há uma alta capacidade de contágio, conseqüente rapidez na expansão global e elevada letalidade. Com isso, as estratégias de prevenção e controle se concentram, principalmente, no resgate de medidas tradicionais e seculares da saúde pública como: quarentena, barreiras sanitárias, isolamento/confinamento e distanciamento social, somadas às medidas higiênicas, dentre outras (W.H.O. apud FREITAS e PENHA, 2020, p. 37).

As orientações dos boletins oficiais geralmente pediam a permanência das pessoas em suas residências para evitar o contágio do vírus. Não existia remédio para o inimigo invisível, mesmo que algumas autoridades públicas insistissem o contrário. A quarentena e o isolamento em casa eram a única solução de controle do novo Coronavírus e suas ondas de contágio.

Todos nós que temos casa fixa, provavelmente temos um lugar para voltar, tomar um banho, fazer uma refeição entre outras coisas. Contudo, as pessoas em situação de rua, por estarem nesta condição, formam um grupo extremamente vulnerável a todo tipo de violência, sejam elas visíveis, como negação de direitos e a violência policial, dentre outras; ou até as violências invisíveis, quando o Estado deixa os grupos desamparados para serem atacados por vírus, bactérias, entre outras ameaças à saúde, que podem causar doenças devastadoras, tais

como a COVID-19 ou até mesmo a tuberculose, enfermidade constantemente presente no universo das ruas.

As orientações oficiais dos boletins epidemiológicos nos revelaram o outro lado, os que são deixados para morrer pelo Estado, a partir de uma necropolítica — mais uma vez — da máquina pública mostrar sua soberania a partir da morte (MBEMBE, 2016). Diferentemente do que outras autoridades públicas diziam, o novo Coronavírus chegou a vários “moradores de rua”, mas as estatísticas brasileiras ficaram centradas apenas a quem possuía um teto, mesmo que temporariamente, os dados oficiais não deram conta de pessoas que de fato pernoitavam nas ruas. O aumento de mortes, junto com o número de casos, também trouxe consigo um enorme quantitativo de subnotificações de óbitos.

O vírus fez o país refém, na medida em que foi mostrando, aos poucos, mais um capítulo de uma gestão irresponsável por parte do governo federal, que foi um dos responsáveis a estimular a quebra da quarentena, incentivando pessoas a driblarem as medidas de isolamento, por vezes subestimando o vírus e lamentavelmente, escondendo — mesmo que por alguns dias — o número total de mortos no Brasil.

“Na cadeia da exclusão, nós somos os primeiros” dizia um dos principais sujeitos da pesquisa, Arlindo Ferreira; a frase sempre revelava sua verdade banhada em crueldade. De acordo com o desenrolar da pesquisa, quando observamos os planos de combate à pandemia serem voltados a um lado da população, e o outro jogado nas praças e ruas das capitais brasileiras, com idosos, crianças e entre outras pessoas de todas as faixas etárias que mais sofrem — e morrem — com toda negligência estatal para com o segmento em situação de rua, que só após muito barulho, incluiu o grupo como prioritário na vacinação em meados de 2021. Em suma, as pessoas em situação de rua formam um grupo de esquecidos mas que lutam para serem vistos e lembrados.

Uma vasta literatura etnográfica explora a triste realidade das pessoas em situação de rua em diversos contextos na sociedade brasileira, analisando questões relacionadas ao universo familiar (SCOREL, 2000), laboral (OLIVEIRA, 2000), relacional, simbólico, material e afetivo; (RODRIGUES, 2005; MARTINEZ, 2011). Mais recentemente, a organização política dessa população através de movimentos sociais vem sendo objeto de esforços reflexivos no campo da Antropologia (MELO, 2011; LEMÕES DA SILVA, 2017).

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) foi fundado em 2005, após o doloroso massacre da Praça da Sé em 2004, em São Paulo, episódio que ceifou a vida de sete moradores em situação de rua em apenas quatro dias. Essas pessoas foram assassinadas enquanto dormiam, sendo os envolvidos seis policiais militares e um segurança particular.

A partir do lamentável episódio, as mobilizações políticas das pessoas em situação de rua passaram a reivindicar direitos básicos, prerrogativas historicamente válidas para grande parte da população. A coletividade veio para afirmá-los como sujeitos de direito, teoricamente reconhecidos na Constituição de 1988, exigem o direito à moradia, trabalho, segurança, saúde, e o direito de ir e vir.

O massacre da Praça da Sé é relatado como um evento considerado terrível, que deixa marcas inegáveis, marcando a memória e transformando a identidade de maneira irrevogável, assim como favorece o estabelecimento de relações de solidariedade entre os indivíduos que passam a compartilhar um sofrimento comum a partir do evento. (MELO, 2016, p. 57)

O MNPR, além de ter sido criado a partir da dor decorrente do massacre da Sé, foi fruto de um novo rearranjo político das pessoas em situação de rua ocorrido em meados dos anos 2000, junto com outros movimentos sociais, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e entre outros atores políticos que criaram o solo fértil para o nascimento de um novo coletivo. Segundo Costa (2007), a ideia do movimento composto de pessoas em situação de rua foi esboçada na capital de São Paulo, em meio ao “Seminário de Políticas Públicas”, em junho de 2005. Na ocasião, reuniram-se estudantes, ativistas, centrais sindicais e entre outros movimentos sociais em um auditório cedido pelo Sindicato dos Engenheiros no estado de São Paulo.

Em meio ao encontro, críticas foram lançadas à gestão e ao subprefeito convidado e presente no evento, Andrea Matarazzo, cuja gestão teria iniciado um processo de expulsão de pessoas em situação de rua da região central; o gestor também dificultou o trabalho de catadores de materiais recicláveis. Segundo Daniel de Lucca Reis Costa (2007), antropólogo presente no seminário, o antagonismo com a gestão municipal de São Paulo, assim como a memória de dor do Massacre da Sé, ocorrido havia meses atrás, foram capazes de gerar o sentimento de união entre o segmento vulnerável, ou seja, as pessoas em situação de rua passaram a buscar o protagonismo de suas reivindicações.

A partir da ideia do Movimento disseminada, outros encontros foram organizados. O “Ato contra o Massacre da População de rua”, em São Paulo, no dia 19 de agosto de 2005, contou com militantes do coletivo social, que viria a ser chamado de MNPR, além de outros líderes religiosos.

Setembro do ano de 2005, no IV Festival do Lixo e Cidadania, organizado pelo MNCR, ocorrido em Belo Horizonte, um novo rearranjo foi feito. O grupo que representava o segmento em situação de rua e fazia parte do Movimento dos Catadores conseguiu articular a ida de outras pessoas de igual condição ao encontro. Na ocasião, foi negociada uma identidade coletiva ao grupo em extrema vulnerabilidade, lançando assim o Movimento Nacional da

População em Situação de Rua. O Trecheiro, jornal de notícias sobre “o povo da rua”, impresso pelo coletivo Rede Rua de Comunicação, sediado na capital paulista, dedicou uma coluna para falar do festival, e do lançamento do MNPR.

No encerramento do 4 festival Lixo e Cidadania, no dia 9 de setembro, às 12:00, Sebastião Nicomedes, 37, Anderson Lopes, 29, e outras pessoas em situação de rua, lançaram o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua. Nicomedes, vestido com a bandeira do Brasil, comandou a o lançamento do movimento e com voz potente arrancou os aplausos dos catadores ao anunciar. “Nós estamos nesse momento, saibam autoridades, saibam os governos, saibam moradores de rua que se encontram embaixo de viaduto, nos unindo aos catadores e lançando o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua” (REDE RUA DE COMUNICAÇÃO, 2005, O Trecheiro nº 135, p.3)

Um ano após a sua fundação, o já criado MNPR organizou a 16ª edição do dia de luta do povo da rua em São Paulo, em 2006, mesmo com o apoio da Pastoral do Povo da Rua, Rede Rua e entre outras entidades. Quem tomou à frente e a liderança do evento tradicional foi o coletivo político recém-criado.

Segundo Costa (2007), o MNPR iniciou sua articulação nas cidades onde a Pastoral do povo da rua era mais atuante. Cidades como Belo Horizonte e São Paulo, esta última com a contribuição do Padre Júlio Lancellotti. Posteriormente o grupo passou a ter capilaridade no território nacional, não obstante em alguns lugares, a exemplo do Ceará, mais especificamente em Fortaleza. Os ventos que trouxeram a atuação do MNPR no Ceará foram acompanhados das atividades da Pastoral do povo da rua na capital cearense.

O MNPR foi o pioneiro na participação e defesa do protagonismo das pessoas em situação de rua. Mas em relação a organização política, quarenta anos atrás havia o Movimento nacional de meninos e meninas de rua (MNMMR). Fundado por entidades de defesa de crianças e adolescentes na década de 1980, o grupo surgiu como crítica à abordagem social dada a este grupo nas ruas, defendendo seguir a criança sua própria pedagogia e história. Machado (2017) observa o movimento fundado em 1982 como fundamental para origem da atuação (e criação) dos educadores sociais no Brasil, afinal estes seriam novos sujeitos capazes de buscar promover transformações sociais.

O grupo foi um dos vanguardistas da organização de pessoas em vulnerabilidade nas ruas no Brasil. Mesmo que sua instauração tenha sido feita por outros, estes objetivaram organizar uma parcela de jovens e menores em situação de vulnerabilidade. Após a fundação e atuação do MNMMR, houve o processo de redemocratização do estado brasileiro acompanhado de uma nova constituição, a Constituição Cidadã, que garantiu mudanças significativas nas políticas assistencialistas para a criação de políticas de assistência social. Graças a articulação popular do MNMMR na Constituinte, também se incluiu o artigo 227, que garante ser as

crianças e adolescentes prioridades absolutas no país. As políticas públicas deveriam ser direcionadas prioritariamente a este grupo:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

Semelhante à mobilização do MNMMR no decorrer da década de 1980, o MNPR seguiu num processo de mobilização social, desta vez anos mais tarde, em 2009, movimentação esta que culminou na aprovação do Decreto 7053, assinado pelo então Presidente Lula em 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. O documento assegura recursos federais para garantir que as pessoas em situação de rua consigam superar tal fase. Além de tentar mobilizar políticas públicas para o setor, o Decreto também traça definições à problemática da rua, também foi criado o Comitê Intersetorial para o acompanhamento das políticas, sendo sugerida a criação de comitês ou conselhos nos estados e municípios da Federação.

Em tempos de gradativa perda de direitos e cada vez mais alienação de suas de funções, tal representação é de grande importância para pensar em políticas públicas indicadas a este segmento da população. Assim, para além de um estudo que tenha em vista os corpos e percursos urbanos da situação de rua, minha partitura etnográfica me faz seguir o caminho de muitas das vezes — junto com os sujeitos — pensar políticas públicas para as pessoas em situação na cidade de Fortaleza. Segundo Silva (2010), o engajamento do pesquisador é característico dos estudos em ciências sociais no Brasil que abordam a temática dos movimentos sociais, comigo não foi diferente.

Uma das maiores problemáticas vinculadas à situação e superação é a sua forma de se mobilizar nos contextos citadinos. As etnografias relacionadas a mobilização social das pessoas em situação de rua evidenciam que estas estão em extrema vulnerabilidade. Lemões da Silva (2017, p. 39) ressalta predominantemente o coletivo é composto “pessoas matavam um leão por dia”. São pessoas que em um momento têm uma refeição e em outro não têm o que comer. Sujeitos cujos pertences pessoais podem caber dentro de uma sacola de supermercado, mochila ou um carrinho e que tentam se mobilizar, sobreviver e superar a situação nos contextos das cidades brasileiras.

As pessoas em situação de rua, assim como todo segmento urbano, são diversas (VELHO, 1987; CARDOSO, 1975). A diversidade de sujeitos é explorada nas etnografias sob o aspecto de pensar as suas corporalidades, trajetos e deslocamentos. Muito foi produzido nas ciências sociais brasileiras a respeito da população em situação de rua, como pretendo

demonstrar logo abaixo. A problemática que perpassa estes trabalhos incide sobre as reflexões a respeito das individualidades, dos corpos, da diversidade das formas de ocupar, experienciar e sobreviver nas ruas.

Historicamente, a literatura sobre pessoas em situação de rua se referia apenas a mendicância. A partir de meados dos anos 20 do século XX, Nels Anderson (1923) formulou, em Chicago, uma gama de estudos sociais urbanos, por exemplo, *The Hobo*, na base do qual observou o fenômeno dos desabrigados na cidade estadunidense. No estudo *The sociology of the homeless man*, o cientista social pôde verificar uma imprevisibilidade sobre a itinerância de grupos de pessoas: alguns partiam de zonas agrícolas em busca de trabalhos, outros viviam de pequenos bicos, geralmente mal remunerados e existia o grupo que vivia inteiramente da mendicância (ANDERSON *apud* HANNERZ, 2015).

Já no Brasil, em meados de 1970, Stoffels (1977) foi a responsável pelo primeiro estudo sobre moradores de rua em solo nacional. Tratando especificamente sobre as origens e a mendicância, a autora trouxe o tema para o debate na academia ainda num período complicado da história nacional, em uma época de inexistência da democracia brasileira. Entretanto, alguns trechos tornaram-se problemáticos por tratarem o segmento da população como um grupo desprovido de consciência de classe (STOFFELS, 1977) ou o simplesmente o universo da falta alimentando assim estereótipos históricos para as populações de ruas:

Esse caráter denunciativo das mazelas que cercam a vida nas ruas, apesar de sua importância, muitas vezes deixa escapar outro aspecto fundamental: os vínculos constituídos no universo das ruas, os mecanismos que os mantêm e a potência política que guardam as diferentes articulações engendradas no espaço público rumo à construção de territórios existenciais possíveis. Quando estas questões são negligenciadas, a tendência é que as reflexões tomem a rua a partir de um determinismo: sendo espaço de perigo, de abandono e de necessidade, não há visibilidade ao caráter inventivo dos que nela aventuram-se. (LEMÕES DA SILVA, 2014, p. 7)

Se por um lado, há mais de 40 anos, o que se tem como o primeiro estudo sobre situação de rua no Brasil, feito por Stoffels em 1977, foi capaz de expor o fenômeno, simultaneamente alimentar alguns estereótipos, como os citados acima. Posteriormente, com o advento da redemocratização, os estudos avançaram e passaram a existir literaturas que trabalhavam com vários outros aspectos da ocupação das ruas no país.

David de Oliveira (2000) apresenta a busca não concretizada para melhoria de vida como motivo para a ocupação das ruas, em seu estudo na capital brasileira. O autor observa a migração e as redes nas ruas de Brasília; muitos saíram de seus estados de origem parando em várias cidades, a fim de uma melhoria de vida que pudesse transcender sua individualidade, o que nem sempre se concretizara. Ademais, o autor observa que os migrantes em situação de rua sobreviviam no Distrito Federal à base de uma solidariedade entre os pares, unidos pela não

realização de suas finalidades, estes compartilhavam alimentos e formas de subsistência e refaziam seus sonhos constantemente.

Algumas pesquisas passaram a trabalhar com as seguintes motivações: as diversas causas que levam tantas pessoas de faixas etárias distintas a viverem na situação de rua. Trata-se de uma questão importante, vez ou outra me deparei com as histórias de desvinculação familiar, histórias de dores que aliadas a outros aspectos macrossociais foram capazes de incluir uma pessoa no universo das ruas. Sarah Escorel (2000) evidenciou o distanciamento familiar como uma peça-chave à ocupação das ruas no Rio de Janeiro, no final da década de 1990, percebendo que a territorialidade está intrinsecamente associada às necessidades. Em outras palavras, isso ocorre quando os sujeitos garantem sua manutenção da vida nas ruas por conta de seus espaços ocupados, seus trajetos.

Martinez (2011), em sua etnografia, precisou participar ativamente com o grupo, para adentrar e multiplicar as vivências dos sujeitos, a partir do estudo, revelou-se para a antropóloga uma “teoria nativa de deslocamento” (MARTINEZ, 2011, p. 14). Os trajetos para a pesquisa feita em São Carlos se tornaram evidentes, não havendo sujeitos fixos nos espaços públicos da cidade, eles viviam em fluxo. Vale ressaltar que a mobilidade e o fluxo das pessoas em situação de rua são uma das suas formas de sobrevivência. Em boa parte da literatura antropológica sobre pessoas em situação de rua, deparamo-nos com os demasiados trajetos percorridos diariamente pelos sujeitos. A fim de manter sua subsistência, muitos destes passam a se tornar nômades urbanos (MAGNI, 2006).

Contudo, havia aqueles, os chamados “pardais”, que se fixam nos pontos, nos “trechos”, termo utilizado por Mariana Martinez (2011) para se referir às praças. “Trecheiros” seriam pessoas que estariam no fluxo constante, caminhando entre as praças. Um ponto fundante de sua inserção e contato da pesquisadora com as pessoas em situação de rua foi ter de desenvolver atividades, a pedido do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade. Se o objetivo era observar e participar, ela teve que possuir um compromisso ético para com o coletivo, precisando dar o retorno tanto para o CREAS como para as pessoas em extrema vulnerabilidade presentes nas atividades propostas pela antropóloga no equipamento de assistência social.

A atividade proposta seria a exibição de um filme e um debate organizados pela antropóloga e uma educadora social. Ainda assim, Mariana Martinez conseguiu se desvincular da esfera institucional e acessou o universo das ruas pelo que aprendeu conceitos que ressaltam o trânsito destes atores na cidade.

Diante do exposto, um dos objetivos do trabalho é ver como as pessoas e o MNPR, no Ceará, reivindicam seus direitos e lutam por dignidade, ou seja, procuro escrever sobre a mobilização política destes sujeitos. Daí observo “as bancas e os trecheiros” como formas singulares de resistência de cunho político organizadas pelos atores: “as trajetórias de rua podem ser pensadas como formas de produzir vida e movimento, cujo ator age sobre sua trajetória assim como age, também, sobre o meio que o cerca” (MARTINEZ, 2011, p. 42). A etnografia de Martinez (2011) nos mostra como se dá a capacidade destes sujeitos em desafiar um padrão de vivência: ao se movimentarem, as pessoas acessam equipamentos institucionais, ora resistindo, ora buscando sair desta situação. Há sujeitos com suas individualidades nestes espaços, conceito também explorado por alguns trabalhos antropológicos.

Rodrigues (2005) e Frangella (2004) esclarecem como as corporalidades das ruas incidem sobre as individualidades de sujeitos. Em tempos de crise do social, apostar no indivíduo talvez me faria perder de vista as pessoas e o movimento, o diálogo da coletividade enquanto unidade política forte, unidos na luta por direitos, ocupando alguns setores estado. Mesmo sem naturalizar a questão, podemos pensar a situação de rua como uma forma de mundo possível (CASTRO, 2002) universo esse criado a partir de muita desigualdade social.

Frangella (2004), por exemplo, trabalha com a noção de que estes seriam “corpos urbanos errantes” produzidos pelo capital financeiro. As contribuições foram inteiramente válidas para a construção e denúncia de um grupo social que compõe uma “cidade invisível” (RODRIGUES, 2005, p.19) aos olhos das elites. Contudo, mais do que revelar micropolíticas individuais (HOLANDA, 2017), minha partitura etnográfica procura ao máximo apostar nos acordos do social em relação com os indivíduos, onde estes mobilizam a luta por direitos através do “movimento”.

Rodrigues (2005) utilizou alguns dados contestados pelo MNPR², que hoje trabalha com uma nova concepção para com as pessoas em situação de rua. A política cultural do movimento objetiva mudar o pensamento do social em relação a situação de rua. Uma das desconstruções é que boa parte destes não “passam o dia inteiro sem ter o que fazer” (2005, p. 19) e sim que, em sua maioria, cerca de 70,9%, eventualmente possuem alguma atividade remunerada, pessoas que lutam tentando se virar na selva capitalista diariamente, praticando as suas resistências cotidianas (SCOTT, 2011).

² Movimento Nacional da População de Rua – Cartilha Para Formação Política “Conhecer para lutar”. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em 04 out. 2017.

Boa parte da literatura referente à população em situação de rua incide sobre individualidades, sobre as resistências cotidianas dos sujeitos. A construção das etnografias foi estruturada a partir de narrativas provenientes das ruas em que pesem os trajetos, corporeidades ou sobre os conceitos aprendidos nas ruas. Mariana Martinez, em São Carlos (2011), Simone Frangella, em São Paulo (2004), Jorge Holanda (2017) e Pimentel Rodrigues, em Fortaleza (2005), são estudos importantes que mostram um grupo em invisibilidade para boa parte do social, incluindo a academia. Contudo, etnografias recentes atentam para a mobilização social dos sujeitos, ou seja, estas transcendem as individualidades e buscam compreendê-los a partir da mobilização política.

Um dos exercícios etnográficos foi feito por Daniel de Lucca Reis Costa (2007), Tiago Lemões (2017) e Tomás Henrique (2011), pesquisas que esboçam a perspectiva segundo a qual tais atores sociais sejam sujeitos ativos e cidadãos políticos, que buscam seus próprios direitos de forma coletiva através do movimento social da população em situação de rua.

Aprendemos com Strathern (2014) que alguns conceitos, antes não questionados, trouxeram impactos para além da academia. Se um dia foi pensado o social como uma superestrutura ou até mesmo uma abstração, a antropóloga inglesa nos apresenta as implicações políticas dos efeitos do conceito de sociedade como entidade, anterior à relação. Um dos maiores efeitos foi a construção da dicotomia sociedade *versus* indivíduo, que esteve presente boa parte da segunda metade do século XX, com implicações catastróficas nos discursos neoliberais sempre presentes na América Latina. O pêndulo teórico retratado pela autora não deve ser visto como um confronto (sociedade *vs* indivíduo), ambos sempre estão em relação.

Com efeito, remeto-me ao texto clássico da antropóloga britânica para ressaltar que historicamente existiram conceitos travestidos de neutros e inocentes, antes de abraçarmos o mundo com eles, eles nos abraçam e nos absorvem num futuro de proporções catastróficas. Holanda (2017) dedica-se a analisar as “micropolíticas individuais” de pessoas em situação de rua que em alguns momentos se opõem a uma coletividade, a fim de multiplicar vivências de pessoas que não se veem representadas no social, suas “micropolíticas individuais” baseadas fundamentalmente em “se virar” individualmente no “sistema rua”, é um prato cheio para disseminar uma verdade parcial (CLIFFORD, 2016) que tanto alimenta as ideologias neoliberais de um estado mínimo.

Argumento que trabalhar com tal segmento pela noção de sujeitos ativos é reconhecer que o social não se opõe às individualidades, nem o contrário, dado que estes sempre estão em relação (STRATHERN, 2014): as pessoas e o movimento ou a individualidade e o coletivo. O exercício que busco é trabalhar analiticamente como uma parte da população em

extrema vulnerabilidade, que em linhas gerais luta por seus direitos, articulando-se enquanto coletividades, resistindo e buscando pensar políticas públicas para todo social. Não desmereço o “sistema da rua”, é algo presente e será aqui trabalhado, inclusive ceifou a vida de alguns parceiros de campo e em outros deixou sequelas, contudo a rua não se resume ao seu sistema, resume-se a luta, resistência e sobrevivência.

Etnografias importantes que dialogam com a dinâmica da sobrevivência nas ruas e do MNPR são devidas ao antropólogo Tomás Melo. Em um de seus textos, Melo (2014) aborda especificamente uma das formas de obtenção de recursos nas ruas, o ato de “manguear”, que se configura como um método complexo, porém, eficaz de obtenção de recursos emergenciais. No contexto da capital cearense, aprendi na prática que o mangueio é uma forma bem eficiente, que vai além da conquista de recursos financeiros, mas de qualquer tipo de bem material.

O “mangueio” possui uma lógica própria que dribla os dados divulgados pelo MNPR a respeito da ocupação da situação de rua. Manguear não é pedir esmolas; é como explica Ivanir: “(e)nterar na mente para Afetar o psicológico” (MELO, 2014, p. 7). A partir das narrativas multiplicadas por Tomás Melo, o sucesso do mangueio garante uma boa quantidade de recursos financeiros aos seus praticantes. Neste sentido, pela etnografia de Rodrigues (2005), pode-se perceber a complexidade também que é a dinâmica de sair e superar a rua. Em ambos os trabalhos, observamos potenciais sujeitos com condições financeiras de sair da situação, mas por diversos motivos voltam para as ruas.

Busco pensar a atuação política dos atores deste grupo em vulnerabilidade. Hoje estes se reivindicam como sujeitos de direito, sob o viés do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), uma vez que o campo é um ambiente singular e algumas definições de levantamentos só servem para o seu próprio ambiente e temporalidades onde foram tidas tais experiências. Nesse sentido, quero compreender o problema social do acesso à moradia propriamente dito e também mostrar que tais atores urbanos não vivem apenas de suas construções corpóreas individuais de resistência e laços de solidariedade, assim como não vivem apenas de intervenções da sociedade civil.

Todos os estudos acima citados tiveram sua contribuição e foram importantes para a consolidação de um campo de estudo, a Antropologia sobre populações em situação e superação de rua. A denúncia da arquitetura antimendigo praticada na capital paulista (FRANGELLA, 2005), os trajetos, percursos e formas de organizar suas vivências particulares (RODRIGUES, 2005; MARTINEZ, 2011; HOLANDA, 2017). Contudo, busco seguir os atores no que tange suas redes de mobilização social.

Como já citado, o antropólogo Tomás Melo (2011), em sua etnografia de mestrado, em Curitiba, também se apoia na mobilização social. Sua pesquisa foi construída a partir de uma relação de amizade — companheirismo, semelhante a que consegui estabelecer com os sujeitos. Na sua pesquisa também é apresentada a Rede de mobilização que se estabelece entre o movimento social e o Estado. Além de uma atuação engajada do antropólogo, contribuindo com o MNPR, observa-se um coletivo muito bem articulado politicamente, organizando e participando de mobilizações sociais.

Tiago Lemões (2017), que em sua tese se ocupou do MNPR-RS, observou e militou nas redes de mobilizações do movimento social no contexto cidadão. Uma das grandes problemáticas que permeiam o trabalho do antropólogo é a busca pela representatividade ao Estado. Pessoas que historicamente foram negadas seu direito à vida, mas que se mobilizam, a etnografia alinha o conceito foucaultiano de “infâmia”, as vidas infames seriam aquelas cuja existência só se sabe por conta do contato com uma violência, um “excesso de malvadez” proporcionado pelo Estado:

Todas aquelas vidas, que estavam destinadas a passar ao lado de todo o discurso e a desaparecer sem nunca terem sido ditas, não puderam deixar traços — breves, incisivos, enigmáticos muitas vezes — senão em virtude do seu contacto momentâneo com o poder. (FOUCAULT, 1992, p. 100)

Na cidade de Natal, Marília Melo (2015) construiu uma etnografia do cotidiano de pessoas em situação de rua, buscando alinhar suas experiências com a mobilização local do coletivo na cidade de Natal. Junto a outras pesquisas, incluindo esta, na capital potiguar também se observa um caráter itinerante da população de rua, que seu processo de resistência é circular boa parte do território nacional.

A antropóloga seguiu os sujeitos em diversos momentos de seu cotidiano, suas práticas, as violências sofridas pelo Estado e sociedade civil, as violações institucionais fizeram com que o Conselho Estadual de Direitos Humanos de Rio Grande do Norte dialogasse com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a fim de se pensar ações de políticas públicas para o coletivo social. Junto com o diálogo com a academia, aconteceu em 2012 seminário “Vivências de Rua, sou (in)visível para você?”. O evento contou com Maria Lúcia, presente em terras potiguares, uma das representantes nacionais do MNPR, foi fundamental para a formação e surgimento da figura de Vanilson Torres, que durante a etnografia de Marília Melo (2015), mostrou-se uma liderança importante para o movimento social.

Na ocasião do estudo, a UFRN junto ao seu Centro de Referência de Direitos Humanos oferecia o suporte necessário para a articulação do movimento social em terras potiguares. O texto da antropóloga me foi recomendado por Vanilson Torres, um dos atuais

coordenadores do MNPR, um dos sujeitos do trabalho antropológico resultado da pesquisa etnográfica de Marília Melo (2015).

Através das leituras sempre me questioneei: como esse movimento social se articula? Quais são os antagonistas? Como pessoas que já estão na rua realizavam as suas mobilizações? Afinal, se tomarmos como exemplos de outros coletivos sociais, observamos formas comuns de se mobilizar enquanto coletivo. O movimento operário, os diversos movimentos feministas dentre outros movimentos identitários e de classe, todos estes possuem em comum sua forma de reivindicar direitos: ocupam as ruas, fazem longas manifestações com cartazes nas praças e avenidas da cidade, fazendo passeatas a fim de tornar visíveis suas reivindicações, mas e o MNPR? Como um movimento organizado por pessoas em situação de rua se organiza?

O MNPR, em suma, é composto por quem já ocupa a rua, ou seja, sua existência se dá por pessoas que já fazem sua resistência diária nos contextos urbanos. Em momentos particulares eles reocupam as ruas para manifestações. Entretanto, a sua maior luta, enquanto movimento social, é para não estar nas ruas, e sim para estar nos espaços de discussão do Estado, nos comitês e conselhos nacionais, estaduais e municipais e entre outros espaços de discussão de políticas públicas, fazendo barulho para os gestores ouvirem. Se outros coletivos sociais vão para as ruas, o MNPR já nasce forjado nela, sua existência é feita por pessoas que “matam um leão” por dia. Adianto que o objetivo é ocupar os espaços de deliberação do Estado, pensar dialogicamente na árdua dinâmica de superação plena da situação, a partir da conquista da moradia e emprego, o lema do MNPR.

A partir de Gohn (2012), podemos pensar uma célula de movimento social como grupos cheios de fluxos e circulações em arenas não bem estabelecidas pela sociedade, por isso que “na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política” (p. 20). Contudo, pensar os movimentos sociais e teorizá-los é colocar em questão uma série de teorias que observem suas demandas, refletindo os coletivos para uma categoria acadêmica.

Contudo, há uma grande problemática desta episteme, afinal muitos dos estudos clássicos, que culminaram em definições e teorizações para os movimentos sociais, foram pensados essencialmente no continente europeu ou norte-americano. Entretanto, cabe uma breve reflexão de alguns conceitos, fundamentalmente pensados a partir da experiência em contextos europeus e norte-americanos e discutir a particularidade brasileira.

Angela Alonso (2009) observou que a literatura clássica esboçava grandes cisões teóricas entre os períodos em que os coletivos se organizavam, uma das mais emblemáticas são os conceitos de “velhos e novos” movimentos sociais. A diferença em relação aos três é que os

“velhos movimentos” seriam originários dos movimentos operários que demandavam por uma revolução do proletariado enquanto o outro — os novos — era mais focado nas outras formas de fazer política (WADE, 2000).

A vontade dos velhos movimentos sociais era tomar o Estado, uma revolução social para mobilizar recursos a uma classe social explorada, a fim de ofertar melhores condições de trabalho e salários dignos. Se para os movimentos operários a consciência de classe era fator primordial para a luta, para os novos movimentos a questão identitária era mais importante. A partir da década de 1960, os novos movimentos sociais não tinham mais o interesse em tomar o Estado e sim ser incluído nele. A partir disto, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) abrangia uma mobilização social composta por aqueles que a identidade era importante, aqueles engajados em novas formas de fazer política (ESCOBAR *et al.*, 2000).

Dentre as teorias clássicas, uma das que vale ser citada, para tentar compreender o movimento em questão, é a Teoria do Processo Político (TPP). Esta abrange a luta contra “os detentores do poder”, por isso os antagonistas do movimento vão além do Estado. Há o comerciante que deixa a torneira ligada e molha a calçada na noite, a instituição patronal de comerciários que empurra misteriosas reformas nas praças de Fortaleza ou a arquitetura antimendigo em São Paulo (FRANGELLA, 2004). Vale ressaltar que a TPP se consolidou através da mobilização política, podendo ser uma das chaves para se trabalhar teoricamente a ideia do movimento social em questão, afinal esta busca compreender as redes de engajamento, as formas de participação política dos sujeitos através de protestos, denúncias dentre outros, inclusive dentro do Estado, contra o Estado.

O que se pode perceber é a luta contra uma série de antagonistas. Ao mesmo tempo que é por um momento a luz da TPP podemos compreender os antagonistas e a mobilização do segmento social, com a TNMS observa-se que o objetivo do coletivo é ser absorvido pela política pública do Estado, sua heterogeneidade enquanto coletivo, procurando se fazer presente nas arenas públicas de debate. Vale lembrar que ambas as teorias tiveram em comum o contexto de seu nascimento, de acordo com Angela Alonso:

A Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nasceram dos debates sobre a revolução, ou melhor, da exaustão dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de um sujeito histórico universal. As duas constroem explicações macro-históricas que repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural (ALONSO, 2009, p. 53-54).

Ao se referir às teorias de movimentos sociais, precisamos nos atentar ao seu período de discussão teórica e lugar onde tais foram pensadas, exemplificando, enquanto os

teóricos europeus e norte-americanos, durante a segunda metade do século XX, já reconheciam os novos movimentos sociais (identitários e entre outros). Boa parte da América Latina passou por um período antidemocrático, onde parte dos movimentos sociais não buscava ser abraçados pelo Estado e sim tomá-lo a força, a fim de restaurar a democracia que outrora fora tomada. Tais características se cruzam bastante com os velhos movimentos sociais do início do século XX, assim, as teorias possuem sua importância, mas precisamos reconhecer o abismo entre o continente latino-americano, especificamente o Brasil e os países dos quais foram elaborados tais estudos.

Simultaneamente às lutas pela democracia, entre os anos de 1960 até 1980, vários outros coletivos existiam no Brasil. Segundo Gohn (2012), os novos movimentos sociais eram sinônimo de movimentos articulados com diversos atores sociais, dentre eles a igreja, os grupos de esquerda e centros de defesa de direitos humanos. No Brasil, após a Constituição de 1988, vários movimentos passaram a se institucionalizar e acessar o Estado, incluindo participações na Constituinte de 1988, a exemplo do movimento indígena e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).

Portanto, muitas das grandes teorias sobre movimentos sociais não se encaixam perfeitamente em contextos distante de onde foram pensados, como na América Latina. Mesmo que pensados em contextos euramericanos, onde compartilho a ideia de Mutzenberg (2015), segundo o qual há certos limites teórico-referenciais das teorias clássicas. O autor, contudo, ressalta que há um interesse político de quem historicamente teorizou a mobilização de pessoas.

Tais manifestações foram e são classificadas e nomeadas a partir de posições sociais, de interesses, de concepções de quem as classifica ou as nomeia. Há, assim, condicionamentos sociais, culturais, políticos e de concepções do real subjacentes à produção de conhecimento/desconhecimento sobre os fenômenos aqui referidos. [...] as distinções entre movimentos sociais tradicionais, novas e novíssimas dizem respeito fundamentalmente às abordagens, perspectivas e nomeações que emergiram e compõem este campo teórico em seus contextos sociais, políticos, culturais e ideológicos. (MUTZENBERG, 2015, p. 418)

O MNMR é um dos vários movimentos sociais que estão presentes na América Latina. Em particular, em solo brasileiro cuja luta está ligada a fazer valer para as pessoas em situação de rua direitos historicamente estabelecidos a todo e qualquer cidadão consoante a Constituição de 1988, tais como o direito à moradia, trabalho, segurança, saúde, de ir e vir, direitos fundamentais para qualquer cidadão, mas constantemente negados a pessoas que estão desamparadas, seja pelo Estado ou pela sociedade civil. Vale lembrar que a Antropologia de setores do Estado compreende a máquina pública como uma série de ramificações, às vezes em comum acordo intersetorial, ora dissonantes e hierarquizadas (BEVILÁQUA, LEIRNER, 2000).

Para além de um grupo excluído e indenitário, com consciência de classe explorada, o MNPR vai além da camada popular. Ele é feito por pessoas em extrema vulnerabilidade, pessoas que diariamente precisam lutar por sua sobrevivência e resistência nos espaços urbanos, coletivamente buscam transcender suas individualidades e buscar melhorias para o coletivo. O MNPR transita entre a dualidade teórica clássica, a partir de suas demandas e seus antagonistas, pois suas reivindicações englobam uma série de direitos estabelecidos e novas reivindicações (GOHN, 2008).

Quando Slater (apud SCOBAR, 2009) conceitua a luta social como “guerras de interpretação”, mostra uma das lutas do MNPR, que também tem como objetivo transcender esse senso comum instituído por uma cultura política, através de uma política cultural (SCOBAR, 2009) que desconstrua a ideia de uma pessoa em situação de rua lançada a sua própria sorte, onde estes vivem essencialmente do que o sistema rua oferece (HOLANDA, 2018).

Nacionalmente, todos os militantes são movidos pela esperança e pela fome de direitos, seguem em mais de 20 estados da federação realizando um movimento da rua para a rua (MELO, 2016) ou da rua para os espaços de debate públicos. Os movimentos sociais possuem uma capacidade de adicionar novos debates nas arenas públicas, no mundo e na vida e com uma capacidade de influenciar a legislação parlamentar (BRINGUEL & DOMINGUES, 2014).

Apesar do MNPR-CE ser composto por pessoas em situação e superação de rua, a luta em favor das pessoas em situação de rua fez com que se estabelecesse em Fortaleza uma “Rede de proteção às pessoas em situação de rua” no Ceará. A Rede é composta por alguns agentes do Estado, entidades religiosas, membros da sociedade civil. Um grupo forte, que quando unido, tem grande força junto com o MNPR-CE. Unir-se à luta é praticar o exercício de sair do conforto acadêmico e estar presente junto com o “pessoal do Ceará”, estando constantemente em movimento, junto com as pessoas e o movimento, ouvindo as suas demandas, as várias necessidades que apareciam de acordo com que seriam abraçados por políticas públicas emergenciais, que fez com que nascesse uma outra categoria, de pessoas em superação de rua, segundo o MNPR-CE.

Constantemente atento as suas questões, meu percurso etnográfico me fez procurar ir além de uma observação participante. As narrativas das ruas, assim como outras pesquisas citadas acima (LEMÕES DA SILVA, 2017; MELO, 2011), fizeram aflorar em mim a militância em prol de políticas públicas para o segmento. Estabeleci, portanto, uma relação de afetividade para com os parceiros de campo. Não queria ser apenas um estudante de Antropologia que

aparece e posteriormente some. Mesmo estando em uma posição de militante, ou, às vezes, a de antropólogo em um lugar supostamente desconhecido com pessoas conhecidas, eu fiz o que pude para ir além, não possuindo um lugar pré-definido. Portanto, tentei me tornar um aliado do Movimento no Ceará, na sua luta por direitos para o coletivo e também um teórico, em busca de espaço na academia.

Ao mesmo tempo em que minha aliança, bem como o companheirismo para com o segmento, pôde revelar uma situação particular do antropólogo no Brasil, este vive eternamente uma questão dupla, pois ao mesmo tempo estamos tentando inserir nossas etnografias num contexto etnográfico global, simultaneamente, estamos constantemente dando satisfações ao grupo onde desenvolvemos nossas pesquisas (PEIRANO, 1985).

Procuro desenvolver nas próximas páginas uma breve reflexão a respeito de minha presença no campo, através de um estudo dialógico com o Movimento Nacional da Situação de Rua no Ceará. Na etnografia produzida, faço questão de dizer seus nomes já que historicamente foram omitidos a partir do senso comum instituído na sociedade, reduzidos toda a sua identidade aos dizeres de morador de rua. A atuação política destes, enquanto coletivo, pode nos mostrar que a rua não é o final de um indivíduo, e sim um meio, as pessoas nunca são de rua, não há como se naturalizar a exclusão, elas estão em situação e superação de rua.

2.1 O lugar do pesquisador no campo e a Antropologia com as Populações em Situação e superação de rua

Diferente de outros trabalhos relacionados a situação de rua, no quais os pesquisadores utilizaram aparelhos institucionais (MARTINEZ, 2011) ou grupos caritativos (RODRIGUES, 2005) para o contato com os sujeitos, minha inserção foi feita de forma direta com as pessoas. Iniciou-se na graduação em Antropologia, na disciplina de Antropologia Urbana ministrada pela minha professora e orientadora, Dra. Jacqueline B. Pólvora. Naquele período pude finalizar a matéria realizando um pequeno exercício etnográfico: a pesquisa envolveu pessoas em situação e superação de rua e suas lógicas de resistência e sobrevivência nos espaços públicos.

Já para o desenvolvimento desta etnografia, meu contato com os militantes do grupo em extrema vulnerabilidade ocorreu durante um evento no Ministério Público do Ceará (MPCE) que celebraria os dez anos do Decreto que instituiu a Política Nacional direcionada à População em Situação de Rua. Na ocasião, pude conhecer os militantes do Movimento Nacional da População de Rua no Ceará (MNPR-CE), minha intenção no momento era me apresentar e conhecê-los.

No evento também passei a conhecer o que chamo de rede de proteção à população em situação de rua. Diferentemente da rede trazida por Costa (2007), para quem o termo estava relacionado apenas a equipamentos institucionais (também serão apresentados neste trabalho). Porém, a rede que trago aqui é relacionado a sujeitos que atuam em favor da causa da população em situação e superação de rua na capital cearense. Ela engloba agentes estatais, grupos de defesa de pessoas em situação de rua, entidades religiosas, membros da sociedade civil entre outros. Em suma, um grupo heterogêneo de pessoas dotado de subjetividades e valores, que às vezes é dissonante com os valores do movimento.

Por intermédio de Claudemir, conheci a Casa povo da rua e o Fórum de rua de Fortaleza. Com o tempo, na companhia do pessoal do MNPR, Pastoral do povo da rua e outros grupos, consegui me inserir na rede. A manutenção das minhas longas presenças em alguns dos espaços ocupados por esses movimentos se deu pelo apoio de Frei Naílson e Fernanda, uma das coordenadoras da Pastoral do povo da rua (e da Casa povo da rua), que faz parte de uma rede de pastorais da igreja católica no Brasil, e muito contribui para a sociedade civil. Em Fortaleza, a pastoral realiza um relevante trabalho social no auxílio a sujeitos, junto aos Centros Pop³ da capital, consoante o acesso a direitos das pessoas em situação e superação de rua.

Com a ajuda de alguns outros membros do outro coletivo, da procuradora estadual, Dra. Giovana de Melo Araújo, e na época sua estagiária, Lara Holanda, fui apresentado a um dos espaços de debate: o Comitê Estadual de Políticas Públicas da População em Situação de Rua (CEPOP), a então secretária executiva Magda Ximenes e o coordenador do comitê, Francisco Ibiapina. Posteriormente, conheci e integrei o Fórum de Rua de Fortaleza, soube da existência do Comitê Municipal de Políticas Públicas para População em Situação de Rua (COMPOP), dentre outras reuniões e eventos na Secretaria Estadual da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS); outros propostos pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza (SDHDS) e mais alguns promovidos pelo MPCE.

Boa parte destes espaços possuíam a presença de representantes do MNPR-CE, suas formas de política chegavam a adentrar nestes espaços conquanto reivindicavam direitos, acessava os locais para seguir os militantes. Vale ressaltar que todas as atividades e a pesquisa de campo se desenvolveram na capital cearense e região metropolitana. No transcorrer da pesquisa, soube da existência de militantes do MNPR no Ceará para além de Fortaleza, no município de Juazeiro do Norte, cerca 490 km da capital.

³ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

Estive presente em algumas destas instituições de debates, principalmente no CEPOP; minha atuação como antropólogo foi muito além do que observar e participar, como nos moldes de Malinowski (2018), ou de seguir uma cartilha ingênua positivista. À medida que ouvia as histórias de vida (as narrativas), alguns conceitos como situação de rua e superação de rua ficavam explícitos, tal que expuseram a problemática dos direitos já estabelecida para o grupo em questão. Por isso, estava disposto a contribuir para a discussão de políticas públicas, e juntamente com representantes do MNPR-CE, reforçar o senso de resistência (ALBERT, 2014). Pretendo, nessa parte, refletir um pouco a respeito da minha presença no campo. As minhas contribuições junto ao movimento social nas instituições citadas e o momento do estudo, que coincidiu com o momento da pandemia do novo Coronavírus.

O CEPOP reunia representantes de todas as secretarias estaduais, monitora as ações de intervenção para com as pessoas em situação e superação de rua, além da presença da secretária-executiva e do coordenador, Francisco Ibiapina. O comitê conta sempre com a presença de militantes do MNPR-CE ocasião em que são frequentemente expostas as narrativas da vivência nas ruas. Também estão entre os presentes os representantes frequentes do MNPR de Fortaleza, além de parceiros que possuem históricos de luta pelas pessoas em situação e superação de rua no Ceará, como o Frei Nailson, Argina Gondim, Fernanda, Irmã Inês, Lidia Valesca, dentre outros.

Como já dito anteriormente, minha apresentação aos militantes se deu no evento na sede do MPCE, procurei representantes do MNPR-CE. Encontrei Josivan, uma pessoa em situação de rua, que na ocasião estaria prestes a ter uma fala na mesa principal do evento. No breve diálogo, apresentei-me como pesquisador do MNPR no Ceará e sua articulação.

Após minha apresentação, ouvi uma fala a respeito da origem do movimento social no Brasil, que envolvia a dor do massacre da Sé, quase como se estivesse na ponta da língua para dizer a um estudante; contudo acompanhar Josivan era meu objetivo, não o entrevistar. Após o breve diálogo fui questionado por outro sujeito: “Você vai pesquisar a gente” e completou ironicamente: “Vai lá na praça do Ferreira a noite que você pesquisa”. A fala do rapaz me fez refletir sobre todo este grupo em vulnerabilidade, talvez acostumado a presenciar constantemente acadêmicos aparecendo e quase instantaneamente sumindo, tendo uma relação de objetos de pesquisa para com o coletivo estudado. Minha resposta ao rapaz foi de que meu estudo seria uma proposta dialógica com eles (sujeitos), e não eles (objetos), afinal “Já chega de uma universidade arrogante que se acha em condição de ‘falar sobre’ e não ‘fala com’, que se arvora a pretender ‘dar voz’, máximo signo da soberba acadêmica, sem ter nunca dado ouvidos.” (RESENDE; SILVA, 2017, p. 8).

Portanto, o presente estudo é marcado pela relação dialógica para com o segmento da situação de rua, com a presença de indivíduos-chave (FOOTE-WHYTE, 1980) que representam o coletivo social na cidade. Lembrando sempre o caráter parcial de uma etnografia, para a qual a construção de sentido se constrói a partir de uma montagem artesanal, com arranjos hierárquicos de discursos (CLIFFORD, 1998). Contudo, meu campo se constituiu, em grande parte, com a presença de parceiros de campo (FONSECA, 2017), onde pude fazer grandes amizades e me descobrir e redescobrir enquanto pessoa (MINTZ, 1984).

Ao conseguir dialogar com representantes do movimento me recordei de estudos como o do antropólogo Tiago Lemões (2017), também desenvolvida com o Movimento Nacional da Situação de Rua (MNPR) em Porto Alegre; Tomás Melo (2011), em Curitiba; Marília Oliveira (2015) em Natal. Todos estes estudos foram elaborados com base em suas militâncias junto ao movimento social, o que me fez pensar em possibilidades de estar no campo antes de estar no campo. Com o desenrolar das minhas vivências, abracei a ideia ativista de vez, afinal “o engajamento social do etnógrafo não pode mais ser visto como uma escolha pessoal política ou ética, opcional e estranha a seu projeto científico” (ALBERT, 2014, p. 133).

Observo a necessidade do ativismo e militância em função de uma melhor relação com a comunidade, dado que nós somos seres humanos, as narrativas me desestabilizavam (GOLDMAN, 2008; URIARTE, 2012), o choque cultural (WAGNER, 2018) me fez aflorar na militância, bem como me fez observar e participar experimentando o cotidiano da luta política, procurando vereadores, deputados, secretários e entre outras figuras políticas na cidade e no Estado, a fim de questionar ações e entre outros.

Eu estava atravessado pelas narrativas críticas que me chegavam através das instituições, logo me sentia afetado constantemente (FAVRET-SAADA, 2005). Entretanto, diferente de levar a sério a feitiçaria, as narrativas de violência e sofrimento são capazes de desencadear emoções em quem as escuta, fazem-nos refletir sobre nossos dilemas morais e éticos, tanto como pessoa como pesquisador. Desmond Tutu, sul-africano, um dos líderes na luta contra o *Apartheid*, Nobel da Paz em 1984, já dizia: “se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor”. Em períodos de crises do social, a Antropologia brasileira precisa assumir de vez o papel militante e engajado junto à comunidade.

Cláudia Fonseca (2017) nos apresentou um campo que transcende seu espaço físico delimitado propriamente dito, ele [o campo] está presente em um conjunto de fatores que caracterizam, que vão além local em si. Os sentimentos, bem como a relação que se estabelece com os grupos não estão presentes apenas no espaço geográfico que a teoria antropológica clássica caracteriza como o campo. Estar afetado (FAVRET-SAADA, 2005) com as narrativas

me fez trazer o campo para casa, dentro de mim, sempre que possível e me faz refletir, de vez em quando com crises de choro, sobre como e em quê eu poderia contribuir.

Assim como Lemões (2017) e as outras pesquisas citadas acima, meu envolvimento no campo foi construído de uma forma intensa, afinal eu não teria como seguir a pesquisa de outra forma. A assiduidade nos espaços aumentava a responsabilidade e meu dever de fugir da ingenuidade positivista e seguir na militância acompanhando-os. Vários foram os momentos de escuta dos sujeitos, ouvindo seus problemas, suas histórias de vida, seus anseios, seus planos, sonhos, juntamente das lideranças regionais do MNPR, fui buscando ir além de uma experiência de presença no campo, afinal isso todos eles já viram outros pesquisadores fazerem, juntamente com algumas alianças. Em alguns momentos eu estava procurando intervir nas suas realidades sociais, procurando melhorias e dando sugestões a autoridades públicas que pensava de acordo com a escuta das narrativas das ruas.

Uma das ideias foi construída em diálogo com Arlindo e com os problemas que o militante se deparava. A sugestão foi dada na reunião *Red Calle* – Rede de países da América Latina para o desenvolvimento de políticas para o atendimento de pessoas em situação de rua, que ocorreu em setembro de 2019 no auditório da Secretaria de Proteção Social do Ceará, em Fortaleza. O evento contou com representantes dos governos do Chile, Uruguai, Paraguai, Costa Rica e dos ministérios brasileiros.

A sugestão no encontro foi de propor um ciclo de cuidado que iniciasse na política assistencial nos Centros Pop e terminasse numa inclusão no mercado de trabalho, que se fizesse presente um acompanhamento assistido pelo poder público a população em fase de superação da rua. Junto com o MNPR-CE, houve a movimentação para a criação de cotas nas licitações públicas para pessoas em situação e superação de rua.

Após um ano do encontro da *Red Calle*, em Fortaleza, durante as eleições municipais de Fortaleza 2020, o movimento a Rede (no qual me incluo) elaboraram uma carta pública que seria levada aos candidatos à prefeitura de Fortaleza, para que se comprometesse com investimentos intersetoriais aos indivíduos em extrema vulnerabilidade, um ciclo de cuidado para com as pessoas em situação e superação de rua. O documento foi elaborado em constante diálogo com os indivíduos e, posteriormente, assinado pelos candidatos na presença de autoridades do MPCE.

O exercício do campo, em plena pandemia, fez-me diariamente pensar nos companheiros de campo, com os quais eu dividia boa parte tempo, assim como Marília Mello (2015), meu senso de alteridade não me fez querer ser mais um transeunte, eu quis me comprometer. As narrativas trágicas dos indivíduos me comoveram e assim como Tomás Melo

(2011), não teria como desenvolver a pesquisa de campo de outra maneira que não fosse atuando de forma militante com o grupo.

Nestas páginas, elaborei um texto, fruto de uma negociação relativa a vários aspectos – tanto teórico como etnográfico –, mas também de uma pesquisa antropológica, ao passo que multiplicou vozes historicamente silenciadas em todos os aspectos da sociedade: no Estado, seja na academia, seja nas vivências cotidianas. Procurei escrever um texto a fim de ecoar tais vozes.

Desde o início do campo, observei que eu não podia apenas observar e participar de forma inocente. Eu tinha que observar, participar e pensar nas implicações da minha pesquisa para além da academia e a esfera legislativa, também na esfera jurídica. Um dos objetivos, nestes espaços de debate, era de planejar intervenções nas políticas públicas para o benefício do coletivo que me abraçou, assumindo de vez o caráter engajado de uma pesquisa com movimento social (SILVA, 2010).

Em meio ao campo, percebi em alguns parceiros de campo, um certo cuidado para com a minha proximidade e presença. Um dos exemplos foi de minha desatenção corrigida por eles ao quase cair em um bueiro aberto na Praia do Futuro, durante o 25º Grito dos Excluídos; em outras vezes, eu estava em locais na rua que seriam perigosos, que poderiam resultar na presença da polícia: “Se os homi chegar, todo mundo aqui vai apanhar, até tu, que apanharia de graça” (Diário de campo pessoal, 2019) prontamente aceitei os cuidados prestados. Se DaMatta (1997, p. 51) um dia já relatou a rua como um espaço de “malandros, meliantes, os pilantras e os marginais”, o perigo da rua para este segmento, em vários momentos, é o contato com o Estado, por meio de seu braço violento, alvo de denúncias no CEPOP por representantes do MNPR-CE.

Iniciado meu contato, ouvia que o MNPR-CE anos antes já fora mais ativo, mas, juntamente como todo grupo marginalizado, ficou por um momento desarticulado para fora das instituições. As narrativas também davam conta de que o Movimento no Ceará, quando organizado, tinha bastante força. No decorrer da pesquisa, o coletivo passou por momentos de articulação e rearticulação.

Diferentemente do mundo multiplicado, na etnografia de Lemões da Silva (2017), isto é, o MNPR-RS em Porto Alegre, e de Marília Oliveira (2015), o MNPR-RN em Natal, onde existiam reuniões constantes, o movimento no solo cearense estaria “em movimento”, e pelo caráter dinâmico do grupo, não pude ficar estático, tive que utilizar minhas energias para seguir os atores e suas Redes de mobilização social já elaboradas, posteriormente contribuir para sua

remobilização, sempre “seguindo os próprios atores” (LATOUR, 2012, p. 31) nas suas caminhadas imprevisíveis.

Alguns atores se tornavam frequentes nas reuniões, tanto nos encontros do MNPR-CE como na Casa povo da rua. Alguns sujeitos não apareciam em tais locais por situações próprias do sistema rua, geralmente o sumiço por mais de uma ou duas semanas já faz circular o boato de morte. Às vezes, o boato é correto, em outras ocasiões é inverídico e o indivíduo aparece vivo nos espaços, para a surpresa de todos. Rodrigues (2005) relata que o fato é quase um processo de ressuscitação.

Alguns outros somem porque conseguem acesso aos direitos, como a moradia e apareciam apenas para relatar a transição da situação para em superação de rua, a exemplo de Suelen, mulher trans, que ao longo da minha vivência de campo, alcançou o status de superação ao ter sido contemplada por um benefício municipal. Mas ao entrar em outra categoria concluía: “Sai de um aperto pra entrar em outro”. O fenômeno da superação de rua será mais aprofundado nas seções abaixo.

Estar próximo de pessoas em situação e superação de rua é estar sempre aberto a todos os tipos de afetações. Com a convivência fui atravessado por uma avalanche de sentimentos, desde a indignação para com as violências sofridas pelos ocupantes, a alegria em ver a conquista dos sujeitos em superar a situação de rua, os embates com a burocracia governamental: No decorrer do presente estudo, pessoas em situação de rua chegaram a falecer. Pela falta de documentação de identificação, algumas necessitaram mobilizações sempre iniciadas por Arlindo Ferreira, representante do MNPR-CE, que culminou em nossas idas constantes aos prédios públicos junto à equipe da Pastoral do povo da rua, a fim de agilizar a documentação necessária para que os falecidos não morressem pela segunda vez.

Com a minha presença, frequentemente pude acompanhar de perto a rearticulação do Movimento na capital cearense. Conheci lideranças de outros estados, a exemplo de Vanilson Torres, membro do MNPR-RN que esteve presente em alguns momentos na capital cearense. O representante potiguar foi importante para a articulação do coletivo social em Fortaleza. Se Marília Oliveira (2015) já o definia como uma grande liderança regional, durante o período da minha pesquisa, Vanilson tornou-se uma importante liderança nacional do movimento social.

Imagem 2 - Vanilson Torres, liderança do MNPR-RN durante evento na Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

A pesquisa de campo me fez seguir acompanhando os atores nas suas redes (LATOUR, 2015), até aparecer um dos maiores desafios mundiais dos últimos cem anos: a Pandemia da COVID-19, a suposta “gripezinha” da qual se referia a autoridade máxima do Estado, “só” no Brasil matou mais de 350 mil vidas — incluindo amigos e parentes próximos — também ceifou mais de um milhão de vidas ao redor do mundo⁴ e seguiu fazendo vítimas por cima de vítimas numa canção fúnebre.

A orientação de ficar em casa, manter um distanciamento social, fechamento dos comércios, fez com que minha opção de lugar no campo fosse no voluntariado, visto que aglomerações estariam vedadas, tentei fazer parte de grupos caritativos organizados pelos que compõe a Rede, auxiliando na sobrevivência das pessoas em situação e superação de rua.

Tentativas de quarentenas foram impostas para evitar a circulação do novo vírus no começo de 2020 até meados de 2021. A ideia do isolamento social proposta por cientistas e aceita pelas autoridades públicas estaduais e municipais, muitas vezes foi dissonante com a inerte administração federal em meio à pandemia gerou um conflito nada saudável para todos, que ressoou no aumento de casos e óbitos.

⁴ Até o momento da digitação, os números cresceram bastante na segunda onda. Com a campanha de vacinação lenta, o Brasil chegou à marca de mais de 4000 pessoas mortas por dia por complicações da COVID -19.

Infelizmente, as medidas afetaram a dinâmica das pessoas em situação de rua. Campanhas virtuais como “Na rua não tem quarentena” foram iniciadas por administrações do MNPR no Ceará e em vários estados para arrecadação e distribuição de alimentos. Pela falta de um contato mais direto via celular, passei em torno de sete a nove meses sem conseguir dialogar com os militantes; os poucos contatos que tinha eram de forma virtual.

As dificuldades foram enormes durante a pandemia, à medida que as mortes avançavam, os casos também chegavam nas pessoas em situação e superação de rua. Tudo aquilo chegou de surpresa, meu lugar no campo que antes era de uma pessoa ativa, sempre junto com os parceiros de campo, passou a ser de um expectador, em isolamento social, aguardando notícias, e, quando saía, via voluntariado, ouvia as narrativas cruéis da pandemia para um grupo já isolado socialmente.

A nova realidade também me fez criar uma nova dinâmica e fazer novas reflexões a respeito dos dados obtidos. Passando a deixar de ser um observador ativo para um observador passivo por alguns meses, pude ver de longe e de fora a dinâmica urbana e desigual do privilégio, quem pôde fazer quarentena e de quem não teve a assistência necessária para evitar a disseminação do vírus.

2.2 As cartas na mesa

Pensar em políticas públicas fez parte de um retorno palpável para o segmento estudado. Posto em prática, meu objetivo era acompanhar os representantes do MNPR-CE, mas, o percurso etnográfico me reservou um olhar contínuo sobre políticas públicas.

A propósito, Carvalho Rodrigues *et al* (2014) nos relatam que tão logo as políticas públicas passaram a ser objetos de análise da etnografia, os antropólogos e suas produções se credenciaram para pensar políticas públicas. Desde os laudos antropológicos para as populações indígenas, a presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), um inventário para tombamento, a presença constante nos quadros técnicos de comissões e conselhos de diversas ramificações do poder do Estado, a participação é entendida pelas autoras como um crédito à pesquisa antropológica:

A participação de antropólogos nessas e em outras instâncias governamentais brasileiras, cada vez mais frequentes nas últimas décadas, pode ser entendida como valorização do conhecimento antropológico como saber especializado capaz de orientar a definição e a execução de políticas públicas para indígenas e demais povos ‘tradicionais’, justamente no momento histórico em que o Estado brasileiro passou a reconhecer legalmente direitos sociais específicos. (RODRIGUES *et al*, 2014, p.237).

Convém salientar que a dinâmica inicial da disciplina antropológica não reconhecia o Estado como alvo de análise etnográfica (DAS & POOLE, 2008). O reconhecimento da disciplina se deu em virtude de estudos elaborados predominantemente em contextos de “alteridades radicais” (PEIRANO, 2006), grupos com grandes distâncias sociais, estudos clássicos que hoje podem ser lidos politicamente, afinal “o estudo de sociedades e relações sociais é estreitamente ligado à temática das relações de poder.” (KUSCHNIR, 2007, p. 163).

Passaram a compor os voos de uma gênese da Antropologia política: Os Nuer, de E. Evans-Pritchard (2005), Sistemas Políticos da Alta Birmânia, de Edmund R. Leach (2014), fundamentais para refletir a organização política destes povos. Com efeito, nos Nuer se observava uma “anarquia ordenada” (PRITCHARD, 2005), Leach (2014) nos faz a reflexão de que as fronteiras entre os grupos são dinâmicas e maleáveis. No Brasil a Antropologia da política teve particularidades, que no entendimento de Peirano (1985), o antropólogo brasileiro teve que enfrentar uma dupla responsabilidade, tanto de inserir seus textos no contexto universal da disciplina, como de ser responsável ao grupo observado, dando satisfações a dois campos distintos, uma dupla alteridade.

O desenvolvimento da Antropologia no Brasil passou gradativamente a tornar como objeto de análise a política, o Estado e as instituições jurídicas. Com a nova dinâmica, a ciência antropológica adentrou em lugares antes jamais vistos no Brasil. As etnografias acabaram abordando as lógicas de funcionamento estatal, estabelecendo a construção de um saber antropológico de setores do Estado, afinal tais instituições também são modelos de organização relações sociais, reciprocidades, hierarquias e entre outros aspectos (BEVILAQUA, LEIRNER, 2000). Em suma, observamos que ao adentrar em espaços institucionais do governo ou tomar segmentos do Estado como objeto de análise antropológica, a Antropologia passou a contribuir para legitimação e criação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social.

Desde Cardoso de Oliveira (1998), podemos pensar nas etnografias desenvolvidas no Brasil como vetores de desenvolvimento social. Mais do que pensar o Estado, as preocupações das “antropologias periféricas” são específicas e se tornam mais recorrentes, nomeadamente a construção de uma episteme local, não mais preocupada com os Trobriandeses, mas sim com o seu próprio território, ou seja, teorizar sua própria nação. Os antropólogos da periferia estão sempre atentos a questão política do fazer antropológico; que envolve tensões entre as comunidades, antropólogos, Estados nacionais e entidades privadas.

O antropólogo brasileiro deve sempre estar atento de forma responsável a questões nacionais. Observando um pouco o histórico das ciências sociais no Brasil, em “O Antropólogo como cidadão”, Peirano (1985) alinha os escritores literários do século XIX com a dinâmica

dos cientistas sociais no Brasil do século XX. Em uma feliz comparação, há como se pensar a literatura nacional de antes (século XIX e início do XX) muito mais alinhada aos modos de vida europeus, a *Belle Époque*, uma corrente a favor do suposto estilo de vida francês, visto como universal, mas, com o passar dos anos, a literatura nacional passou a se preocupar em retratar os diversos problemas sociais pela denúncia às mazelas brasileiras e suas contradições. Mobilização semelhante aconteceu com as ciências sociais brasileiras, que por um momento reproduzia de forma mimética o fazer científico do velho continente, como denunciou Guerreiro Ramos (1954) em seu artigo cobrando uma episteme autenticamente nacional, reivindicando o fazer científico alinhado a um estilo de vida militante, alinhado aos interesses nacionais.

Portanto, o ponto principal de Peirano (1985) é pensar além, afinal o cenário científico analisado por Guerreiro Ramos (1981) já passou. Assim, precisamos sempre refletir sobre a responsabilidade de nossos trabalhos em prol de um desenvolvimento regional. Um fazer científico preocupado com questões particulares nossas, com o objetivo de ir além, e pensar políticas públicas no âmbito do Estado tal que beneficiem essas pessoas.

Cardoso e Durham (1988) narram que mesmo que a comunidade científica dê crédito a atuação ativa de cientistas, muitos dos dados científicos são analisados de forma positivista “como formas objetivas com existência própria e independente dos atores” (CARDOSO & DURHAM, 1988, p. 99); mas que podemos pensar numa ação militante e engajada do pesquisador, pois não podemos negar que a presença em campo pode trazer consigo intervenções na comunidade (ECKERT & ROCHA, 2009).

Contudo, o lugar do antropólogo, penso dever ser sempre ao lado do coletivo estudado, com as pessoas e o movimento, mantendo compromisso com a comunidade, engajado com o social, tanto quanto possível for. A construção do meu texto explicita a energia utilizada no campo, em defesa dos direitos do grupo vulnerável que compartilhou comigo boa parte de seu tempo, vivências e, principalmente, a confiança, mostrando a face de que a etnografia vai além de ser um método, “mas uma forma de ver e ouvir” (PEIRANO, 2008, p. 3).

Bruce Albert (2014) nos apresentou que o campo, tal como a Antropologia clássica desenha, está se esvaziando ou já se esvaziou. Antes os estudos prendiam-se apenas nas supostas sociedades tradicionais, paradas no tempo, com seus costumes e cultura muito bem definida. Hoje estamos cada vez mais com a responsabilidade epistemológica e de contribuir para a resistência do outro (ALBERT, 2014).

Durante o estudo, a pesquisa de campo me fez estar atento a demandas e a realidade difícil não apenas das pessoas em situação de rua, mas também as pessoas em superação de rua, indivíduos que são abraçados por alguma política pública e temporariamente possuem um teto,

vivendo no limite. Segundo os beneficiários, o programa garante “um pé na rua e um pé numa casa”, ou seja, apenas um atraso de dois dias no pagamento dos benefícios é o suficiente para todos voltarem às ruas.

Assim, procuro construir minha etnografia de uma forma ativista e militante, juntando-me a voz do movimento. Em tempos de crise social e política, no que se refere ao território brasileiro, o mínimo que posso fazer é multiplicar (VIVEIROS DE CASTRO, 2002) seus discursos através da minha construção etnográfica, mobilizando mais uma vez suas vozes na luta por direitos a partir da escrita desta pesquisa. Antes da acusação de um texto militante, adianto que dou mais motivos para a queixa nas páginas seguintes.

Como parte da construção etnográfica, primeiramente apresentarei um breve histórico focalizado da capital cearense e de contextos nacionais. Após o breve histórico, procuro alinhar o ontem e hoje de segmentos historicamente excluídos que tiveram o ódio Estatal em comum. Torna-se evidente como se constrói a partir das narrativas elitistas, a constante ideia de pessoas indesejáveis no país e em particular na capital do Ceará, onde nestes espaços, segmentos sociais inteiros que passaram a ser perseguidos. O conflito entre o grupo marginalizado e as elites, estatais ou não, se perpetuam, cada vez mais sangrenta, a ofensiva aos pobres, pessoas em situação de rua, indígenas, negros, mulheres, gays, lésbicas, transsexuais encontra-se seu auge no mundo, antes só visto — com tamanha agressividade e força — havia décadas:

Preso entre a dupla tentação de condenar experiências que o chocam afetivamente e de negar as diferenças que ele não compreende intelectualmente, o homem moderno abandonou-se a um sem-número de especulações filosóficas e sociológicas a fim de estabelecer compromissos inúteis entre estes pólos contraditórios, e dar-se conta da diversidade das culturas, procurando suprimir o que ela conserva de escandaloso e de chocante a seus olhos. (LÉVI-STRAUSS, p, 238, 1970)

Após o breve histórico, apresento alguns dos integrantes do MNPR-CE, suas redes de articulação, seus espaços de reivindicação de políticas públicas. Como dito anteriormente, a pesquisa foi realizada na capital cearense. Contudo há relatos de atuação do MNPR no Ceará para além da capital cearense, mas me atenho apenas a célula de Fortaleza representativa do segmento nos espaços de debates mais amplos, por exemplo, o CEPOP.

A “rede de proteção às pessoas em situação de rua” que forma alianças do coletivo social também é evidenciada no capítulo, afinal elas fazem parte do fazer político de um movimento social, junto a elas, a célula regional conseguiu efetivar alguns direitos nos últimos anos, tudo conquistado à base de muito arranjo e rearranjo político.

3 O ONTEM E HOJE: A SITUAÇÃO E SUPERAÇÃO DE RUA

Imagem 3 - Demontier Costa, Francisco, Lucilene e Alex segurando cartaz no 25º Grito dos Excluídos – Fortaleza/CE.



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

A melhor maneira de arrematar a história do Brasil de uma maneira edificante é dizer que mesmo os índios e negros sendo esfolados e mortificados, ainda ergueram a bandeira da brasilidade. [...] Na base da nossa formação só tem conflito; nem os brancos vieram para cá para fazer qualquer ato edificante, nem os negros vieram voluntariamente para ser escravos, e nem os índios estavam aqui achando engraçadinho essa invasão. (KRENAK, 2018, p. 1).

O conflito sempre esteve presente na sociedade brasileira, desde o princípio por ocasião das missões colonizadoras que dizimaram povos inteiros. No Ceará, o movimento de extermínio de povos não foi diferente. As elites locais, em conluio com a administração pública, construíram na capital cearense a ideia de indesejáveis existentes nas ruas, na área urbana, em plena efervescência de uma suposta modernidade que chegaria ao estado, dinâmica brutal que aqui acabou ceifando vidas, desde o negro, o indígena e o retirante. Adianto que Fortaleza, mesmo passando por diversas mudanças, cada moral que tentava se instaurar, sempre resultou em uma reação, uma resistência era feita, um conflito era realizado e um embate era tomado, uma luta era travada entre a parte marginalizada da cidade e a elite local.

Nas próximas páginas procurarei apresentar, de forma breve, um histórico de segregação de um coletivo social na região da minha etnografia. Se hoje observo a mobilização social das pessoas em situação e superação de rua, um breve passeio pela história nos

apresentará o quadro de luta do povo cearense oriundo de camadas vulneráveis socialmente, que se estende até os dias atuais. A ênfase dada será nos constantes movimentos de retirantes das secas enquanto sujeitos políticos, que também se mobilizavam politicamente.

Também neste capítulo procuro esboçar um exercício do hoje, discutindo de perto e de dentro as lógicas urbanas das pessoas em situação e superação de rua na capital cearense (Magnani, 2002), agrupamento este que compõe um seletivo perfil de herdeiros do histórico ódio de Estado, herdeiros da negação da cidade, que resistem e procuram sobreviver de diversas maneiras. Procuro estabelecer a relação entre os grupos de ontem e hoje, o ódio político, a ineficiência estatal ao mesmo tempo que a sua capacidade de se mobilizar politicamente.

Como todo segmento urbano, em si heterogêneo, a situação de rua na capital cearense possui suas particularidades e semelhanças. “Na rua só tem artista”, frase apresentada por Arlindo para se referir a capacidade inventiva de cada sujeito em conseguir seu sustento: seja mangueando diariamente seu almoço, seja enfrentando a fila do refeitório social, seja resistindo com o aluguel social ou “minha casa, minha vida”. Em uma das seções deste capítulo, apresento a problemática vida das pessoas em situação de rua e pessoas em superação de rua no contexto citadino, bem como apresento a cara do MNPR na capital cearense, alguns dos seus representantes.

Mesmo que o objetivo da pesquisa seja a mobilização política, as pessoas e o movimento, apresentar a realidade do coletivo na rua se torna necessária para elucidar algumas questões: o que objetiva sua mobilização? Qual o universo das ruas de Fortaleza? O que move o grupo do MNPR-CE a se articular para dentro do Estado? Por que não é unanimidade o movimento entre os indivíduos?

Alguns trabalhos recentes retrataram a problemática no contexto fortalezense, a exemplo de Jorge Holanda (2018), categorias como se virar e sistema da rua são conceitos presentes na sociabilidade da situação de rua em Fortaleza.

Estar atento à problemática é compreender que se virar faz parte de estar nesta infeliz condição. Em meio às minhas vivências com os sujeitos, alguns atores novos surgiam nas praças da cidade, geralmente dizendo sua origem — boa parte das vezes do interior do Ceará ou outras cidades do país — revelando estar em situação de rua. O grupo dava algumas dicas de como se virar para onde o sujeito novo que se apresentava ao universo das ruas de Fortaleza. A este novato eram apresentados alguns equipamentos públicos, tais como os Centros Pop, Casa povo da rua, refeitórios e pousadas sociais e algumas praças onde há a possibilidade de pernoite. O caminho a todos estes espaços é uma jornada individual ao sujeito recém-chegado, seja de outro estado ou do interior cearense.

Segundo dados de 2015⁵, presentes na cartilha municipal de políticas públicas para a população de rua de Fortaleza, de 2018, cerca de 1718 pessoas estão em situação de rua na capital. Apesar de problemática, a cartilha de 2018 menciona o relatório do 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre População em Situação de rua. A partir da cartilha, temos indicativos de que no documento teríamos a análise dos dados obtidos. Convém salientar que este relatório jamais foi visto, entretanto alguns de seus dados estão presentes na cartilha, que se assemelha muito mais a uma peça publicitária e feitos do que apresentação de um estudo robusto.

De uma pesquisa com potencial de evidenciar dados importantes para orientar políticas públicas, assemelhou-se a um pequeno folhetim. Das 25 páginas, apenas duas compilam os números da pesquisa censitária, o documento da Prefeitura Municipal de Fortaleza nos apresenta de maneira simples os dados de um estudo feito em dois meses.

3.1 O ontem

As motivações do êxodo do interior à capital seguem uma motivação histórica na “Terra da luz”. O território cearense é assolado por constantes estiagens, tornando inabitável a moradia nestes períodos. “A história social da mendicância no Ceará” é título da pesquisa de Maria Neyara Oliveira Araújo (2000). Na busca por origens, alinha as estiagens à inoperância do poder público, como responsáveis pela presença de pessoas em situação de rua no contexto cearense. A socióloga nos apresenta dados de secas dos últimos cinco séculos no Nordeste.

Destes números, torna-se relevante que em cinco séculos (1500-2000), a Região foi assolada por quarenta períodos de estiagem, somando-se o período dos anos de duração, tivemos 72 anos de secas nos 500 anos, ou seja, 14,4% dos anos da Região foram tomados por estiagens, todas estas gerando o sentimento de abandono pelo poder público local e nacional, causando o êxodo de retirantes para as capitais, problemática comum da região do nordeste brasileiro.

O fenômeno do êxodo intenso de pessoas para as capitais está relacionado mais a ineficiência do Estado do que ao problema do clima. Tomo como exemplo um dos quarenta períodos de seca citados acima, que durou três anos, a seca de 1877-79. Frederico Castro Neves (2005) nos apresenta que neste período a capital cearense teve um salto demográfico de 356%, gerando um déficit de políticas públicas para este grupo recém-chegado.

⁵ Há a previsão da realização de um novo censo no ano de 2021.

O grande êxodo foi justamente num período de “aformoseamento⁶” das capitais brasileiras. A *Belle Époque* na capital cearense estava em plena efervescência quando as ruas e praças de Fortaleza foram ocupadas por pessoas em razão da seca. Mesmo em um período em que o Código Criminal do Império criminalizara a mendicância (MELO apud LEMÕES DA SILVA, 2014) e existisse uma guinada nacional contra a “vadiagem” (CHALHOUB, 2001), estes grupos passaram a estar em situação de rua na segunda metade do século XIX em Fortaleza. Posteriormente, passaram a ocupar e fixar moradas em regiões periféricas da capital.

A modernidade que chegava na capital cearense via *Belle Époque* foi brutal para muitos grupos da sociedade: os retirantes, os indígenas e os negros foram grupos inteiramente perseguidos no território cearense. Tanto no Brasil, em particular no Ceará, as elites alinhadas às administrações públicas costuraram a ideia de corpos indesejáveis, pelo que as políticas foram pautadas na expulsão destes do perímetro urbano ou, às vezes, até na sua eliminação, mostrando a face mais cruel de uma modernidade que chegava em solo brasileiro.

No contexto nacional, temos os exemplos a remoção de pessoas pobres dos cortiços e casarões no Rio de Janeiro (CHALHOUB, 2004). No Ceará, tivemos a construção de abarracamentos nas periferias da cidade, posteriormente campos de concentração. Boa parte das vezes em zonas periféricas, mas muitos no interior cearense, inicialmente construídos para jogar os retirantes que passaram a ocupar as praças da cidade nos períodos de estiagem. Após isso, foram feitos grandes empreendimentos pelas administrações e elites locais para evitar a chegada dos indesejáveis que poderiam fazer sombra à elitista capital da “Terra da luz” (NEVES, 1995; 2005).

Um dos êxitos da política de cunho preconceituoso praticada em solo nacional foi a guinada contra os cortiços. Assim como as elites cearenses não queriam o contato visual com os retirantes das secas, segregando-os espacialmente, as elites cariocas expulsaram à força os indesejáveis das regiões de embelezamento da então capital nacional, destruíram os casarões e cortiços que abrigavam as supostas “classes perigosas”, muitos destas pessoas negras recém alforriadas (CHALHOUB, 2004).

No contexto cearense, no período da grande seca de 1877-1879, a administração pública pôde aproveitar muito bem a desgraça. Houve de fato um período de reflexão estatal do que fazer com toda essa gente, que passou a ocupar as ruas e praças de Fortaleza, posteriormente pensou-se em explorar sua mão de obra, de forma compulsória por várias construções no estado. Assim como na Paraíba, as elites cearenses conseguiram, a partir do trabalho exaustivo e

⁶ Termo utilizado por Neves (2005) para se referir às mudanças durante o período da *Belle Époque* cearense, que procuravam embelezar ou tornar formosa a capital cearense para uma elite local.

compulsório, o controle social de um segmento social pobre e vulnerável (DINIZ, 1988). O governo cearense aproveitou-se do êxodo para conseguir adiantar obras, a exemplo da estrada de ferro Fortaleza-Baturité e o Passeio Público (1880), inauguradas anos depois do fim da estiagem.

Neves (2005) nos relata a existência de um sistema de pagamentos para os retirantes, geralmente feito em dinheiro ou em alimentos. Contudo, apesar dos recebimentos, os valores sempre eram insuficientes ou inexistentes e “produzia um foco permanente de insatisfação e conflitos”. A polícia, como braço armado do Estado, sempre era acionada para reprimir as revoltas de forma violenta: “rara era a prisão effectuada pela cavalaria ou infantaria que não produzisse um assassinato” (TEÓFILO apud NEVES, 2005, p. 123). Percebe-se nestes momentos uma organização da comunidade de retirantes em prol de melhorias, ativos politicamente enquanto coletivo social, enfrentando a figura do Estado nas “pagadorias”, realizando saques a depósitos de alimentos entre outros (CÂNDIDO, 2014).

Os embates mais incisivos com a administração mostraram que a consciência política de direitos básicos sempre existiu nos grupos explorados na capital cearense. As lutas envolviam as “pagadorias” e os retirantes explorados, saques eram realizados, e vários outros embates (CÂNDIDO, 2014). Destaca-se o confronto do dia 18 de março de 1878, na praça Marques do Herval, hoje praça José de Alencar. Após três dias sem alimentos uma articulação foi feita para o ataque “entrando em choque com a polícia: ‘pedradas’ contra ‘tiros de espingarda’”.

O pagamento irregular foi alvo de constantes mudanças para reprimir as revoltas populares, que só vieram a ser contidas temporariamente após algumas medidas, dentre elas “restrições à circulação dos retirantes” e “fixação dos abarracamentos nas áreas periféricas da cidade” (NEVES, 2005, p. 123-124). O objetivo da administração passou a ser expulsar todos os indesejáveis da cidade, concentrando em outros espaços nas regiões periféricas. Após um período, o foco do poder público era impedir a chegada na capital, instalando campos de concentração em lugares estratégicos do estado, provando que a modernidade era apenas para alguns, e para outros ela seria puramente brutal (LEMÕES DA SILVA, 2017).

Curiosamente, o movimento das secas no Ceará fez com que a mão de obra escravizada no Ceará competisse com a dos retirantes. Através dos dados de Ferreira Sobrinho (2011, p. 104), observou-se que durante os períodos de estiagem, principalmente na grande seca de 1877, o tráfico interprovincial aumentava significativamente e muitos ex-donos de escravizados partiam para a cidade como todos os outros retirantes, portanto “[a] seca apunhalou muitas famílias escravas, pois significava a separação de mães, pais, filhos e

agregados. Havia ainda o receio de serem negociados para grandes fazendas do Sul” (BARBOZA, 2013, p. 42).

Ainda no período, existiu a circulação de um jornal de viés liberal chamado “O Retirante”⁷. Em um de seus números, sob a redação de Luiz de Miranda e outros, os organizadores diziam que tinham como dever “incutir no mendigo a consciência do dever, fazendo-lhe conhecer as garantias de seus direitos[...] O governo abandonou o Ceará porque na quadra actual não tem rendas para os desperdícios da monarquia” (O RETIRANTE, ANNO I, N. 9, 1877). O periódico histórico tecia constantes críticas a polícia, ao imperador, ao presidente da província, pela omissão do poder público no combate à seca e aos abusos constantes de autoridades, incluindo assassinato de retirantes na capital cearense, o jornal também não se limitava a noticiar apenas sobre Fortaleza, havia relatos de abandono em Aracati e em outros municípios.

A política deficiente para com a população retirante, de famintos ou emigrantes⁸ passou a ser a aglomeração de todos em um lugar só, e esse fato foi um prato cheio para uma epidemia de varíola durante a grande estiagem de 1877. O Estado nesse capítulo da história cearense foi capaz de mostrar sua soberania através da morte de indivíduos, nesse desastre de viés necropolítico (MBEMBE, 2016).

A praga na cidade chegou a vitimar várias pessoas, incluindo públicas. Ponte (2001) narra que mais da metade da população retirante faleceu na epidemia de varíola, contudo, o medo do contágio chegou as elites locais após a esposa do presidente da província cearense ser vitimada pela doença. O ápice do caos causado pela epidemia originou uma das maiores tragédias no território cearense para a época: o chamado “dia dos mil mortos”, quando no dia 10 de dezembro de 1878, a varíola dizimou 1004 vidas em um único dia.

Luciana Brito ressalta que “[a] seca aprofunda os crimes sociais e revela uma capital incapaz de dar as mínimas condições de sobrevivência aos retirantes, salvo pela abnegação de alguns de seus moradores” (2013, p. 118). Ao mesmo tempo que a mão de obra era aproveitada em uma bateria de obras foram inauguradas no pós-seca, a face maléfica da suposta modernidade mostrou uma administração ineficaz para o trato com seu povo, que morria de sede e fome nas ruas do Ceará.

A grande estiagem iniciada em 1877 se encerrou em abril de 1880 (BRITO, 2013) e a população retirante passou a ocupar áreas periféricas da cidade, formando as favelas da capital cearense (BARROS, 2017). As estratégias das elites cearenses previam os movimentos

⁷ O periódico possuiu 37 edições, nas edições destacam-se o caráter de ataque aos presidentes da província Cearense que ficaram à frente do estado ao longo dos anos de estiagem iniciada em 1877.

⁸ Termos utilizados para se referir aos retirantes.

de fixação nas áreas periféricas; contudo, não queriam o contato visual com aquela população, o objetivo era isolamento dessa gente (RIOS, 2001).

No lugar que hoje é o bairro de pessoas humildes, existia um abarracamento na seca de 1877 e logo após, em estiagens posteriores, de 1915 e 1932 deu espaço para o Campo de concentração do urubu (CAVALCANTE, 2016). Posteriormente, os lugares de aglomeração de retirantes cresceram em sua ocupação, após a passagem das estiagens acabaram formando bairros como o Pirambu, na região da periferia de Fortaleza.

Convém ressaltar que a existência dos campos de concentração foi feita em períodos de estiagem posteriores a grande seca de 1877-79. Nesta estiagem, a população retirante conseguiu chegar à capital cearense, mas em anos posteriores, a administração local passou a impedir o desembarque em Fortaleza, na busca pela assistência.

O Estado que hoje se apresenta é resultado de uma sucessão de históricos erros de administração pública. O problema das secas no Ceará tornou-se um negócio de grande valor: se para alguns seria o abandono de suas terras e sua peregrinação para a capital, para outros, os mais ricos, seria a possibilidade de expansão de suas propriedades em períodos em que eram difíceis uma comprovação de posses em anos posteriores (BARBOZA, 2013).

Anos após o encerramento do período de estiagem (1877-1879), o Ceará, em 1884, aboliu a escravização, três anos antes do resto do país. Embora o movimento de libertação fosse algo benéfico, a ser dada ênfase pelas administrações locais, a ponto do palácio oficial do governo estadual do Ceará se chamar “Palácio da Abolição”, pesquisadores negros hoje nos fazem pensar um outro lado da história. José Hilário Ferreira Sobrinho (2011) observou que em meio aos períodos de estiagem, no Ceará havia um grande aumento do número do tráfico interprovincial de negros escravizados.

Um dos fatores também é que a mão de obra dos retirantes, gratuita, fazia concorrência com a mão de obra escravizada. Talvez não fosse por coincidência que poucos anos após o fim da estiagem, a abolição na província foi realizada.

Apresentar o histórico de luta de um coletivo historicamente excluído é peça importante da minha construção etnográfica. As ações de resistência dos retirantes são referências em questão de mobilização social no Ceará. Assim como o contato do colonizador com o povo havaiano gerou uma mudança na estrutura, na dinâmica social, o contato do povo sertanejo, juntamente com o povo negro escravizado e as populações indígenas também foi capaz de produzir transformações estruturais (SAHLINS, 1997) no território cearense. Não obstante, ao mesmo tempo que o tempo muda, as elites locais de verdes-amarelos continuam agindo de maneira suja, como nos tempos de *Belle Époque*.

A dinâmica subterrânea, a mercantilização do solo e suas formas altamente predatórias de poder econômico resultou além da exclusão daqueles que estão em cima deste, a fragilidade do direito à cidade e a terra, impactando às condições de organização do espaço público – a consolidação da estrutura elitista e antidemocrática.[...] Nesse sentido, a cultura de criminalização, o avanço da políticas neoliberais, a flexibilização das relações de trabalho, o congelamento das políticas sociais, o retrocesso de conquistas de direitos civis e sociais, e o aumento das desigualdades sociais, conseqüentemente, tornaram seres humanos ilegais. (CALAZANS *et al*, 2018, p. 13).

A composição das pessoas situação de rua em Fortaleza segue uma linguagem que nos leva a crer que estes são herdeiros da miséria dos retirantes (MACIEL, 2004). Contudo, se por um lado estes herdaram a invisibilidade dos olhos da administração pública, o ódio e o excesso de malvadeza⁹, por outro lado, suponho que eles também sejam herdeiros de uma luta histórica a favor da inclusão, de uma melhor distribuição de renda, de direitos e entre outros embates das dinâmicas dos retirantes citadas acima. A herança também é de luta contra o estado enquanto movimento social na “Terra da luz”.

3.2 O hoje

O excesso de malvadeza que se apresenta hoje é movido sob o combustível de políticas neoliberais em âmbito Federal. A destruição de conselhos, comitês e desmembramento das políticas públicas fazem com que as cidades se tornem cada vez mais difíceis de se viver, afinal as políticas passam a ser pensadas sem um critério técnico e participação da social, o que faz questionar a legitimidade de tais ações.

Apesar disto, em âmbito estadual do Ceará e municipal na capital, há esforços para a participação do social. A presença dos grupos para pensar a política pública é de suma importância, pois têm a experiência do que é útil ou não, afinal eles são os alvos dos projetos. É a participação política do público-alvo que dá ao Estado a oportunidade da legibilidade para efetuar ações.

Na próxima seção procuro mobilizar novamente a literatura sobre o tema da situação de rua partir de experiências de campo na capital cearense. Mostro os atores na cidade, suas formas de resistir no espaço, multiplicando com base na escrita um pouco de sua experiência de vida em situação de rua, vivências estas que dão legitimidade para acessar os comitês, conselhos, seminários e lutar por mais direitos. Em virtude do sistema da rua, optei por neste momento não ocultar alguns nomes.

⁹ Termo irônico utilizado por Foucault em “A vida dos homens infames”.

É uma unanimidade entre as etnografias de que as pessoas que estão em situação de rua possuem uma outra experiência de cidade, uma experiência de exclusão, de violência, de adaptação, formas que compõem o grande sistema da rua, já abordado em outras pesquisas sobre o tema na capital cearense (HOLANDA, 2017). Os trajetos mostram outra forma que pode compor o sistema da rua, também foi alvo de esforços analíticos (MARTINEZ, 2011).

3.2.1 As pessoas em situação de rua no centro de Fortaleza

Para Agier (2015), uma etnografia na cidade envolve a construção e desconstrução de objetos de pesquisa, de maneira reflexiva, individual onde se aprende o campo. Da mesma forma que o antropólogo aprende no campo, as pessoas ao se encontrarem em situação de rua são apresentadas ao sistema: um conjunto de regras, condutas específicas que fazem o indivíduo resistir em uma condição tão difícil. Holanda (2018), na sua etnografia específica sobre o sistema da rua, multiplicando a voz de Roberto, um dos seus interlocutores, nos apresenta uma situação trágica nas ruas de Fortaleza: após um momento de descontração entre o sujeito e um amigo, estes foram pernoitar em uma das praças da cidade, no decorrer da madrugada, outras pessoas reconheceram o amigo de Roberto e passaram a lhe desferir golpes até o sujeito falecer. Mesmo próximo da cena, o interlocutor de Jorge Garcia Holanda (2018), seguiu a regra do sistema e seguiu seu silêncio.

Em vários momentos, durante a minha etnografia, ouvi dos sujeitos de que “na rua, quanto menos você sabe de alguém, melhor”. A não informação de alguém, uma pessoa, para o “sistema” é uma espécie de autodefesa, tanto para o sujeito que sabe quanto o indivíduo envolvido na informação. Para muitos, a exemplo de seu Pirrita, idoso que há décadas esteve na praça do Ferreira, um animal de estimação é mais confiável e “menos perverso” que os seres humanos, ou seja, por conta de uma lógica de desconfiança, para uma parte do grupo, os únicos amigos “de verdade” são os animais de estimação. Paralelamente a essa informação, também se observa uma rede de solidariedade entre as pessoas em situação de rua.

Diversos momentos observei compartilhando comida entre eles: “tudo aquilo que se consegue na rua é partilhado entre o grupo que está presente” (MELO, 2011, 27), não apenas alimentos, mas também informações específicas, cigarros e outras coisas. Simultaneamente à desconfiança, alguns se referem a outros em situação de rua como irmãos da rua, o que mostra uma relação complexa, mas que no fundo, para os mais antigos, o *sistema* exige a desconfiança.

Portanto, a desconfiança faz parte de se adaptar a vivência da *situação* de rua. Recordo-me ao episódio que aconteceu no auditório do MPCE, ainda antes de iniciar a pesquisa,

em que fui questionado por um rapaz, ao saber que eu iria fazer um estudo no qual estariam envolvidos, solicitou-me que fosse até a praça do Ferreira à noite, dessa forma eu conseguiria fazer o trabalho. Ao longo dos dias ouvi destes de que “*na rua não tem coitadinho*” — para se referir ao modo desconfiado dos sujeitos. Dentre outras vezes minha presença foi questionada, apesar do ativismo em prol da causa, para não ser inconveniente, diversos momentos me fizeram ficar distante de alguns sujeitos, principalmente em meio à pandemia mundial do novo Coronavírus durante os anos de 2020 e 2021.

Parte fundamental de estar em situação de rua é se adaptar à realidade urbana extrema. Se a vida mental da metrópole nos faz ser mais racionais (SIMMEL, 1973), o *sistema* da rua faz as pessoas utilizarem desta racionalidade em busca de sobrevivência e resistência nos espaços urbanos. Através de um processo individual, um novo mundo e cruel se abre para os recém-chegados, estes se adaptam e aprendem um novo modo de vida (HOLANDA, 2018). Alguns se assustam e demoram a acreditar que estão nessa situação, outros começam a entender quando passam a depender de equipamentos públicos para tomar um banho, para fazer uma refeição.

Mesmo diante da desconfiança, há aqueles que conseguem estabelecer laços, algumas alianças são de cunho utilitarista, para dividir alimentos, manguear junto, desenvolver algum tipo de trabalho geralmente mal remunerado e entre outros. Entretanto, há pessoas que encontram em outras companheiros, assumem relacionamentos, formam famílias, isto é, geralmente compromissos são assumidos. Pautados na esperança, estes se tornam mais aptos a procurarem sua superação conjunta, passam a alimentar sonhos junto com outras. Apesar da rua ser um universo cruel para muitos, a grande verdade é que ela é um mundo de possibilidades, que incluem desde morrer, matar, brigar, acesso a tóxicos e até mesmo encontrar um amor ou até mesmo um irmão de luta.

Hoje arte educador do coletivo Arruaça¹⁰, Wagner Gonçalves passou por momentos difíceis na sua vida e ocupou as ruas da capital cearense. Nos primeiros dias, ocupou as regiões litorâneas, por medo de ocupar a região central, quando se deu conta de sua situação, em um gesto simbólico rasgou seus documentos na antiga ponte dos ingleses (Ponte metálica) jogando ao mar. Mais tarde, graças a uma rede de sociabilidade construída, se adaptou ao sistema da rua e passou a ocupar a Praça do Ferreira; fez colegas, poemas e outros relatos de experiências que lhe renderam a criação de um livro, ainda não publicado, mas que segundo o autor, a obra explica um pouco da linguagem da rua e o sistema da rua.

¹⁰ Grupo liderado pelo educador André Foca, que realiza diversas intervenções e trabalhos com pessoas em situação e superação de rua.

Carlos foi um dos que custou a aceitar que estava em situação de rua, mas entendeu após o fortalecimento de vínculos com outras pessoas em situação de rua. Após ter noção de que estava em situação, passou a se tornar frequente em instituições de defesa de pessoas em situação de rua, foi lá que conseguiu se inscrever em programas de locação social e habitacionais.

No decorrer das minhas vivências, evitei comentar ou questionar as motivações para a situação de rua dos indivíduos. Muitas destas informações — às vezes — surgiam de forma espontânea. Na pesquisa de Tomás Melo, observa-se a perda como um marcador capaz de fazer o sujeito ir pernoitar nas praças. A referência ao perder tem em conta um estilo de vida muito diferente do que se tem no presente, moravam em uma casa, tinham esposa, marido, mãe, irmãos, filhos e entre outros “Estes processos de ruptura são diversas vezes narrados e ocupam um espaço importante em suas vidas, pois é através destas histórias que se ativa o passado e se atualiza o presente” (MELO, 2011, p.38).

Um dos sujeitos que apresento veio de um bairro periférico da capital cearense. Histórias vieram à tona após um momento de conversa. Durante a infância, teve que conviver com o pai alcoólatra, cuja mãe era constantemente agredida, em um período em que as leis de combate à violência de gênero não existiam no Brasil. O que existiu e teve êxito foi a fuga do garoto, que passou a viver nas ruas da cidade de Fortaleza, desvinculando-se da sua família; há décadas na condição de situação de rua, “seus corres”¹¹ são os trabalhos esporádicos no centro da cidade. Em sua etnografia, Rodrigues (2005) também nos mostra como um problema na família é um fator fundante para a vida na rua, tal que um dos sujeitos da sua pesquisa, Ribamar, desde os 12 anos estava nas ruas após o falecimento de sua mãe.

A desvinculação familiar e a morte de parentes próximos são um dos maiores fatores para refugira-se na rua. De acordo com o primeiro censo municipal de Fortaleza, realizado em 2015¹², os problemas e falecimento de familiares são os principais motivos para os indivíduos estarem em situação de rua, representando aproximadamente 60% do total pesquisado, seguido de problemas com as drogas, 26,2%, problemas financeiros, 16,4%. Assim como no censo nacional, feito em 2008, eram 82% de homens nas ruas do Brasil (CUNHA & RODRIGUES, 2009),

Os números do censo nacional mostram uma predominância masculina no universo das ruas no país, não exclusiva do contexto brasileiro, segundo dados do *Annual Homeless*

¹¹ Os “corres” é o termo usado pelos sujeitos para se referir a atividades informais que lhe garantem alguma renda, alimento ou algum ganho.

¹² Dados citados pela cartilha de 2018.

Assessment Report de 2019, no contexto estadunidense, mais de 60% das pessoas em situação de rua são homens, os números¹³ de capital da Argentina, Buenos Aires, também mostraram 80% de homens em “*situación de calle*”. No contexto local, em Fortaleza, os números do censo municipal na capital cearense mostraram também o predomínio masculino, nomeadamente mais de 80% das pessoas em situação de rua da capital cearense são devidas a homens. Um dos motivos para o prolongamento da situação e superação de rua é o diagnóstico de doenças mentais, bem como a dependência de uso de tóxicos por alguns. Vale ressaltar que quanto mais tempo se passa na situação de rua, mais os vínculos anteriores se enfraquecem e os vínculos nas ruas são reafirmados.

O universo das ruas ser composto predominantemente por homens mostra um aspecto muito sério, segundo dados do censo de 2008 (CUNHA & RODRIGUES, 2008), proposto pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. De igual modo, a ausência feminina nos mostra um outro problema: a violência de gênero nas residências. As mulheres resistem mais tempo em uma casa sob contexto de agressão constante, sejam físicas ou psicológicas e outros que explicam o fato de no Brasil, a cada dia, três mulheres serem assassinadas, vítimas de feminicídio¹⁴, outras conseguem sair de casa, às vezes rejeitada pela família encontram nas ruas um *sistema* que abraça, desde siga suas regras e códigos. Simultaneamente a desvinculação, há a elaboração de uma certa ordem, algo próximo do que Perlonguer (1989) considera uma “reterritorialização perversa” (1989, p. 61), afinal é uma ordem cheia de falhas que pode eclodir no social, causando mortes e entre outras situações.

Ao longo do diálogo com uma mulher em situação de rua, ela me disse que a lógica feminina nas ruas é outra. Muitas de suas necessidades fisiológicas são realizadas em restaurantes do centro da cidade. Em meio aos “estouros¹⁵”, há a fila prioritária de mulheres. Parte dos trajetos femininos baseiam-se em *manguear* ou trabalhar como catadora de resíduos sólidos, colhendo pequenas latinhas de alumínio e vendendo, conseguindo pequenos trabalhos esporádicos, varrendo calçadas, olhando carros e entre outros.

Assim como em outros contextos de pesquisa, tanto geográficos como temporais (RODRIGUES, 2005; MELO, 2011), tudo que conquistam é então entre eles compartilhado. É comum, após o almoço, alguns restaurantes da região central da cidade disponibilizarem as

¹³ Segundo Censo popular de personas en situación de calle en la caba – Consenso Nacional Para um hábitat Digno. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/2019/07/segundo-censo-popular-de-personas-en-situacion-de-calle-en-la-caba/>. Acesso em 15 jan. 2021.

¹⁴ Dados do Monitor da Violência do G1. Disponível em: https://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/femicidios-no-brasil/?_ga=2.77750551.20699995.1583426025-35ac174f-77da-6b42-ae95-df90d6857b97. Acesso em 06 mar 2020.

¹⁵ Distribuição de alimentos ou de itens de higiene básica, são doações de qualquer tipo.

sobras para algumas pessoas em situação de rua. Um cigarro, uma cachaça, um vinho, tudo é compartilhado. Vez ou outra, alguns grupos chegam a cozinhar nas praças e dividindo com quem ajudou a completar os alimentos necessários.

Podemos perceber um pouco o sentimento de união que os fazem resistir no espaço urbano, mas simultaneamente a estes exemplos, há a solidão que o sistema exige. Mesmo que estes tenham suas redes, estabeleçam suas redes de sociabilidade há momentos que a individualidade prevalece para que a resistência seja efetivada. “Conheço todo mundo, mas amigo mesmo, não tenho nenhum”, dizia um senhor em situação de rua que ocupava a praça do Ferreira.

A questão principal da resistência é seguir o sistema da rua. Jorge Holanda (2017) nos narra o processo de *se virar* como fundamental para se manter vivo. Às vezes, a lógica exige uma certa aliança, por vezes uma distância, tudo depende da ocasião específica. Há também pessoas em situação de rua que não se reconhecem com outros pares. A figura do trabalhador desencontrado é recorrente a alguns grupos, pessoas que levavam uma vida relativamente diferente, mas que por alguma situação trágica vieram a ocupar as ruas da capital cearense, em situação de rua, vivendo no limite.

Suelen, quando em situação de rua, foi uma das que relatara a dificuldade na obtenção de alimentos, segundo ela, alguns restaurantes da região central preferiam jogar a comida no lixo do que oferecer para outros seres humanos. Por isso alguns grupos específicos cuidam da alimentação de parte das pessoas em situação de rua.

A segurança alimentar de parte das pessoas em vulnerabilidade é garantida pelo refeitório social no bairro Jacarecanga, também por grupos caritativos que atendem o segmento, tal como a Casa povo da rua, Centro Espírita Casa da Sopa, estes no Centro, o refeitório São Vicente de Paula (Irmã Inês) no Benfica, e entre outros em que ofertam refeições ou lanches. Algumas empresas também fazem doações diárias de alimentos, tal como o Hapvida, que pontualmente serve um sopão diário em algumas praças da região central. Alguns outros espaços são físicos e exige o deslocamento dos indivíduos. Tais espaços fazem parte de uma referência nas narrativas dos indivíduos em situação de rua, ou seja, é comum ouvir “vou pegar a sopa do Hapvida”, “vou almoçar na irmã Inês” e entre outros. Os órgãos municipais que tratam da segurança alimentar das pessoas em situação de rua são os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro pop) e o refeitório social.

Segundo o discurso oficial da SDHDS, o refeitório social do Jacarecanga, inaugurado em junho de 2019, garante em torno de 400 refeições diárias para pessoas em situação de rua. Iniciando às onze da manhã, a fila já começa a se formar do lado de fora, em

torno de oito horas em pleno sol da capital cearense. O fluxo de pessoas e o tamanho da fila aumentam às dez horas da manhã; iniciado o atendimento, às onze, as pessoas passam a poder entrar e fazer sua refeição. Há de fato um almoço saudável, mas alvo de reclamações dos usuários: “se não chegar cedo, não come, 13:00 já não tem mais comida”.

Uma das reclamações recorrentes entre os sujeitos que frequentam o restaurante é a de pessoas de comunidades carentes, de regiões próximas, usarem o aparelho municipal. Com o avanço da extrema pobreza no país em tempos obscuros, há relatos de famílias que não estão em situação de rua, mas que usufruem dos direitos dos sujeitos, por também estarem em vulnerabilidade. Segundo os usuários, é recorrente a presença destes não só no refeitório social, mas também na Praça do Ferreira, no período da noite aguardando os “estouros” (distribuição) de alimentos.

Vale lembrar que o refeitório social é referência em segurança alimentar dos indivíduos, enquanto os espaços citados como Casa da Sopa, Refeitório São Vicente de Paula e Casa do Povo da Rua, Centro pop são lugares que vão além da segurança alimentar, e fazem atendimentos tratamentos em ferimentos, exames médicos e entre outras assistências ao público em vulnerabilidade que vive do “sistema da rua”.

O sistema da rua sempre se mostra acolhedor, mas ao mesmo tempo não é inocente. Muitas situações trágicas acontecem nas ruas. Como citado no começo do parágrafo, a partir da etnografia de Holanda (2018), alguns sujeitos chegam a ser assassinados nas ruas, devido a brigas e outras situações delicadas. Ouvir notícias de algum colega morto, em alguns momentos, infelizmente é uma notícia trágica recebida com naturalidade para alguns destes. Pessoas que em um dia anterior estavam conversando, interagindo com todos nós, no outro dia já não estavam mais entre os vivos.

Os mais antigos que estão em situação de rua recebem as notícias de óbitos com uma certa naturalidade desesperadora, a sua vida é moldada a partir de fatos tristes como estes. Os mais novos no sistema se assustam, algumas das causas são doenças infecciosas, tais como tuberculose ou a violência física, o espancamento durante o pernoite. Geralmente no dia seguinte, os órgãos da prefeitura municipal notificam as entidades e as pessoas sobre o óbito, a partir da notificação, cabe às entidades ou o MNPR-CE procurar as famílias para dar a triste notícia. No insucesso do contato da família, cabe às instituições e o “movimento” se articular a fim de evitar o chamado “enterro como indigente”.

Para proteger o público em extrema vulnerabilidade de violências noturnas, alguns espaços foram criados com a finalidade de abrigar pessoas em situação de rua em meio ao pernoite, a exemplo da Pousada Social da rua Sólon Pinheiro e a Pousada Social Meyre Hellen

de Oliveira Jardim, na Avenida Imperador, ambas no Centro da cidade, inauguradas em 2015 e 2019, respectivamente. Os espaços são o destino de parte de pessoas em situação de rua, a pousada da Sólon Pinheiro conta com um pequeno abrigo para famílias, já a outra, da Av. Imperador, é o destino de várias pessoas em situação de rua na noite, onde lá podem guardar seus pertences em um armário, tomar um banho, fazer uma pequena refeição e dormir. O espaço é um grande vão dividido por camas beliche. Alguns não gostam do espaço por limitar suas atividades, ao mesmo tempo que pernoitar nas ruas pode ser perigoso, estar na pousada social também não é sinônimo de segurança, uma vez que há relatos de confusões, visitas da polícia conferindo se as pessoas estariam “realmente dormindo” no aparelho institucional.

Os conflitos com a polícia são rotineiros entre as pessoas em situação de rua. Há relatos de “policiais legais”, que procuram dar conselhos a pessoas em situação de rua a fim de rua, não utilizam a violência gratuita, mas tentam estabelecer um vínculo com os indivíduos. Em compensação, há inúmeras narrativas referentes a um policial que tentou estabelecer um toque de recolher nas ruas, exigindo que todos estivessem dormindo depois das 22 horas, caso contrário, apanhariam para se deitar. Relatos dão conta até de visitas do “fiscal do sono” nas pousadas. O comportamento do profissional da segurança pública o fez ser alvo de uma série de críticas e denúncias junto ao MPCE.

Além do comportamento do policial, as denúncias do MPCE dão conta de outras violações: o recolhimento dos pertences das pessoas em situação de rua. Fazer tal apreensão sem nenhum tipo de diálogo com o grupo e com violência é conhecida como “rapa”. Uma prática recorrente não só em Fortaleza, mas em todo o Brasil, onde a administração municipal é capaz de apreender todos os itens de uma pessoa já em extrema vulnerabilidade. Os pertences vão desde documentos, alimentos, colchões, mochilas, roupas etc. Curiosamente, as violações de direitos na região do centro são orquestradas para acontecerem no período noturno, entre as vinte duas horas até às cinco da manhã, horário em que muitos estão dormindo; é o momento certo para agredir ainda mais uma parte da população que já sofre tanto.

São outros espaços de acolhimento para pessoas em situação de rua os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros pops) da capital cearense – a instituição municipal está presente na região central e no bairro Benfica. Ir à instituição requer do indivíduo um deslocamento de no mínimo 4km da região central, o Centro pop gera uma movimentação sempre no início do dia, abrindo às oito da manhã. Os usuários do equipamento esperam sempre ansiosamente para poder adentrar na instituição pública.

O Centro pop é responsável por intermediar o Estado com a pessoa em situação de rua. Por isso muitos se esforçam para estarem no equipamento, vez ou outra, têm que aguardar

no sol ou chuva por um atendimento, dado que é sempre necessário se informar sobre o aluguel social, para tomar um banho, para fazer uma refeição e entre outros atendimentos, a fim de amenizar a situação difícil das pessoas em situação de rua.

A realidade das ruas ficou ainda mais difícil durante o período da pandemia do novo Coronavírus. Os trajetos dos sujeitos em situação de rua dependiam fundamentalmente do comércio do centro aberto. Com a quarentena, muitos grupos em situação de rua passaram a depender de voluntários que distribuem alimentos, refeições e cestas básicas nas ruas não apenas do centro, mas em toda a capital cearense.

A dinâmica causada pela pandemia mudou drasticamente a vida nas ruas: “Fica difícil pedir, manguear, tá tudo fechado, não tem ninguém aqui” foi uma frase mais comum dos indivíduos para relatar a dificuldade no período da pandemia. O restaurante social que antes aglomerava pessoas em situação de rua na porta para almoço fechou temporariamente. Quando voltou, passou a ser descentralizado e servir refeições nas ruas e praças, com embalagens descartáveis.

Como dito anteriormente, a pandemia exigiu o isolamento social como forma de evitar a propagação do vírus que trazia o COVID-19, pelo que inúmeras campanhas como “Fique em casa” foram criadas. As pessoas em situação de rua tiveram que seguir a quarentena na rua, tendo em vista a inexistência de um teto. Campanhas organizadas pelo MNPR nacional, com eco na capital cearense, foram as respostas das pessoas em situação e superação de rua, a exemplo de “Na rua não tem quarentena”, com o objetivo de cobrar um plano de controle do vírus também para quem estava em situação de extrema vulnerabilidade.

3.2.2 As pessoas em superação de rua em Fortaleza

Nesta seção, dedico a pensar especificamente na complexidade do fenômeno da superação de rua na capital cearense. Seguindo os atores em seus percursos (LATOUR, 2012), procuro esboçar as rotinas de pessoas que estavam em situação de rua e entraram no grupo de superação, trajetos a fim de mostrar a problemática específica destes na capital cearense.

Estar em superação de rua é um status alcançado por aqueles que, em situação, são abraçados por uma política de Estado, seja em suas esferas municipais, estaduais ou federais. Como observado acima, a ocupação das ruas como uma realidade difícil, a superação desta situação gera uma grande dificuldade para os indivíduos. Desde já adianto que o grupo de superação não faz oposição do grupo de situação de rua, quem está em superação deve ser compreendido como uma pessoa parte do grande grupo de situação de rua. Digo isto, pois

muitos do grupo de superação passam por meses, até anos, transitando em um ciclo sem fim de situação e superação.

Uma das políticas observadas que fazia os sujeitos estarem em processo de saída das ruas é o aluguel social. Pago pela prefeitura, foi resultado de uma série de movimentações políticas, tanto da Rede como do MNPR-CE para abranger as pessoas em *situação de rua*. O valor era destinado exclusivamente para pessoas que moravam áreas de risco ou que tiveram suas casas desapropriadas. Giovana Araújo, procuradora estadual do MPCE foi uma das responsáveis para a flexibilização do conceito de risco aplicado ao benefício. Morar próximo a um rio ou outras áreas de risco, pernoitar nas praças da cidade é também possui seu risco elevado.

O aluguel social, atualmente (2020) no valor de R\$ 420,00, é um benefício que abrange algumas centenas de pessoas que estavam em situação de rua na capital cearense. Todavia, não se deve enganar, para muitos usuários, ser abraçado por tal direito, garante apenas “*um pé na rua e outro dentro de casa*” e responsabilidades que antes não possuíam, como pagar uma conta de energia, água e mobiliar um espaço. Por isso mesmo, com o direito estabelecido, uma maioria dos beneficiários passam o dia mantendo as mesmas rotinas e trajetos no centro da cidade.

Alguns sujeitos, ao serem contemplados com o direito, também encontram algumas dificuldades de fazer a locação do imóvel, devido ao preconceito por serem pessoas em situação de rua. Quando chegam para falar com os locadores, é necessário levar a papelada burocrática exigida pelos Centros pops. Alguns relatam que quando chegam e mostram os papeis da locação social, a casa disponível a dez minutos atrás, torna-se (de forma misteriosa) indisponível. Os espaços para alugar geralmente são compartilhados entre o grupo, que passa a fornecer informações aos novos beneficiários de proprietários de imóveis que aceitam contemplados pela política social. Segundo Elias, atual coordenador do Centro pop do centro, o auxílio preza pela autonomia do sujeito, dando aos beneficiários a opção de onde alugar, desde que prestem conta mensalmente dos pagamentos.

Suelen, foi uma das primeiras pessoas que pude conhecer ao longo da trajetória no campo. Primeiramente como pessoa em situação de rua, alcançada pela política municipal algumas semanas depois, o que a fez entrar em outra categoria. Segundo a moça, o pagamento mensal do aluguel social apenas a fez sair de um aperto para entrar em outro.

Estar em situação de rua faz com que as pessoas transitem por diversos espaços a fim de garantir a subsistência. Estar em superação de rua também gera as mesmas responsabilidades de circular pela cidade, mas com a diferença de possuir um espaço locado,

com as responsabilidades de prestar conta mensalmente com os Centros pops, que prontamente prosseguem com os pagamentos. A Pastoral do povo da rua de Fortaleza, bem como o centro espírita Casa da Sopa também ajudam com a segurança alimentar das pessoas em superação de rua, fornecendo cestas básicas para o grupo.

Também há relatos de sujeitos que driblam o sistema para continuar com os pagamentos. Há pessoas que conseguem o benefício e posteriormente desistem de receber, mas uma grande maioria continua prestando contas e mantendo a locação social. Segundo os parceiros de campo, a vigência do benefício é de dois anos, o valor também pode ser acumulado com outros benefícios sociais como o bolsa família.

De todas as pessoas que compõem o grupo de superação de rua, a grande maioria está no programa municipal, dependendo dos pagamentos mensais que garantem o teto temporário. Vez ou outra há o atraso nos pagamentos, o que ocasiona despejos e a volta para as ruas, afinal o grupo segue o estigma social e são julgados pelos proprietários, onde já acusam os beneficiários de terem gastado o dinheiro com drogas.

Um dos atrasos, em meados de novembro de 2019, foi responsável direto pelo despejo de Fabiano. O sujeito conseguiu acesso ao benefício, alugou na região central da cidade, segundo ele, a proprietária não cansava de destilar preconceito para com o homem em superação de rua. No primeiro atraso do pagamento do aluguel, ocasionado pelo atraso da gestão municipal, Fabiano foi despejado, voltando para as ruas, mesmo que temporariamente. Situações assim geram um desconforto e desconfiança no grupo em superação para com o benefício. A sensação de estar temporariamente em um imóvel, ter que sair, com alguns móveis obtidos gera uma situação que Fabiano classifica como revoltante e frustrante.

Arlindo Ferreira é outro na categoria de superação. Ele foi alcançado pelo benefício do aluguel social, alugou um quarto em cortiço na região central da cidade. O cubo de aproximadamente 3m² com um banheiro, foi mobiliado com uma cama, uma cômoda e algumas garrafas no chão. Acompanhado de outros beneficiários, o imóvel locado serve praticamente para a pernoite do usuário, boa parte da sua dinâmica social é desenvolvida na rua, onde vê amigos, passa o tempo.

O representante do movimento social no Ceará, além do benefício temporário, sobrevive às custas de seu artesanato. Diariamente seu trabalho o faz caminhar coletando latas nas ruas do centro. Com as latas, ele é capaz de moldar e criar um pequeno instrumento musical, uma mini bateria. As baterias renderam a Arlindo a simpatia e referência ao seu nome, vários o conhecem como o “*cara das baterias*”. Além de sair procurando matéria-prima para seu

produto final, o indivíduo perambula pelo centro ou no trânsito, tentando vender seus pequenos instrumentos, feitos a partir de latas, que provavelmente teriam um lixão como destino final.

Outros em superação de rua conseguem sobreviver de trabalhos temporários. As narrativas dos sujeitos dão conta de uma pequena parcela de pessoas que conseguem também a efetivação de um trabalho fixo, geralmente em pequenos comércios ou em institutos, a exemplo de Wagner Gonçalves, que se tornou educador social e passou a ser uma voz na luta por políticas públicas através da poesia, bem como a partir de sua história incentivar as pessoas em situação de rua a almejem coisas maiores. Um dos sujeitos que conseguiu um emprego se efetivou em uma livraria na Praça dos Leões, vendendo livros na praça, com isso conseguiu restabelecer vínculos com seus filhos. De início conseguiu alugar uma casa graças ao programa de locação social, depois passou a viver do seu emprego.

Alguns outros projetos, além da locação social, também incluem as pessoas no grupo de superação de rua. Um destes foi o “Novos caminhos”. Neste, posto em prática por duas ocasiões. A iniciativa garante alguns cursos e um auxílio financeiro para o estudante, para que este possa alugar um espaço e usufruir ao máximo a capacitação profissional ofertada. O projeto é problemático, tendo em seu público específico, pessoas usuárias de tóxicos; segundo os indivíduos, há papéis que devem ser assinados, comprovando que é viciado em alguma substância.

Uma das etapas do projeto novos caminhos é um estágio, para o sujeito pôr em prática alguns dos conhecimentos obtidos em qualificações profissionais. Alguns poucos indivíduos conseguiram pleitear uma contratação efetiva na empresa. O emprego ou a manutenção de um trabalho é relatado por eles como o maior desafio para o grupo em superação.

Uma das formas de também entrar no grupo de superação de rua é ser contemplado pelo apartamento do antigo programa habitacional “Minha casa, minha vida”. Desde 2019, o MPCE e a Rede conseguiram estabelecer uma demanda fechada para pessoas e famílias em situação de rua. De lá para cá algumas dezenas de casas foram direcionadas a este grupo.

Joana foi uma das primeiras sorteadas, em 2012, ainda antes da demanda específica estabelecida em 2019. Ela recebeu a chave da casa e foi morar em um apartamento no bairro da Messejana, cerca de 10km do centro da cidade, local onde estava em situação de rua por problemas familiares. Destes anos para cá, a então dona de casa foi obrigada a se virar para manter sua nova casa. A barreira do emprego formal sempre foi erguida para Joana. Ela se virava costurando e fazendo consertos em roupas, de modo a conseguir um bom dinheiro, mas surgiram outras pessoas oferecendo o mesmo serviço. A concorrência e a distância dos clientes

conseguiram derrubar parte dos recursos de Joana, “*A concorrência quebrou minhas pernas*”. Outra parte de recursos ela têm direito através de programas sociais, como o Bolsa Família. Vez ou outra a observava andando pelo centro. Por quase dez anos, Joana está em superação de rua.

Carlos foi outro que conseguiu acessar um apartamento via demanda fechada da “Minha casa, minha vida”. Após ser sorteado, pôde imaginar uma vida fora das ruas, já em processo de “superação de rua”. Assim como Joana, Carlos percorria longas distâncias para o centro da cidade, a fim de conseguir cestas básicas para garantir seu alimento. O indivíduo contou com o restabelecimento de laços familiares para a nova etapa de sua vida. Alguns familiares lhe garantiram uma geladeira, um fogão e entre algumas mobílias.

O programa “Minha casa, minha vida”, apesar de garantir um imóvel para os indivíduos, era alvo de críticas pelos sujeitos em relação a distância dos condomínios da zona comercial da capital cearense. Segundo algumas pessoas em superação de rua, as casas “ótimas para quem tem familiaridade com caça ou pesca, porque ou era no meio de um matagal ou próximo a um rio sem fim, sem nenhum mercadinho ao redor” e outra seguiu “também é bom pra quem é professor, porque nem escola perto tem” (Diário Pessoal). Para além das dificuldades encontradas, existiam também pessoas que se aproveitavam do programa, que diariamente pastoravam na porta para comprar o apartamento dos indivíduos¹⁶, ressalta-se também os problemas gerados por facções, que vez ou outra procurava expulsar os moradores.

Estar em superação de rua é precisar de uma atenção mais que especial tanto de agentes civis ou de agentes públicos, pois a política pública é a maior propulsora para que os grupos cheguem a essa etapa e deve ajudar superação plena. Militantes do MNPR-CE sempre batem na tecla do emprego, segundo eles, é a manutenção de trabalhos que a superação plena é possível.

3.2.3 A cara do MNPR em Fortaleza.

Os representantes do movimento, atentos às demandas do social, possuem vivências individuais que podem ser alinhadas a uma coletividade, desde as motivações para a ocupação das ruas, as situações de violência. As experiências dos indivíduos lhes dão crédito para representar as pessoas em situação de rua enquanto movimento social. A exemplo das mortes de crianças no município de Altamira, no Pará, conhecido como “O Caso dos meninos

¹⁶Uma prática ilegal que resulta tanto na expulsão beneficiado do programa bem como a retomada do apartamento, para um novo sorteio beneficiando uma nova pessoa.

emasculados em Altamira”, onde a dor e o sofrimento são a inscrição para a luta política a fim de justiça (LACERDA, 2014). A adesão para a militância das pessoas em situação de rua também estaria muito mais relacionada ao sofrimento destes.

Acompanhado de Arlindo, uma das lideranças formadas no Ceará, Almir, que também é um representante do MNPR-CE. O MNPR em âmbito nacional possuiu figuras históricas femininas, como Maria Lucia Santos Pereira na Bahia, assim como na capital gaúcha (LEMÕES DA SILVA, 2019), o contexto cearense mostrou-se um pouco diversificado, com a presença de Vitória e Monalisa que dividia a militância com os deveres de ter uma família, Serena Silva, mulher trans que passou a aflorar na militância após vários casos de transfobia nas ruas. Ambas almejavam a formação de novas lideranças bem como a luta por moradia e trabalho.

Apresento brevemente algumas das pessoas que compõem o movimento no Ceará¹⁷, alguns trechos de suas histórias de vida, que fazem parte de fragmentos ofertados pelos sujeitos no período da minha vivência de campo. Opto por esconder trechos das suas vidas. Algumas histórias nem sempre são contadas, tendo em vista a situação trágica que foi a ruptura para tais indivíduos. As “desavenças da vida” escritas abaixo, geralmente são relacionadas a ruptura familiar, morte de parentes próximos, agressão, ameaça de morte, depressão, dentre outros problemas.

Alguns interlocutores são mais ativos que outros, no que se refere a representação e militância do movimento social no Ceará. Sherry B. Ortner (2007) faz uma reflexão a respeito de como a agência de atores, apesar de ser usada com um certo romantismo da uniformidade, nos mostra que não há como observar a agência sem perceber uma certa relação de poder. Há sujeitos e sujeitos, alguns mais presentes que os outros. A autora nos chama atenção para o fato de que a agência também é poder. A assimetria do texto explicita isso e a imprevisibilidade dos sujeitos. Se a intenção era uma uniformidade entre os atuantes do movimento social, recorde que como todo grupo urbano, a heterogeneidade é uma das maiores marcas da população em situação de rua. Há pessoas com mais agência que outras. De acordo com Other, isso mostra que “a capacidade de transformação dos agentes é apenas uma dimensão de como o poder opera nos sistemas sociais” (2007, p. 56), em resumo, há pessoas mais ativas que as outras.

¹⁷Josivan, um dos já citados acima, durante parte do período da pesquisa, este estava em uma casa de recuperação fora do município.

3.2.3.1 José Almir

Almir é um senhor de aproximadamente 50 anos de idade. Sempre com seu chapéu na cabeça para esconder-se do sol forte da capital cearense. O homem de mais de cinco décadas nasceu na região do Maciço de Baturité, morou na região do Pirambu¹⁸. Por desavenças da vida, acabou vindo parar nas ruas de Fortaleza. Às vezes utiliza os espaços das pousadas sociais, inclusive para fiscalizar e desfrutar dos aparelhos, frutos de muita luta. A partir de suas vivências nas ruas, muitas denúncias são realizadas.

Um dos representantes do coletivo no estado do Ceará, Almir é antenado às violências sofridas por outros líderes de outros movimentos sociais ao relatar que *“Pra nós do movimento de rua é até tranquilo, mas pra outros que invadem fazenda rola até bala pra eles”* lamentou o senhor. A tranquilidade que relata está em relação a atuação do movimento no Ceará. Como dito anteriormente, existe uma Rede de proteção que inclui autoridades e colaboradores na cidade, que sempre procura estar próximo quando o grupo lança embates mais arriscados. Tendo em vista a vulnerabilidade extrema em que estão as pessoas em situação de rua, sem bons parceiros, facilmente as pessoas do movimento de situação de rua seriam sufocadas. Existem inúmeros relatos de embates com policiais, onde posteriormente, os agentes seguissem os sujeitos nas ruas, a fim de destilar seu ódio com agressões físicas ou intimidações. Contudo, as ameaças não estão presentes apenas nas forças policiais.

A insegurança que Almir relata também está associada a seus pares. A rua também é um local de perigo, é preciso saber *se virar no sistema* (HOLANDA, 2017). Durante um desentendimento com outra pessoa em situação de rua, uma confusão foi gerada e Almir levou duas facadas, uma na região do braço e outra na barriga. No momento da ação violenta, o militante não deu gravidade aos fatos, mas *“ao ver tudo longe, tudo ficando preto”* o senhor de meia idade pensou que seria o momento de sua partida.

Contudo, o atendimento médico foi feito, a cirurgia foi realizada, mas no decorrer da internação houve maus-tratos por parte da equipe de saúde, talvez pelo fato de Almir ser o único a não receber visitas, e ser uma pessoa em situação de rua, os profissionais não faziam a troca de suas vestimentas, roupas, lençóis, deixando-o a mercê de uma infecção hospitalar. Os maus-tratos fizeram com que o sujeito saísse muito antes da recuperação dos ferimentos, boa parte da cicatrização se deu na rua. Na continuação da recuperação de Almir, Arlindo foi uma figura importante, ao lado dele ajudando, acompanhando-o nas idas aos hospitais.

¹⁸ A mesma região que foi campo de concentração de retirantes nos períodos de estiagem.

Meses depois da agressão, Almir relembra com bom humor o aperto que sofreu. Levar golpes de faca na rua poderia trazer o ódio de qualquer pessoa, menos para Almir, que esperava havia anos por uma cirurgia de hérnia na região da barriga, a facada foi justamente na região em que estava a hérnia, ou seja, para operar da agressão, a unidade de saúde teria que operar a hérnia também: *“nem tive como ficar com raiva do indivíduo que deu a furada, porque operei na mesma hora o que tava precisando”*.

Para Almir, o “movimento” é importante para conquistar políticas públicas, melhorar a vida de pessoas que já sofreram e sofrem tanto. Por comporem um coletivo, a união de todos é capaz de produzir avanços muito mais do que pessoas sozinhas.

3.2.3.2 Fabiano

Assim como Almir, Fabiano é nascido e criado no Ceará, especificamente na região do Pirambu. Por causa de atritos na vida, passou a compor o grupo da situação de rua em Fortaleza. Fabiano passou por uma situação de desavença familiar. Mesmo tendo uma vida difícil nas ruas, em algumas ocasiões, Fabiano levava seus filhos para passeios e outros programas de família. Fazia questão de ter constante contato com seus filhos. Segundo ele, pode existir ex-mulher, mas não existe ex-filho, por isso ainda procurava ser um pai presente para eles, mesmo em situação de rua. Um dos entusiastas do coletivo no Ceará, Fabiano é um dos mais incisivos nas falas, no que se refere ao protagonismo e voz do povo em situação e superação de rua.

Avesso a grupos que utilizam as pessoas em situação de rua para promoção pessoal, Fabiano é crítico de pessoas que tomam sua voz e querem falar pelas pessoas em situação de rua. Durante as vivências de campo pude compartilhar muitos momentos ao lado do grupo, ouvir várias queixas, algumas destas veio de Fabiano, recém beneficiado com o aluguel social. O sujeito conseguiu locar um imóvel no centro de Fortaleza, mas a dona do apartamento constantemente desferia golpes verbais, humilhando a pessoa que entrava na superação de rua.

Dos comentários preconceituosos para com o grupo, destaca-se a sugestão de *“metralhar todos esses vagabundo”*. Posteriormente, houve um atraso no pagamento do benefício de todos o que fez com que o sujeito fosse despejado do local. A mudança o fez levar todos os seus pertences. Ao conseguir um novo lugar, prontamente me convidou a ver sua nova morada e tudo que tinha: um colchão no meio de um cubo de aproximadamente três metros quadrados. Também por dissenso, teve que sair do novo lugar tempos depois, mas sempre prestando contas com o Centro pop com o aluguel social.

Para Fabiano, o “movimento” é importante para as pessoas em situação de rua terem o protagonismo da luta que querem para si mesmos, que sempre outros grupos buscam tirar, ou seja, para o militante, o MNPR-CE, enquanto coletivo, é capaz de tomar a frente nas reivindicações que envolvam as pessoas em situação e superação de rua, não só no Ceará, mas de toda a luta nacional, para Fabiano o coletivo deve lutar por todos em solo nacional que ocupam as ruas.

3.2.3.3 Tiago

Pernambucano, Tiago foi um dos representantes do “movimento” no Ceará ao longo da pesquisa. Antes de voltar para seu lugar de origem, estava constantemente presente nas reuniões. Ora ou outra contava fragmentos de seu passado: um dia já serviu ao exército, contando várias histórias de seu período como militar da ativa, já viu um tubarão arrancar a perna de uma pessoa na praia de Boa Viagem, sua família, que ainda está na capital pernambucana. O modelo de carro de seus familiares e entre outras lembranças que ora ou outra tinha.

Tiago veio a capital cearense por meio de uma casa de recuperação de uso de tóxicos. Em meio ao tratamento, lhe foi solicitado que este vendesse produtos nos ônibus coletivos da cidade, por desavenças da vida e por não concordar com a abordagem da casa, passou a viver em situação de rua, mesmo que longe da sua cidade de origem. Vez ou outra voltava para sua terra natal. A casa que trouxe o pernambucano à capital cearense não foi a única em que este passou. Durante vários outros momentos em suas vivências de rua, assim como vários outros sujeitos, ele passou por diversas casas e abrigos, mas sempre aconteciam atritos que o fazia sair destes lugares.

As reclamações sobre as comunidades terapêuticas envolviam jornadas exaustivas de trabalhos, o cerceamento de alguns direitos básicos como de higiene pessoal e outras situações. Tomo como exemplo a citada pelo militante em uma reunião do CEPOP. Na ocasião, Tiago relatou que uma das suas casas possuía parceria com o Governo Estadual, no espaço seria ofertado um curso de cabeleireiro, como apoio para o recomeço de diversas vidas que lá estavam, o poder público deu materiais para o trabalho: máquinas de corte de cabelo, cremes, tesouras e entre outros insumos. Para intermediar o benefício, a SPS entregou os produtos para a casa fazer as entregas. Tiago disse que ele e outros membros da casa viram os produtos chegar. Animaram-se com a nova ocupação. Entretanto, para a surpresa de todos, o curso acabou e a comunidade terapêutica se recusou a entregar o material, alegando que os sujeitos “iriam vender

ou trocar por tóxicos”. A situação gerou indignação ao militante, que não pensou duas vezes em expor o nome da casa na reunião do comitê, que posteriormente junto a SPS buscou respostas para a ocasião. Entretanto, mesmo sem os materiais necessários, era Tiago quem vez ou outra cortava o cabelo de alguns indivíduos em situação e superação de rua.

Para Tiago, o “movimento” era importante para a conquista de políticas públicas. O pernambucano, há quase uma década em situação de rua, era um dos simpáticos a luta, em alguns momentos de reuniões, era Tiago quem tomava a palavra e fazia ponderações sobre políticas públicas e algumas considerações, além de denúncias, com o apoio de outros militantes do MNPR-CE.

3.2.3.4 Arlindo Ferreira

Um dos principais representantes do “movimento” no Ceará é Arlindo. Em meio ao desenvolvimento do trabalho, muito pude aprender com ele. A vida de Arlindo, assim como de parte das pessoas em situação de rua, é feita de encontros e desencontros. Nordestino, nascido no Piauí, hora ou outra me contava alguns fragmentos de sua história de vida. Estudou até o sexto período de Biologia na UnB, com o apoio do Pastoral do povo da rua, ainda mantém contatos eventuais com sua mãe. Já foi evangélico de uma grande igreja da capital cearense.

Arlindo é um dos representantes do MNPR-CE nas instituições de debate público. Pude verificar o quanto era articulado, tanto dentro quanto fora das instituições. Mesmo sendo a mobilização uma tarefa difícil, busca manter o diálogo com boa parte das pessoas em situação de rua da região central da cidade. Um dos seus amigos, Fábio, também em situação de rua, exaltou a capacidade dele em representar e falar nestes espaços. O elogio vai de encontro a uma fala de Arlindo: *“Minha representação não é a adequada, mas é a que tem”*, frase inverídica, pois o que me foi evidenciado, e pelas falas de seus colegas, é que a representação de Arlindo é mais que adequada e muito necessária à população em situação de rua em Fortaleza.

Na ocasião do Seminário Estadual de Políticas Públicas para a população em situação de rua, em sua última fala no evento, Arlindo convidou nominalmente todos os seus irmãos de rua presentes: *“Tá vendo? Eles têm nome, tem rosto, tem sorriso, o que queremos é inclusão, a fome de comida existe, mas a gente tem outras fomes, nossa maior fome é de direitos, de inclusão social”* (Diário de campo pessoal, 2019).

Trata-se de uma pessoa empática que em alguns momentos acompanhava colegas a hospitais, como aconteceu com Almir. Lutou por diversas vezes para evitar que irmãos de rua, que vieram a falecer, fossem classificados como indigentes. Boa parte das vezes com

sucesso. Também já comprou briga em restaurantes por ver situações de humilhação a pessoas em situação de rua. Na ocasião, ao longo de uma das suas vivências pela cidade, Arlindo estava lanchando e presenciou uma senhora ser discriminada pelo segurança de um restaurante:

Outro dia desses tava merendando, e uma senhora chegou pra pedir na porta do restaurante [...] aí o cabra começou a discriminar a mulher e a criança lá. E aí cheguei no cara e falei ‘Olha, se você não quer ver esse tipo de situação, vá morar na Europa! Vá morar em Londres! Não venha morar no Brasil não.’ [...]. Eu sei que no final das contas eu chamei ele de Bolsonaro. Aí ele veio dar na minha cara, eu dei na cara dele, foi mó confusão medonha. [...] Mas eu não tava errado, ele expressou opinião dele e eu expressei a minha, mas parece que no restaurante a opinião dele vale mais que a minha. Só que ele veio querer bater na minha cara e eu tive que reagir né [...] a cada ação existe uma reação, uma das leis da física. [...] o tipo do comentário dele era discriminatório e pejorativo (para com a mulher do início) e eu não gostei, mas aí quando comecei com o meu (comentário) ele não aceitou e o burro quando tiver acuado dá o coice, né? (Fala de Arlindo, Diário Pessoal)

Imagem 4 - Da esquerda para direita: Fabiano, Eu, Arlindo, Edson, a então vereadora Larissa Gaspar e Almir no 25º Grito dos Excluídos – Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

3.2.3.5 Josivan Silva

Josivan nasceu em Fortaleza, na região do Serviluz, hoje parte do bairro Cais do Porto, região litorânea da capital cearense. Segundo dados de 2014 da prefeitura, tal região possuía um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,223¹⁹. O número baixo da região

¹⁹ Segundo estudo de “Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza” por Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em <<https://bit.ly/3qt9cOt>> Acesso em 15/01/2021.

onde cresceu Josivan contrasta com o bairro Meireles, com 0,953 de IDH. Um número discrepante que indiscutivelmente põe em causa a pobreza nos bairros. Ainda segundo os dados, o bairro Cais do Porto possui um dos dez piores níveis de IDH-Educação.

Assim como os outros militantes e de igual modo a história de outros que estão em situação e superação de rua, Josivan cresceu em uma comunidade com baixa atenção e investimentos por parte do poder público. Somado a isso, teve que lidar com rompimento de laços e morte de familiares próximos, problemas com uso de tóxicos que o lançaram àquela condição. Também passou por algumas comunidades terapêuticas. Momentaneamente esteve em situação de superação, embora tenha pernoitado abaixo de marquises que passou boa parte do período desde que saiu de casa.

O militante é um dos representantes mais ativos do coletivo em Fortaleza. Assim como Arlindo Ferreira, é um artista plástico, mas que, à diferença deste, que produz objetos de arte, Josivan pinta quadros (IMAGEM 7) e produz textos sob inspiração das suas vivências de situação de rua. Um de seus sonhos é conseguir viver financeiramente da arte que produz. Josivan é um dos que mais conseguem cooptar membros, assim como coordenar ações conjuntas com o MNPR-CE.

Segundo Josivan, a importância do “movimento” é dar um foco na sua vida. A militância dá a agitação necessária para seguir seu caminho na superação de rua, além de torná-lo mais humano e sensível às dores de uma coletividade, abandonando o individualismo que o sistema da rua exige. Para o militante, a luta do MNPR pode transcender o tempo, dado que o objetivo não é apenas buscar melhorias às pessoas que estão agora na rua, mas também às que virão depois, ou seja, objetiva-se políticas públicas que auxiliem na superação de rua, tanto dos que já estão, e daqueles que ainda virão.

Imagem 5 - Quadros pintados por Josivan Silva e a bandeira do MNPR - Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2021).

3.2.3.6 Rodrigo

Um outro militante da célula regional do “movimento” é Rodrigo, um designer gráfico, que por acaso da vida passou a estar em situação e superação de rua em Fortaleza. O militante é natural de São Paulo, mas já morou em vários estados do Brasil por questões de trabalho e família. Passou por falecimento de parentes próximos, depressão, desemprego e quando se viu, estava dependendo de equipamentos públicos para sobreviver. A situação de extrema vulnerabilidade constituiu um verdadeiro baque a Rodrigo, que inicialmente se assustou com as regras do “sistema da rua”.

Passou a integrar o MNPR-CE tão logo conheceu o coletivo na capital cearense, cuja apresentação é devida a Pastoral do povo da rua e outros militantes. Com os conhecimentos e noções de edição de fotos e vídeos, o paulista pôde dar luz tanto a suas ideias como de outros militantes, de vídeos e entre outras ações que envolviam os meios digitais. Em meados de 2020, as ações do grupo ganharam visibilidade digital: suas reuniões foram publicadas em páginas, vídeos foram produzidos e exibidos, a fim de sensibilizar mais parceiros para o coletivo, além de recrutar mais membros para o movimento social.

O “movimento”, para Rodrigo, é uma motivação para lutar por dias melhores: *“tive que retribuir toda a ajuda que eu recebia, o movimento tá sendo minha força motriz pra sair disso, tanto é que tô procurando coisas melhores”* dizia o militante, que procurava canalizar toda sua energia com a militância, bem como lutar para a superação plena da rua.

3.2.3.7 Serena Silva

Serena Silva é também militante do MNPR-CE. Assim como todos os membros do movimento social, teve a triste experiência de pernoitar nas ruas de Fortaleza. Por ser uma mulher trans, uma das experiências mais incômodas diz respeito aos diversos abusos que passou a sofrer, só cessados quando conseguiu ser alcançada pela política da locação social. A desvinculação familiar também é uma das causas que fizeram-na ocupar as ruas de Fortaleza. Analogamente aos outros membros, tem parentes na capital cearense, mas não se sente à vontade com eles, limitando-se a pequenas visitas.

A situação de rua para Serena a fez conhecer diversos aparelhos. Segundo ela “este mundo não existia”, no que se refere a rede de aparelhos de assistência para pessoas em situação de rua, seja Centros pops, os Centros de Apoio Psicossocial (CAPs) etc. Antes de conhecer o universo das ruas, entre os seus passeios pelo centro, vendo pessoas em situação de rua, Serena nunca imaginava que um dia estaria na mesma situação, mas luta hoje para superá-la.

Dentre os inúmeros casos de violência a que foi submetida, constam situações constrangedoras, algumas até em instituições públicas, como o não respeito ao nome social, ou em espaços públicos como ameaça, agressões dentre outras violações. Das conversas mantidas com uma psicóloga do Centro pop, foi aconselhada a ir ao Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, uma instituição municipal que atua na defesa da comunidade LGBTQIA+, para que Serena fosse buscar medidas que coibissem as agressões, mas ela estava “na rua”, e as coisas eram “muito difíceis”, talvez se referindo ao sistema da rua.

Experiências como esta e a vida nas ruas fizeram-na aprender a se defender quando fosse necessário, mas dessa vez com estratégias diferentes: na militância, ao mesmo tempo em que criou uma nova rede de sociabilidade, conheceu Josivan, Walter e Vitória dentre outros militantes do movimento social no Ceará, posteriormente entrou de vez para a militância do MNPR-CE.

O movimento é muito importante para reivindicar mais direitos, mais direitos né? Mais igualdade social para todos, por conta de que nosso país é um país muito desigual, muito violento, além de muito, muito homofóbico. (Serena Silva, Diário Pessoal).

3.2.3.8 *Monalisa*

Uma das militantes da célula regional do MNPR-CE é Monalisa. Mãe de três filhos, ela divide a militância com os afazeres maternos, desdobrando-se diariamente acompanhada de seu companheiro, com trabalhos esporádicos a fim de trazer o pão de cada dia para sua casa. Seu ativismo teve início quando, a convite de Arlindo, passou a participar de espaços de discussões sobre políticas públicas, o CEPOP, lugar em que mesmo levando seus filhos, não deixou de participar em algumas reuniões. Mesmo após conseguir um emprego, não deixou de participar dos encontros, sendo uma voz ativa do “movimento” em Fortaleza.

Monalisa também tem origem no bairro Pirambu, e por desvinculação familiar, saiu cedo de casa, ficou em situação de rua por um certo período. Com filhos e auxiliada pelo Centro pop, conseguiu ser alcançada pela política do aluguel social. Atualmente milita no movimento para que mais políticas a pessoas em situação e superação de rua sejam efetivadas, ou seja, para que mais pessoas consigam acesso à moradia. O que move a militante é o sonho de pôr um mundo mais justo.

Para Monalisa o movimento é importante porque garante a educação política dos seus membros, bem como é capaz de disseminar informações sobre os direitos que devem alcançar as pessoas em situação de rua. Por isso, para a militante, assim como na sua vida, o MNPR-CE é capaz de ser o vetor de uma mudança para as pessoas em extrema vulnerabilidade.

3.3 As pessoas, ruas, casas e passagens

Ao longo da pesquisa, as pessoas se mostraram sempre dispostas em contribuir para o trabalho de campo. Os dramas cotidianos se apresentavam e eram compartilhados de um modo que me fazia pensar na complexidade, não só de pernoitar na rua, mas também de superar a situação.

A situação de rua garante a sobrevivência e resistência dos sujeitos a partir da composição de trajetos entre casas de apoio, centros pops, pousadas sociais dentre outros. Dentre as andanças, há a composição de uma lógica: parte do sistema rua que é a de se virar (Holanda, 2018). Os locais são de encontros sociais, mas grande parte das práticas do sistema são de cunho individual, a fim de estabelecer a resistência dos sujeitos.

A problemática do tema da superação já havia sido abordada indiretamente em várias pesquisas. Rodrigues (2005) e Melo (2011) nos apresentaram alguns sujeitos com potencial para realizar o movimento, pela quantidade de recursos obtidos e alguns até

conseguindo empregos. Como dizia Arlindo Ferreira (MNPR-CE) “*sair da rua é fácil, difícil é fazer a rua sair de você*”. Uma frase que revela exatamente a complicada relação entre situação e superação de rua.

Para grande parte da administração pública, em muitos momentos a distinção é dicotômica: ou é um sujeito em situação de rua ou não. As ações de grande parte de setores do Estado direcionam as ações do poder público neste sentido. Os excessos são provas de que a dicotomia não dá conta da complexidade do tema. Tomo como exemplo uma ação do poder municipal de Fortaleza, que representou a tentativa de cerceamento de direitos já estabelecidos para o segmento. Tudo isto por seguir a linha binária, olhar o dentro e fora e não observar o entre.

O refeitório social no centro, inaugurado em meados de 2019, inicialmente criado para atender as pessoas em situação de rua. Para o atendimento ser efetivado, seria necessária a emissão de uma carteira de identificação de usuário do refeitório, assim o sujeito teria acesso a uma das centenas de refeições que a instituição forneceria. Relembro a situação proposta pela administração municipal, que passou a confiscar as carteiras de identificação do refeitório social das pessoas que teriam sido contempladas com o aluguel social.

Como já citado acima, o grupo em superação não se opõe ao grupo de situação de rua, ambos são parte de um mesmo grupo em vulnerabilidade. Por isso, em vários momentos do texto, designo-os grupo de pessoas em situação e superação de rua. A administração pública em grande parte das suas esferas — seja municipal, estadual ou federal — apesar de reconhecer os dois subgrupos, às vezes age diferente, com a visão dicotômica do fenômeno.

Operando com a lógica de um direito excluir outro, conseguir o aluguel social perde a refeição, fazendo com que pessoas cogitassem renunciar ao benefício da locação apenas para a garantia da segurança alimentar no “mesão”, recém-inaugurado. Coube ao MNPR-CE, MPCE e outros, denunciarem a situação e fazer a Prefeitura de Fortaleza voltar atrás no movimento segregacionista que ensaiou.

Como dito acima, estar em superação de rua é dar um passo para um imóvel, mesmo que segundo parte dos beneficiários, a condição apenas garante um pé em um teto e um pé nas ruas. Teoricamente as políticas públicas para este grupo trabalham procurando a autonomia dos sujeitos, mas na prática o fato é que este movimento joga os indivíduos a sua própria sorte. Buscando seus meios de subsistência, políticas como estas são necessárias e conseguem tirar os sujeitos das ruas, mas ineficazes quando não aliadas a outras políticas de inclusão.

Tomás Melo evoca o conceito de liminaridade de Victor Turner para uma passagem da vida “estabelecida” para uma nova realidade dos indivíduos, em que há uma mudança brusca

nas vidas, agora nas ruas: “Momentos em que o desconhecido toma lugar e aquilo que era estabelecido mostra uma potência de irrupção, de quebra dos papéis em um tipo de margem não necessariamente prevista.” (MELO, 2011, p. 51).

Evoco o trecho onde Melo alinha o conceito de liminaridade de Turner (2008) ao movimento de “adentrar a rua” para que possamos pensar também na passagem “superação de rua” como etapa final da liminaridade. Ambas as etapas partem de interrupções em papéis sociais: se para ficar em situação, há uma série de desvinculações na rede do indivíduo, para estar em superação há a necessidade de um reestabelecimento destas. Situação e superação de rua, ambas etapas são liminares.

Segundo Turner (2008), a liminaridade compõe-se de três fases: separação, margem e reintegração. Nos momentos de margem, o indivíduo “torna-se ambíguo”, o famoso “nem lá, nem cá” (2008, p. 216) ou seja, a situação e superação de rua são etapas em que os sujeitos e indivíduos estão em um processo transitório para uma nova fase, onde a passagem estará consumada. Com isso se reintegra nos seus antigos (ou novos) vínculos, ou seja, a superação plena da rua. Entretanto, por não se tratar de liminares rituais, não há garantias de todas estas etapas para todos os indivíduos, estamos falando de grupos que Victor Turner classificava como *outsiderhood* ou marginais, que muitas das vezes não têm garantia de fim para sua ambiguidade. A dificuldade para a resolução se torna ainda mais problemática quando estes dependem do Estado para definir sua situação.

Para exemplificar melhor, posso voltar a um dos trechos acima. Fabiano, um dos representantes do MNPR-CE, foi alcançado pelo aluguel social, ou seja, uma pessoa em situação que passou a estar em superação de rua. Quando digo que ambas são etapas de margem e transitória, quero dizer que ambas são liminares, não são estáveis, estão em uma grande categoria única que vai e volta, infelizmente no mesmo lugar. Uma das maiores provas disto são os preconceitos sofridos por Fabiano: mesmo em um teto, os proprietários dos imóveis sempre os tomavam como “povo de rua”, pessoas de desconfiança para os locadores. Não por acaso, bastaram 5 dias de atraso no benefício para que fossem colocados fora do imóvel.

Com toda a experiência dos indivíduos em superação de rua, cabe o questionamento sobre qual a real definição de situação de rua? Será que o conceito, amplamente entendido como um segmento da sociedade que pernoita em ruas, praças, marquises, viadutos e pontes ainda dá conta de tamanha heterogeneidade dos indivíduos e seus caminhos?

Vale ressaltar que o Decreto presidencial nº 7053/2009 trouxe uma conceituação a respeito do fenômeno,

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou

fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009)

No Decreto, abre-se a margem para moradia provisória (ou superação de rua) como também incluído na política pública, ou seja, no amplo conceito de situação de rua. Baseando-se na narrativa dos sujeitos, pode-se perceber uma cisão desnorteadora do conceito que gera ineficiência dos gastos. Compreender situação e superação de rua como antagônicas não é apenas negar o conceito tal qual estabelecido pelo Decreto, é contribuir para uma política ineficiente de administração de pobreza, que poderia ser melhor elaborada se fosse uma política de emancipação de sujeitos, dando conta como um todo para não causar danos aos indivíduos. O que se vê são as chamadas “meias políticas”, já denunciadas por representantes do MNPR-CE, daí os militantes se movimentam diariamente para flexibilizar o Estado a fim de completar e dar uma maior eficiência nos gastos, para que se complete uma superação plena da situação de rua.

Portanto, compreender e nomear o fenômeno como “*situação e superação de rua*” não constitui de uma mera descrição de um grupo, mas sim compreender que as palavras também são capazes de orientar políticas públicas a orientar ações do Estado (FASSIN, 1996). Afinal tais nomeações não são ditas pelos sujeitos a fim de apenas nomear seu lugar, seu mundo, e sim orientar sua imagem perante o mundo para intervir e transformar sua realidade. Aceitando novas definições, o Estado ampliaria suas políticas públicas reconhecendo-os e intervindo nas realidades de pessoas em situação e superação de rua.

4 O MOVIMENTO EM MOVIMENTO

Imagem 6 - Mesa de Abertura do Seminário Estadual de Políticas Públicas para a população em situação de rua, com Arlindo, Frei Naílson, Irmã Inês, Ibiapina, Luanna, Renato Roseno e outros – Caucaia /CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

*[...]Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor, flor e fruto.*

(Coração de Estudante – Milton Nascimento).

Como parte de seguir as pessoas e o movimento, neste capítulo busco apresentar as pessoas e o MNPR-CE em atuação, seus espaços de articulação, seus representantes regionais, suas formas de se articular politicamente, bem como seus aliados, a rede de proteção de pessoas em situação de rua. Indo além de pensar em questões relacionadas ao universo familiar, laboral, relacional, simbólico, material e afetivo (ESCOREL, 2000; OLIVEIRA, 2000; RODRIGUES, 2005; MARTINEZ, 2011; HOLANDA, 2017), o protagonismo desta etnografia é do MNPR-CE. Nesta seção, procuro apresentar o Movimento Social, sua dinâmica de representatividade, os militantes presentes nos espaços de debate, os espaços de discussão (comitês, seminários e

dentre outros eventos), sua importância para o engajamento das pessoas e do movimento para ocupar as assembleias e comitês.

Um dos primeiros depoimentos era de que “o movimento já foi mais atuante em anos anteriores”. Ouvi a frase de André Foca, educador social atuante com a população em situação de rua a partir do coletivo Arruaça. Apesar da desarticulação, num primeiro momento, as representações nas instituições de debate sempre se fizeram constantes, mostrando a forma particular de mobilização social do grupo no Ceará. Mesmo disjuncto enquanto coletivo, os representantes sempre apareciam nos momentos necessários. Vale lembrar que o grupo é composto por pessoas em extrema vulnerabilidade, com suas necessidades individuais, razão pela qual vez ou outra os sujeitos descreditavam na política, no Estado, mas sempre existiam as pessoa-chaves, representantes que agitavam o coletivo.

Importa destacar que toda a pesquisa e o trabalho de campo foram desenvolvidos em grande parte na capital cearense. Há registros da atuação do MNPR no Ceará para fora da capital, no município de Juazeiro do Norte, cerca de 490km de Fortaleza. Lá consta uma célula de militantes. Apesar de possuir representantes descentralizados ao longo do território estadual, é na capital cearense que ocorrem as reuniões do CEPOP com os representantes locais.

3.1 O Pessoal do Ceará: A articulação do Movimento na capital cearense

O movimento das pessoas em situação de rua no Ceará possui um caráter dinâmico. Ao dialogar com as pessoas que compunham a rede, ouvi que o “movimento estava em movimento”. A frase me fez pensar na demora que tive para encontrar os representantes do MNPR em solo cearense: eu precisava entrar nos espaços de debate. No primeiro espaço de debate, eis que conheci Josivan, após algumas semanas tomei ciência de outros sujeitos, como Arlindo, Almir, Fábio, Fabiano, Tiago, Edson, Josivan, Rodrigo, Monalisa, Vitória, Walter dentre outros que compõem o movimento em Fortaleza. Na sequência conheci representantes de outras regiões, a exemplo de Vanilson Torres, de Natal/RN.

As narrativas davam conta de que o coletivo já possuiu outros membros, encontros e lideranças, mas era comum ouvir do grupo que a rotatividade do coletivo social é comum. Alguns que estão em situação de rua entram na militância, na luta por uma coletividade, posteriormente conseguem encontrar objetivos pessoais específicos, tais como a superação de rua, e algumas das vezes conseguem tal feito. Entretanto, ao alcançarem, cessam a militância, deixando para outros a atuação no MNPR em Fortaleza.

Josivan Silva, por momentos da pesquisa atribuiu a desmobilização do movimento no Ceará à dependência das pessoas em situação de rua a outros atores públicos. Assim como

no contexto de sua fundação nacional (COSTA, 2007), em meados de 2005, a articulação do MNPR no Ceará ficou muito vinculada à formação de alianças. Contudo, assim como outros agentes, Josivan sempre buscava agitar o grupo em prol da luta.

O trabalho de campo de seguir os atores passou por dois momentos diferentes: em um primeiro momento, os militantes estavam desarticulados, precisavam de outros atores para se mobilizarem; em um segundo momento, em que o grupo buscava a unidade e estava mais articulado, com reuniões mais frequentes com os militantes consciente da sua luta. O grupo quando unido, conseguia organizar e reivindicar o protagonismo de sua própria luta.

Durante um seminário sobre os avanços da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em 2019 no auditório do Ministério Público do Ceará, Josivan conduziu a leitura de uma carta (ANEXO A) em um evento no auditório do MPCE (IMAGEM 7). No documento, o militante explicitou os objetivos da militância do MNPR-CE. Um dos objetivos da fala era atentar aos direitos básicos do segmento social em extrema vulnerabilidade:

O MNPR luta para que cada pessoa em situação de rua possa ter seus direitos garantidos, como manda a lei, para superar a difícil condição, queremos o que a lei nos garante: Emprego, moradia, educação, saúde e segurança e todas as políticas para que venhamos a ter a consciência de fazer parte de uma nação verdadeiramente humana (Fala de Josivan, Diário de campo pessoal, 2019)

Imagem 7 - Evento em alusão aos dez anos da Política Nacional para a População em situação de rua, no auditório do Ministério Público do Ceará – Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

Um dos objetivos do movimento social é a educação política de seus pares. A capacitação das pessoas em situação de rua, a respeito de seus direitos, é uma tarefa feita por Arlindo em suas andanças, sempre dando instruções aos que a ele, contam seus problemas. Para além do Ceará, há a cartilha disponível online sobre o MNPR “Conhecer Para Lutar”, baseada em dados, segue uma desconstrução do imaginário social de uma pessoa sem direitos. O

documento, disponível online, tem um caráter educativo para a formação política do coletivo, atentando a direitos básicos para o segmento social e desconstruindo sentidos comuns instituídos historicamente. Um dos dados é de que apenas 15,7% são pedintes, e cerca de 70,9% trabalham²⁰.

Ações como a de Arlindo e a construção da cartilha têm o objetivo de despertar a consciência política das populações de rua para com seus direitos como todo cidadão. Com tais ações, o movimento desafia uma cultura política dominante através de uma política cultural, como já relatou Escobar *et al.*, (2000). Ações como estas servem para pressionar as autoridades por novas políticas públicas de modo a efetivar direitos que o MNPR já conquistou para a situação de rua, gerando assim um novo perfil dos ocupantes das ruas, o que o Antropólogo e ativista Tiago Lemões (2014, p. 3) denomina de um “morador de rua politizado”.

Ao longo da leitura da carta (ANEXO A) no auditório do MPCE, Josivan explicitara que o objetivo é transcender individualidades e temporalidades, ou seja, a luta dos de hoje é dirigida aos que já estão e aos que virão às ruas, sempre em busca de habitação e inclusão social. Incidindo sobre um contexto nacional de perda de direitos, de uma elite econômica e política que corrói conquistas sociais. Nestes períodos há cada vez mais o desemprego ou emprego precário, que é um dos motivos mais gerais da ocupação fixa da rua, onde o ator social cada vez mais se sente impotente para com sua atividade e como resistência acaba ocupando as ruas.

O universo dos desprovidos de direitos é tido como o mais disseminado no senso comum das grandes cidades brasileiras, que não ultrapassam a barreira das individualidades para com a questão da rua; é um exemplo de interpretação onde a luta seria com que esta seja derrubada, como bem analisa David Slater (apud SCOBAR *et al*, 2000, p. 24) “as lutas sociais podem ser vistas como ‘guerras de interpretação’”, neste caso o MNPR e suas lideranças tanto no Ceará, como no Brasil têm como objetivo transcender esse senso comum instituído por uma verdadeira cultura política que atinge a população em geral, incluindo a situação de rua, onde estes até mesmos existem ocasiões em que possam se imaginar alheio de direitos enquanto cidadãos brasileiros.

Marcante era mesma a figura de Arlindo andando e compartilhando seus saberes com seus pares sobre como resolver situações, auxiliando-os na busca por direitos e políticas públicas existentes. Havia situações em que o diálogo era possível com o titular da pasta municipal de direitos humanos, pelo que Arlindo relatou-o os problemas relativos ao emprego e subsistência. Como resposta, o agente do município tentou individualizar a questão e foi

²⁰ Deve-se relativizar o termo trabalho, em Fortaleza, estes são serviços eventuais, esporádicos oferecidos pelas pessoas. Geralmente nestes labores, há o pagamento feito em refeições, às vezes o pagamento é em dinheiro, habitualmente mal remunerados.

repreendido pelo militante: “Não cara, mas o meu problema é o mesmo de outras 30 pessoas, só resolver o meu não dá”. A situação explicita bem a função dos representantes de um movimento social: se reconhecer como coletividade e transcender a individualidade na busca por direitos que os contemplem de forma integral, lutando por políticas inteiras e não meia política, como relata Arlindo.

Uma das maiores problemáticas de embate do coletivo é o fato de que ao conquistarem direitos, outras questões aparecem, recebem uma casa ou um aluguel social, mas isso não garante o alimento. A problemática do aluguel social só se mostrava ainda mais falha. Almir de Lima, também representante do MNPR-CE, relatou que a absorção das pessoas no aluguel social estaria as excluindo de outras políticas públicas, como o refeitório social. O fato gerou uma série de discussões e denúncias pelos representantes do Movimento.

Ao mesmo tempo que os que vivem *na* rua, vivem *da* rua e conseguem *se virar* para sua subsistência (HOLANDA, 2017) (MAGNI, 2006) o que faz com que o movimento de superação de rua seja muito mais complexo do que um teto. Uma das maiores reivindicações do MNPR-CE é a moradia com o emprego: “Tirar o cabra da rua é fácil, difícil é tirar a rua dele” dizia Arlindo Ferreira. Segundo os sujeitos da pesquisa, o trabalho para superar a situação de rua deve consistir em intervenções nos diversos setores da esfera pública, tanto para o trabalho de redução de danos por uso de tóxicos, quanto a atendimentos que devem ser realizados pelos CAPS AD²¹, direito à moradia e emprego.

Já apresentados acima alguns dos representantes, estes são os responsáveis pela articulação interna do movimento na capital cearense. Em meio às vivências de campo, por muito tempo busquei informações sobre sua articulação interna, suas reuniões, seus encontros e acabei participando, ou seja, como dito anteriormente, virei militante pela luta em prol das pessoas em situação de rua.

Como em outros contextos de pesquisa (Costa, 2007; Lemões da Silva, 2017), a atuação e articulação do MNPR, em Fortaleza, dependem do apoio de entidades que atuam com pessoas em situação de rua, ou seja, a rede. Entretanto, os militantes sempre procuram ter autonomia em certos momentos, a organização das pautas das reuniões, protestos, criação de projetos sociais e o recrutamento.

Mesmo com a difícil articulação dos representantes com as pessoas em situação de rua, as reuniões sempre contam com uma boa quantidade de participantes. Geralmente discutem ações de como reivindicar e onde, também alguns encaminhamentos para a próxima reunião. Os encontros do MNPR eram realizados nas manhãs de quintas-feiras, posteriormente nas

²¹ Centro de atenção psicossocial – álcool e drogas da Rede de Atenção Psicossocial do Município de Fortaleza.

quartas; o espaço cedido era na arquidiocese de Fortaleza, a articulação contava com a auxílio da Pastoral do povo da rua de Fortaleza. Para não atrapalhar suas atividades diárias em prol de alimentação, o Centro pop do centro ou algum parceiro se prontificava a oferecer o almoço durante as reuniões. Nas ocasiões o grupo pensava estratégias de atuação nos espaços estatais.

Ao longo dos encontros também eram repassadas informações acerca dos direitos das pessoas em situação de rua. Algumas informações dadas eram resultantes da experiência de violência dos indivíduos, dentre outras situações de violações de direitos. Os mais novos militantes se surpreendiam com a articulação interna do MNPR-CE, com a quantidade de direitos que as pessoas em situação de rua possuem, mas que desconheciam essa informação.

Diferentemente de outros contextos de pesquisa, no encontro do MNPR-CE não havia a presença de outros movimentos sociais como em Porto Alegre/RS, estudado por Tiago Lemões (2017) ou alguma instituição acadêmica de referência de direitos humanos, como em Natal/RN, estudado por Marília Melo (2015). Nas reuniões realizadas na capital cearense, apenas os próprios estavam presentes. Ainda assim, alguns encontros contavam com a presença de representantes de entidades e agentes públicos, a exemplo da secretária executiva do Comitê Estadual de Políticas Públicas para pessoas em situação de rua (CEPOP), Magda Ximenes. Na ocasião da presença dela, existia uma articulação de formular um projeto político para formação de emprego e renda para o grupo em superação de rua. Para alguns militantes, a ocasião do encontro foi um momento de improdutivo e não levou a lugar algum.

Em meio às reuniões, há a presença de alguns membros da rede, tal como Fernanda, coordenadora da Pastoral do povo de rua e também do Fórum de rua de Fortaleza. A presença da coordenadora nos encontros às vezes chegava a gerar o início de uma desinformação por parte do grupo: um dos militantes presentes no encontro sugeriu que Fernanda seria “a dona do Movimento Social” por ela ditar algumas pautas para discussão. Prontamente Arlindo foi responsável pela informação correta ao sujeito. O movimento no Ceará contava com parceiros e que a Pastoral do povo de rua seria um destes, e que nem sempre eles acatavam as pautas da então coordenadora do fórum de rua de Fortaleza, passando a mensagem de que eles estão por eles (pessoas em situação e superação de rua).

A contribuição de outros parceiros sempre se fez presente no curso das reuniões do movimento, além de contribuir com ideias, sugestões. Também era possível alavancar planos dos militantes. Um dos projetos com o auxílio da rede foi o projeto arte de rua, que geraria uma série de intervenções artísticas na capital cearense, a fim de abrir os olhos da sociedade civil para a causa. Para tal projeto, Irmã Eugênia e Amanda foram importantes para arrecadação de fundos a partir de vendas de camisetas do MNPR-CE.

O movimento possui uma série de frentes de mobilizações, tanto para recrutamento de novos membros, como para pressão a fim de garantir políticas públicas, muitas destas em relação com seus parceiros que serão citados abaixo. Os encontros semanais sempre pautavam o que era importante ou não para a atuação. O MNPR em nível nacional nasceu de uma tristeza na rua, seus pares, independentemente dos estados e cidades são movidos ao sentimento comum de justiça social.

Na célula local não é diferente. Nas reuniões do MNPR-CE em Fortaleza, apesar do riso das experiências, também é um lugar de compartilhamento de experiências de violações de direitos. Alguns destes já com previsões de meses feita pelos militantes. Um dos exemplos foi a remoção forçada de parte de pessoas da Praça do Ferreira em meados do segundo semestre de 2019, cerca de dois meses antes do triste fato, o movimento já dizia que iria acontecer nas reuniões. Assim como essa, há diversas tragédias anunciadas que a experiência de mais de dez anos nas ruas é capaz de prever. A partir da antecipação dos tristes fatos, é possível fazer frentes de ação, assim como mobilizar novas pessoas.

Uma das frentes de ação dos militantes é a de recrutamento de representantes. O que Arlindo e Josivan chamam de “trabalho de formiguinha”, que faz com que o grupo tenha ouvidos em toda região central da cidade e saiba de tudo que acontece, no que se refere a violação de direitos. As caminhadas geralmente durante o dia, garantem a disseminação da ideia do movimento, bem como a presença constante dos militantes nas casas de apoio a pessoas em situação de rua, a exemplo da “Casa povo da rua” organizada pela Pastoral do povo da rua.

Durante eventos ou nos passeios dos representantes do movimento, este eram reconhecidos como lideranças do coletivo. Sempre procurando dar noções de políticas públicas aos seus pares, geralmente eles procuravam convidar novos atores para as reuniões. Segundo Josivan, a adesão não é uma unanimidade, ou seja, há indivíduos que inviabilizam a manutenção da identidade coletiva: seguem nas suas próprias micropolíticas individuais, que cruzam como o sistema da rua, alguns indivíduos têm seus “corres”, seus afazeres diários. Simultaneamente, estes lembram do movimento em momentos mais específicos, em embates calorosos, seja com o Estado ou com entidades privadas, durante um despejo da praça, durante uma agressão policial, quando um colega em situação de rua falece.

Segundo os militantes, existem pessoas que estão em situação de rua e demoram meses e até anos para procurar novos ares. A não adesão à célula regional do MNPR se explica pelo fato destes estarem atarefados com seus trajetos ou uma desconfiança generalizada, frequentemente em relação aos sujeitos que compõem o coletivo social ou em relação as suas parcerias.

Ao longo do processo de rearticulação do movimento no Ceará, Arlindo me relatou que, apesar de ser minoria, mas “*tem gente que é de rua é quem é da situação de rua*” para se referir a pessoas que o militante tinha contato, convidava para as reuniões do movimento, informava sobre seus direitos e não via se mover para reivindicá-los. Como dito anteriormente, o MNPR no Ceará não é uma unanimidade entre as pessoas em situação de rua. Mesmo assim, em diálogo com o Estado, busca melhoria para todos.

3.2 O Movimento e os espaços de debate estatais

O MNPR-CE tem cadeira tanto no CEPOP (Comitê Estadual de Políticas para Pessoas em Situação de Rua) como no COMPOP (Comitê Municipal de Políticas para Pessoas em Situação de Rua). Apesar de não terem poder de deliberação e sim de proposição, estes são os lugares estatais de debate no Ceará e no município de Fortaleza onde pude experienciar a unidade política.

Há também relatos de em anos anteriores, o movimento possuía representantes no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Ceará (CEDDH-CE), um espaço deliberativo composto por diversas entidades e movimentos sociais, mas com o tempo a sua presença no espaço foi se perdendo e crescendo nos comitês.

Constituíam a principal finalidade destes representantes a concretização de políticas públicas para o coletivo, fiscalização das atividades já existentes e também de denúncias, bem como tornar legível parte da realidade das pessoas em situação e superação de rua para o Estado. A existência do COMPOP esboçava um dilema delicado, ao mesmo tempo que suas reuniões — durante grande parte do período da pesquisa — foram feitas sem o devido convite aos representantes do movimento, diferente da instância Estadual do comitê, onde a coordenação garantia sempre o transporte do grupo, a fim de dar legitimidade ao comitê.

Alguns outros se tornavam espaços de debates emergenciais, a exemplo de seminários, eventos, solenidades etc., onde o MNPR-CE estava presente. Contudo, em particular, observo que nestes espaços é necessária uma forma peculiar de chamar a atenção das autoridades e aliviar a tensão da difícil vida nas ruas: o bom humor.

Não raro nestes espaços de debate, eu pudesse, momentaneamente, cair na risada e logo após ser interrompido por causa de críticas bem-humoradas, pelo que eu era lembrado que os relatos sempre se referiam a problemas reais. Um dos exemplos foi uma crítica ao programa de habitação. O encontro do CEPOP possuía representantes de todas as secretarias estaduais, algumas municipais, Defensoria Pública e Ministério Público, um dos sujeitos em situação de

rua disse que as casas do programa eram sempre em lugares remotos, “feitas para quem tinha habilidade de caça ou pesca” para se referir a inexistência de lugares próximos.

Mesmo com o bom humor em algumas denúncias, outras eram feitas sem riso. A exemplo da falta de políticas de inserção social no mercado. Boa parte das sugestões de encaminhamentos do CEPOP se pautava na luta por emprego e renda.

Segundo Arlindo Ferreira, uma parte das pessoas em situação de rua ao ser absorvida por políticas sociais como o aluguel social e minha casa, minha vida, revelam-se como um novo segmento para o Estado: Pessoas em superação das ruas. A problemática maior incide não mais a respeito de políticas assistencialistas e emergenciais, e sim na inclusão efetiva dessas pessoas em superação no mercado de trabalho. Ao longo de uma reunião do CEPOP, ouvi deles: “aí dá uma casa, um aluguel social, mas não tem como trabalhar, aí acaba voltando pra a rua porque ninguém aqui come parede”. Em outros momentos, ouvi bastante nos espaços de debate que mostravam a complexidade que é tirar a rua da pessoa, simultaneamente a “facilidade” de tirá-la da rua com projetos emergenciais e não estruturantes.

A questão do trabalho é um ponto que sempre está presente nas falas das pessoas em situação de rua, independentemente do encontro, se é uma reunião ordinária ou uma atividade eventual proposta pelo Estado. Alguns deles, Demontier Costa, era um dos que estava na categoria de superação de rua, um dos que foi incisivo em um dos momentos no CEPOP, mostrando as mãos, este bradou que era acostumado a trabalhar, falou que ganhou a casa e não tem como mobiliar por falta de dinheiro e pensa em voltar para as ruas. Arlindo disse-me que o indivíduo está em superação de rua porque foi absorvido por alguma política pública: “Minha casa, minha vida” que garante uma casa ou o aluguel social, programa municipal que custeia a locação de um imóvel, mas, ao mesmo tempo, que as políticas públicas aparecem, outras demandas sociais vão se fazendo necessárias para o grupo absorvido.

Antes de elogiar as políticas públicas executadas na capital cearense para a parcela da sociedade em situação de rua, Arlindo sempre comentava sobre a barreira do emprego imposta à população em superação de rua. A barreira do trabalho formal, para grande parte do grupo vulnerável, é a maior luta dos integrantes do movimento social: o objetivo das suas falas é procurar fazer uma política inteira e não meia política como o representante do MNPR-CE sugeria: moradia sendo alinhada ao trabalho.

As denúncias também fazem parte da programação dos espaços de debate, sempre que possível, as pessoas em situação de rua aproveitavam as ocasiões para fazer queixas de situações de violências das quais são obrigados a passar. As narrativas incluem grandes humilhações, não muito diferente de relatos etnográficos de outras pesquisas antropológicas

(MELO, 2011; LEMÕES DA SILVA, 2017; FRANGELLA, 2004; HOLANDA, 2017; RODRIGUES, 2005), produzidas tanto na capital cearense, como em outras regiões do país.

Há agressões físicas, verbais, cerceamento do direito de ir e vir com um “toque de recolher”, onde as vinte e duas horas da noite, todos em situação de rua da região do Central de Fortaleza deveriam estar deitados, segundo os sujeitos: “os que não estavam apanhavam para deitar-se, os que estavam deitados, levantavam-se para apanhar”. Toda a violência seria praticada por um único indivíduo do quadro policial cearense, alvo constante de acusações nestes espaços, segundo as pessoas em situação de rua, o sujeito não distingue gênero ao desferir toda sua violência.

Mesmo com a representação do MNPR-CE no CEPOP e em outros eventos, algumas denúncias, de forma estratégica, só poderiam ser feitas por pessoas que não fazem parte da situação de rua. Infelizmente, existia o grande medo de represálias agressivas, como já aconteceu em algumas ocasiões com os representantes do movimento no Ceará. Segundo os sujeitos, quando você está em situação de rua você é fácil de se rastrear. Aconteceram casos de denúncias feitas em que os sujeitos tiveram de ficar em frente ao agressor; posteriormente o policial voltou, e mais violento ainda com o sujeito que denunciou. Há ainda a divulgação da imagem da pessoa em situação de rua, a fim de externar mais golpes de sua violência gratuita.

Portanto, em vários momentos das reuniões do CEPOP, foram os que compõem a “Rede de proteção de pessoas em situação de rua” os responsáveis de tornar pública as queixas de policiais, se possível ficando em frente às autoridades a fim de coibir a violação constante de direitos, bem como tentar evitar represálias por denúncias.

Alguns dos espaços de debate não eram acessados constantemente pelo movimento na capital cearense, a exemplo do COMPOP, por motivos diversos, nomeadamente a falta de divulgação de seus encontros. Houve ocasiões em que o convite era feito horas antes da reunião; a falta de uma condução para o espaço onde é realizada a reunião municipal, o caráter de “engoma”, tais motivos são fundamentais para a negativa dos representantes não se fazerem presentes constantemente para tais encontros.

A “engoma” é um termo êmico para se referir a algo que não leva a nada, puramente tempo perdido, geralmente muito utilizado para eventos e reuniões sem encaminhamentos. Estes encontros não possuem nenhuma finalidade específica, o objetivo destes encontros são apenas suas realizações e promoção pessoal de tanto quem participa como quem realiza. Simultaneamente aos eventos para “engoma”, existe a “pirangagem”, outro termo utilizado pelos representantes do “movimento” para se referir a ação da “engoma”. Portanto, a “engoma” é o produto final de uma “pirangagem”. Quase sempre organizada por agentes do Estado.

Certos encontros possuem caráter eventual. São estes seminários, fóruns de debate, celebrações e entre outros, vezes ou outra são organizados por parceiros do MNPR no Ceará, ou às vezes são organizados pelo Estado, que também possui a organização dos comitês citados. Para compor mesas de debate dos eventos ou comitês do Estado, a presença de representantes “movimento” é solicitada, seja pelo poder público, ou pela sociedade civil.

3.2.1 O Comitê Estadual de Políticas Públicas Para Pessoas em Situação de Rua (CEPOP)

Imagem 8 - Reunião ordinária do CEPOP em 09/09/19 – Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

Criado em 2014, como dito anteriormente, o CEPOP é um dos espaços de debate em que o movimento está presente. Os encontros (IMAGEM 8) ordinários aconteciam primeiramente nas tardes da segunda segunda-feira do mês. Posteriormente nas tardes das segundas terças do mês, em dias que não coincidisse com feriados. Caso fosse uma data comemorativa, a reunião aconteceria em alguma outra data da segunda semana do mês. Durante todo o período da pandemia de COVID-19, os encontros foram todos realizados todos de forma virtual.

Apesar de possuir caráter propositivo e não deliberativo tal como um conselho, o órgão estadual possui algumas conquistas importantes, a exemplo da gratuidade da segunda via do documento de Identidade para as pessoas em situação de rua, devidamente assistidas pelos Centros pops da cidade, tudo sempre com a presença do MNPR-CE. Outra conquista é a alteração do Decreto de nº 31.571 de 2014, o mesmo que instituiu o comitê, para dar luz à

Política Estadual para a População em Situação de Rua na “Terra da luz”. O objetivo era lançar luz ao fenômeno, mobilizar mais recursos e a sociedade civil, um dos maiores anseios do CEPOP e os que o compõem é sua transformação de Comitê para Conselho, possuindo caráter deliberativo nas suas ações.

Além da presença do MNPR-CE, o CEPOP conta com a participação de grupos da sociedade civil, entidades religiosas e Ministério Público Estadual. A presença de uma boa quantidade de pessoas em situação de rua se dá graças aos esforços contínuos da secretária executiva do Comitê, que dispõe o transporte para as reuniões, então ocorridas na Casa dos Conselhos, próximo ao Palácio Abolição, casa oficial do então governador do estado do Ceará, Camilo Santana. Apesar da tamanha importância, o comitê de vez em quando não é visto com bons olhos por algumas pessoas em situação de rua, por seu caráter propositivo, as conquistas para o segmento chegam a conta gotas, o que gera um certo descrédito para com o estado.

O encontro possuía uma estrutura bem definida: a recepção, as secretarias estaduais vez ou outra mudavam seus representantes, em outros momentos outras pastas estaduais abraçaram o comitê com seus técnicos. Alguns departamentos do governo estadual vez ou outra não se faziam presentes, mas outros sempre estavam à disposição em praticamente todas as reuniões, a exemplo da Secretaria de Saúde, Secretaria de Ciência, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará, Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos humanos²² dentre outras.

Seguindo a estrutura da reunião, após a recepção e entrada na sala, era apresentado o documento com a pauta da reunião, ofício este circulado entre as secretarias estaduais e demais grupos presentes no encontro, mas novamente entregue para ressaltar a pauta. Após todos tomarem seus assentos na mesa. Há a aprovação da pauta, sendo aprovada a reunião tem seu início.

Arlindo Ferreira foi por um tempo secretário-adjunto do comitê. Em alguns eventos em âmbito estadual, ele representou o grupo em outras ocasiões, como no Seminário Estadual de Políticas Para a População em situação de Rua. Arlindo além de representar o CEPOP, representava o movimento e vice e versa. Estrategicamente a rede se articulava no decorrer dos encontros para que a representação fosse para além do CEPOP.

Ao longo dos encontros, há também a apresentação de novas propostas de projetos de políticas públicas para parcela da sociedade que vive em situação de rua. A explanação da nova política nunca era feita sem uma interrupção de algum membro do comitê. Tendo em vista a complexidade de pensar políticas públicas para o coletivo, algumas propostas são feitas para

²² Secretaria Estadual que abrigava o comitê.

a “engoma”. Contudo, com apresentação, mostra-se outra capacidade da proposta: adaptar para o grupo em extrema vulnerabilidade. Após concluída a apresentação dos projetos com críticas, o encaminhamento da reunião fica de reapresentar, considerando as críticas do coletivo, membros da sociedade civil e de outras secretarias estaduais. O momento da exibição das ações era necessário para dar a legitimidade às políticas públicas.

Os projetos apresentados geralmente eram de formação profissional para pessoas em situação de rua. Em uma ocasião do encontro, durante a comunicação da proposta, Arlindo pediu a palavra. O representante do movimento agradeceu a todos pelo projeto, mostrando que pode ser muito útil para as pessoas em situação de rua, mas improdutivo para outro. Ainda em sua fala, perguntou aos presentes em situação de rua quais destes haviam feito um curso de formação profissional, todos levantaram as mãos, perguntou quantos haviam feito dois ou mais cursos e todos levantaram as mãos novamente.

A atenção do movimento em meio aos encontros é para o Estado não homogeneizar um grupo altamente heterogêneo, uma quantidade de pessoas em situação de rua hoje encontra-se no momento que Arlindo disse que é superação de rua, necessitando também de projetos de inclusão social para parte destes que já estão em uma moradia, mesmo que para o coletivo, o que caracteriza estar em superação de rua é estar com “o pé em uma casa e um pé na rua”. Há também outra parcela, este em situação de rua necessitando da efetivação de outros direitos, no que se refere a atenção à saúde básica e entre outros como o direito de ir e vir do grupo.

A contribuição da Antropologia de setores do Estado nos ensina que por mais que possamos observar uma unidade política, a organização estatal é algo muito mais além, é apresentado como homogêneo frente a sociedade, mas adentrando observa-se as diversas ramificações, hierarquizações e as disputas dentro da esfera pública (BEVILAQUA, LEIRNER, 2000). Tiago Lemões da Silva constata que “esse Estado que garante um feixe de direitos e proteções é o mesmo que perpetua ações violentas e fecha os olhos frente à possibilidade de justiça para as vítimas de variadas brutalidades” (2019, p. 193). Apesar do coletivo estar dentro do Estado, através dos conselhos, comitês e entre outros, há uma parte deste alinhada às reivindicações e outra a fim de desferir violência gratuita.

Portanto, os encontros no comitê, como citado anteriormente, também contavam com relatos de agressões. Uma das denúncias inclusive atingiu membros do comitê para além das pessoas em situação de rua. Frei Naílson estava descansando em uma praça do centro de Fortaleza, em um curto período em que esteve, observou um casal em situação de rua sentado na praça. Em seguida, estes ficaram deitados no banco, que possui largura de aproximadamente 1m, o que obrigou os dois a deitarem de uma forma que impossibilitava um contato físico mais

íntimo, como uma cama. Alguns minutos depois, dois profissionais da Guarda Municipal de Fortaleza chegaram ao casal desferindo violência física e verbal, alegando que estes estavam fazendo “sacanagens” na praça, o que foi rebatido pelos dois, que fez com que a Guarda acionasse a Polícia Militar.

O religioso, ao observar a situação de injustiça, chegou à confusão que havia se instaurado naquela tarde, relatou à PM as queixas da Guarda Municipal. Ao observar que a sua alegação não iria ser levada a sério, o Frei passou a gravar a situação de injustiça, o que prontamente foi repreendido pelos policiais, sob ameaça de ordem de prisão.

O caso terminou com o religioso e o casal sendo levados na viatura da PM para a delegacia mais próxima. Posteriormente o religioso e membro do CEPOP e o casal em situação de rua foram liberados pelo delegado, toda a denúncia foi feita em uma reunião do CEPOP, no momento, o Ministério Público do Ceará se prontificou a apurar caso.

Nos encontros na casa dos conselhos sempre as denúncias se faziam presentes. Uma das denúncias teve que ser feita por mim. Em meio às minhas vivências de campo, ouvi de um dos sujeitos a respeito de um indivíduo de meia idade da Polícia Militar do Ceará que desfilava seu comportamento agressivo sobre as pessoas em situação de rua do Centro da cidade. Os relatos sobre o agressor se fizeram constantes, ouvindo que o sujeito não distinguia gênero nos seus golpes na calada da noite. Outra agressão ao grupo é a existência de um toque de recolher a partir de dez horas da noite: quem está acordado e levantado apanha para deitar e quem está deitado se levanta para apanhar.

A denúncia feita em público no Comitê para o MPCE tratava da agressão do indivíduo e também de que o policial estaria entrando nos equipamentos públicos: O exemplo ouvido narrou que o policial entrou na pousada social recém-inaugurada, dizendo que era o Capeta, falando que “cama é para dormir mesmo” “quem tiver se danando vai dormir com o Capeta lá fora”, e se dispondo para praticar suas agressões gratuitas contra as pessoas em situação de rua, caso fosse chamado na pousada, com a justificativa de que iria acalmar os meninos. Como citado anteriormente, algumas denúncias que envolvem as pessoas em situação de rua, se feita pelo segmento, a chance de represália era muito grande, para evitar o desconforto ao denunciante as denúncias mais sérias eram feitas por outros integrantes da Rede.

4.2.2 Os encontros eventuais

Durante as vivências de campo, alguns encontros pontuais eram propostos pelo estado ou pela sociedade civil. Um destes foi o dia Nacional de Luta da População em Situação

de Rua, dia 19 de agosto de 2019. A data foi instituída nacionalmente em memória dos vitimados no massacre da Sé. O encontro foi realizado na Praça Marcílio Dias às nove da manhã. O evento contou com segundas vias de documentações, palestras, vacinações, assessoria jurídica para pessoas em situação de rua.

Segundo Peirano (2006), o documento “legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado”, em meio a realização do evento, muitas falas dos indivíduos do Estado eram direcionadas aos serviços ofertados ao grupo em vulnerabilidade. As falas mais entusiasmadas eram direcionadas a segunda via de documentos, afinal, para estar sob o controle da lógica dos documentos é um pré-requisito estar visível, ou seja, para acessar direitos, é necessária a burocracia estadual.

Ao longo do evento, Carlos, até então pessoa em situação de rua, muito feliz, estava na fila do novo papel de identidade. O sujeito me revelou que foi sorteado por uma casa do programa “Minha casa, minha vida”, mas que para efetivar o direito, precisava da sua documentação completa, que havia perdido na rua a semanas atrás. Ainda segundo Peirano (2006) e a fala dos agentes do Estado, se portar documentos torna os sujeitos cidadãos e cidadãs, a ausência deles gera uma invisibilidade do sujeito, afinal todas as políticas direcionadas às pessoas em situação de rua exigem documentos, ter a posse destes implica acessar o Estado, desde as políticas direcionadas ao segmento, até mesmo a outros encontros.

Portanto, alguns eventos são capazes de oferecerem aos sujeitos a possibilidade de ter acesso novamente a legitimidade do Estado para com o cidadão, a partir do documento, que curiosamente, em alguns casos, é tomado por autoridades públicas nos “rapas” noturnos. A presença do MNPR-CE nestes encontros era para que os mutirões mais rotineiros, oferecendo aos indivíduos chances constantes para ter acesso novamente ao documento perdido ou apreendido pelo Estado. Parte dos militantes compreendem que não é nenhum favor e sim uma reparação por violências sofridas.

O MNPR-CE em alguns eventos, com o auxílio da rede, assumiu a liderança dos encontros, a exemplo do evento dos dez anos da Política Nacional das Pessoas em situação de rua. O encontro no auditório do MPCE foi capaz de distribuir camisas do “movimento”, além de que a partir das falas dos representantes, alimentar o espírito de união para com grupo em extrema vulnerabilidade.

Um dos eventos onde o MNPR-CE pôde tomar protagonismo foi o Seminário Estadual de Políticas Para a População de Rua. Na ocasião foi disponibilizada a condução para a presença de várias pessoas em superação e em situação de rua. Assim como no evento anterior, alguns não conheciam o “movimento”, mas passaram a se interessar em militar na causa.

Diferentemente de outros encontros, este não era um evento categorizado para a “engoma” e sim um evento importante.

Durante a viagem para o município de Caucaia, no ônibus, foram tecidos vários comentários relacionados às suas memórias afetivas na capital cearense, geralmente com tons jocosos como um “vou descer aqui na Acal” “vou descer no (mercado) São Sebastião” “vou descer na praça tal”. Para minha surpresa, duas pessoas realmente desceram, tanto na viagem de ida, como na de volta para o Centro de Fortaleza.

Arlindo, Thiago, Fabiano e outros se fizeram presentes. Todos vestidos devidamente com a blusa do MNPR-CE. Ao adentrar no espaço foram recebidos com um café da manhã. Estavam na ocasião representantes de várias prefeituras de municípios do Ceará. Apesar de não contar com nenhum gestor, apenas servidores técnicos, para os integrantes do “movimento”, o evento foi importante, mas em alguns momentos causou indignação de Frei Naflson e outros participantes. O momento foi feito para sensibilizar as prefeituras a instaurar seus comitês municipais a fim de formular políticas destinadas a pessoas em situação de rua. O momento também foi de mostrar, aos representantes, de que o “movimento” quer entrar no Estado e pensar políticas em conjunto.

Em meio ao evento, Arlindo teceu algumas críticas ao cartaz de promoção do seminário (IMAGEM 9), onde o personagem da foto estava com o rosto escondido e o cachorrinho de estimação à amostra. Pediu para que ano que vem, o sujeito da foto seja mostrado, de preferência com um sorriso, afinal mesmo estando na situação de rua, o sorriso ainda se faz presente, mesmo com todas as dificuldades instituídas, a esperança os mantém com o fogo da luta aceso.

Imagem 9 - Cartaz de divulgação do Seminário Estadual – Fortaleza /CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

A partir da regularidade das reuniões do coletivo, muito dos eventos se tornaram possíveis e acessíveis com a cara e o devido protagonismo do MNPR-CE. Além do Seminário Estadual citado acima, o movimento em conjunto com a Rede e o MPCE foi capaz de elaborar uma carta direcionada aos candidatos na eleição municipal de Fortaleza, o “Documento de comprometimento do candidato à prefeitura de municipal de Fortaleza para a causa das pessoas em situação e superação de rua”. O evento de entrega da carta foi realizado no auditório do MPCE.

Na ocasião do evento, os representantes do “movimento” puderam conhecer pessoas que fariam parte da próxima gestão municipal. A carta representou um compromisso assinado pelos gestores a fim de mobilizar recursos e políticas públicas para a causa das pessoas em situação e superação de rua, tais como instituir um novo censo, abrir mais Centros pop e entre outros.

Entretanto, nem todos os encontros eventuais possuem uma finalidade específica. Para os militantes, são os chamados de evento para “engoma”, produto de uma “pirangagem”. Após inaugurar a pousada social na Avenida Imperador, a fim de obrigar as pessoas em situação de rua a irem para o novo equipamento, diversos relatos deram conta de ações truculentas da

guarda municipal de Fortaleza e Polícia Militar para com as pessoas que pernoitavam na Praça do Ferreira. A situação foi alvo de denúncias, mas o ápice da “pirangagem” foi um evento organizado na Câmara Municipal de Fortaleza. Na ocasião de urgência, foram convidados vereadores, representantes do “movimento”, representantes do MPCE, da rede de proteção de pessoas em situação de rua, da Guarda Municipal e Polícia Militar.

No decorrer do encontro na Câmara, a denúncia da situação foi feita e dada a oportunidade aos órgãos de segurança pública darem sua versão. No seguir dos fatos, a Polícia Militar jogou a responsabilidade na Guarda Municipal, que jogou a responsabilidade na ausente Câmara dos Dirigentes e Lojistas (CDL). O ápice da “pirangagem” foi a tentativa de um dos vereadores de inverter a situação, supondo que os profissionais da segurança que estavam em extrema vulnerabilidade. Após terminado o evento, nenhum encaminhamento foi feito para um segundo encontro, nenhuma denúncia, nada, a “engoma” estava feita.

Vale lembrar que a classificação de “engoma” é dada pelos militantes ainda no evento, vez ou outra essa definição é dada verbalmente ou por vezes apenas via sua ausência repentina no encontro, a fim de mostrar sua insatisfação com a reunião decorativa, que não levaria a lugar nenhum.

Outros encontros também contaram com a participação do MNPR-CE, a exemplo do “25º Grito dos Excluídos”, em 2019, evento que aconteceu nas mediações da Praia do Futuro. Com o lema “Esse Sistema Não Vale”, diversos movimentos sociais se uniram em marcha. Quase nenhum espaço foi dado aos militantes das pessoas em situação e superação de rua. O encontro que contou com falas de lideranças de outros Movimentos Sociais, não teve espaço para falas de alguns dos representantes do MNPR no Ceará.

Fabiano era um dos mais insatisfeitos com o evento, engana-se se era por não ter acesso a um microfone ou até pelo sol quente, em plena manhã de domingo. O militante estava chateado por participar quase todos os anos de edições do Grito dos Excluídos, sempre na mesma situação de estar a margem da sociedade: “Eu quero ir é pro “Grito dos incluídos, que todo ano os excluídos gritam e não são incluídos, eu fico é com raiva, todo ano eu tô aqui e não sou incluído” dizia o militante.

4.3 O movimento e a Rede de proteção às pessoas em situação de rua em Fortaleza

Imagem 10 - Encontro na Casa do Povo da Rua – Fortaleza /CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2019)

Conseguir alianças faz parte do jogo político dos movimentos sociais. Nesta seção procuro fazer uma discussão específica da “rede de proteção a pessoas em situação de rua”. Para além de pensar no MNPR-CE, observo a importância das alianças para todas as lutas sociais. Um dos exemplos que inicio é o movimento indígena, que apesar de ser vítima de uma violência que dura mais de cinco séculos, possui grandes aliados. Segundo Viveiros de Castro (2016, p. 192): “[o]s índios precisam da ajuda dos brancos que se solidarizam com sua luta e que reconhecem neles o exemplo maior da luta perpétua entre os povos indígenas e o Estado nacional”.

Na história recente da América Latina, durante os anos 2000, assistimos outro exemplo no território boliviano, onde uma união entre camponeses e indígenas, onde pleitearam — e conseguiram — uma nova constituição, onde reconhecia a Bolívia como um Estado Plurinacional. Apesar dos conflitos em meio à Constituinte, o resultado foi “um texto no qual podem coexistir mundos políticos e imaginários sociais em princípio divergentes” (SCHAVELZON, 2014, p. 3). Contudo, a conquista do povo boliviano esbarrou em 2019 em uma flertada golpista com crueldade: prenderam autoridades, humilharam mulheres, queimaram casas de parentes do então presidente Evo Morales.

A movimentação covarde no país plurinacional obrigou o presidente renunciar, junto com seu vice, posteriormente, em 2020, graças a um novo rearranjo de alianças de povos tradicionais e trabalhadores, a aventura golpista em terras bolivianas teve fim com a eleição de Luis Arce, do MAS (Movimento ao Socialismo), mesmo partido do antigo presidente deposto,

a prisão dos articuladores do golpe na Bolívia mostrou ao mundo o fim do golpe no país latino-americano. Seja para o bem, ou para o mau, as alianças fazem parte do fazer político de toda e qualquer movimentação social.

As alianças também fazem parte do fazer político do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) desde sua criação até a sua dispersão nos estados da federação. No contexto da etnografia de Lemões da Silva (2017), as reuniões do MNPR-RS eram divulgadas por profissionais do município, realizadas no Sindicatos dos Municípios de Porto Alegre. Os encontros contavam com a presença tanto de coordenadores de albergues, psicólogos, acadêmicos e assistentes sociais, todos estes compõem o quadro de apoiadores do movimento. No contexto potiguar, Marília Melo de Oliveira (2015) observa a academia como um parceiro de força do MNPR-RN.

Os parceiros do movimento no Ceará fazem parte de uma rede de apoio muito bem articulada na capital cearense. Envolvendo alguns agentes do Estado, entidades religiosas a exemplo da Pastoral do povo da rua, sociedade civil com profissionais que se solidarizam com a causa. A representação da universidade é feita através do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM-UFC) e por grupos de estagiários de psicologia da Universidade de Fortaleza.

A rede quando unida às pessoas em situação de rua, são capazes de fazer grandes mudanças na “terra da luz”. Diferentemente de outras produções (COSTA, 2007), atento aqui a uma rede composta de pessoas e não uma Rede de aparelhos institucionais. Ocasionalmente, as pessoas eram vinculadas ou voluntárias nas casas de apoio, mas procuro me atentar nos sujeitos, que em grupo formam uma aliança importante para o coletivo no Ceará.

O curso da pesquisa, com a pandemia do novo Coronavírus, me fez abandonar uma ideia romântica de aliança. Visto que há de se pensar em como tais grupos, constantemente presentes, podem aumentar o repertório de ação do MNPR-CE, mas como também podem o limitar. Em outras palavras, podemos observar a ação de movimentos sociais com modelos de chave-fechadura, cada chave é um repertório de ação do grupo, que pode ou não abrir a fechadura, que são as políticas públicas e as reivindicações do movimento (JASPER, 2014).

Como veremos, a seguir, a Rede de grupos ou pessoas, às vezes é a responsável por trazer a chave ao grupo, com isso abre algumas fechaduras e vez ou outra ajuda em outras. Ela oferece repertórios de ação para o movimento. O grande problema é quando uma atitude amigável pode afetar de alguma forma a busca pela autonomia do grupo, que pode passar a se limitar a abrir fechaduras não com as chaves obtidas internamente pelo grupo, mas sim com as dadas pelas mãos de outros. Ainda num período de afirmação do MNPR em São Paulo, Costa

(2007) já relatava um aspecto do movimento: “[a] sua dificuldade de se estabilizar, num dado espaço de relações, em meio às controversas e instáveis ligações com as entidades e organizações que o apoiam” (COSTA, 2007, p. 138).

Não é diferente no Ceará, apesar de possuir mais de dez anos de atuação na capital cearense, a relação com alguns atores da rede ocasionalmente é responsável por limitar o repertório de ação própria dos militantes. Entretanto, como dito anteriormente, as alianças são importantes para todo e qualquer movimento social, mas muitas das vezes esta torna-se uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que existe a problemática da rede, existe a dependência para “movimento” destes atores, afinal este é composto por pessoas em vulnerabilidade, por isso, apesar dos riscos, as alianças são necessárias para reivindicações.

Por isso, existem as boas e as más alianças. Segundo os militantes, não tem como saber essa categoria antes da relação com o coletivo social. Em suma, as boas alianças são capazes de horizontalizar os repertórios de ação e mais do que tudo, elas devem propor a autonomia do grupo enquanto coletivo. Por outro lado, as más alianças são capazes de através de egocentrismos, gerar conflitos nada saudáveis entre entidades, pessoas, ativistas e entre outros agentes.

Suponho que a depender da situação, os resultados dos choques de individualidades podem ressoar diretamente na articulação do MNPR-CE, bem como para com a criação e proposição de novas políticas públicas para pessoas em situação e superação de rua. Entretanto, como dito, correr o risco com as alianças são necessários para somar forças em prol do grupo em extrema vulnerabilidade.

Dos parceiros do MNPR-CE, destaco alguns nesta seção, alguns vão além dos trabalhos assistencialistas de outros sujeitos, que também são importantes, mas a rede de pessoas que me refiro, segue uma discussão das políticas públicas, acompanhando e contribuindo com os militantes em reuniões e encontros com o Estado, a fim de garantir maior atenção para o fenômeno, na tentativa de flexibilizar este Estado para o grupo em extrema vulnerabilidade.

Uma das integrantes da Rede é a Giovana de Melo Araújo, procuradora estadual, segundo a integrante do MPCE, a demanda das pessoas em situação e superação de rua de início não era o foco de sua promotoria, que tratava especificamente apenas sobre conflitos fundiários, mas a alguns anos demandas foram chegando, violações de direitos ou negações destes, as narrativas tristes da realidade das ruas fizeram a procuradora se abraçar a causa na sua promotoria. Um dos direitos alcançados para o grupo em vulnerabilidade — com a contribuição da parceira do MNPR-CE e entre outros integrantes da Rede — foi a flexibilização do programa

locação social. O programa da capital cearense era um tanto restrito para seu público-alvo, antes apenas a pessoas que tinham seus imóveis desabrigados, por estarem em moradia de risco ou outros fatores.

Com a contribuição da procuradora e integrante da rede objetivando alargar o direito, de um modo que atingisse mais do que quem estivesse com sua casa em situação de risco, mas quem não tinha não tinha a moradia, apenas a situação de risco, no caso, as pessoas em situação de rua. De início, o programa de locação social começou tímido ante a grande problemática, mas a política pública do município avançou e chegou a abraçar mais de trezentas pessoas.

Um outro avanço para as pessoas em situação de rua foi a demanda fechada para pessoas em situação de rua para casas do programa “Minha casa, minha vida”. Segundo os critérios do programa, boa parte das pessoas em situação de rua não iriam ser abraçadas, com base de muita articulação e luta, uma parte de pessoas que estavam em situação de rua conseguiram acesso a um apartamento na capital cearense. Segundo os militantes, as conquistas foram importantes, mas que segundo Arlindo, geraram uma nova categoria de pessoas em superação de rua, com problemas novos como os citados acima.

Um dos integrantes da Rede, já citado acima, é Frei Naílson. Um dos militantes mais presentes nos espaços de debate a respeito de políticas públicas para pessoas em situação de rua. Durante as vivências de campo, ouvi diversas vezes do religioso que sua luta é a favor dos pobres, dos oprimidos, dos injustiçados diante de um sistema brutal, que propõe julgamento já com cartas marcadas, mata, enterra ou some com o cadáver. Segundo o católico, Jesus Cristo foi uma das vítimas históricas deste sistema inquisitório.

O religioso é um dos que compõem a rede, além de já ter sofrido violência junto com o povo de rua, este vendeu um automóvel que possuía chegou a construir um abrigo para vinte pessoas em situação de rua. A localização do Nosso Lar Francisco de Assis (IMAGEM 11) se dá no mesmo local que o religioso morava, este adaptou sua casa para receber vinte pessoas, ao mesmo tempo que divide o teto com eles, Frei Naílson sempre procura levar alguns para o espaço de debate que se faz presente.

Imagem 11 - Visita de militantes do MNPR ao Nosso Lar São Francisco de Assis – Fortaleza/CE



Fonte: Fonte: Diário de campo pessoal (2019).

A Rede de pessoas para a proteção de pessoas em situação de rua além de possuir Frei Naílson, também possui outros religiosos. Fernanda, já citada acima, é uma das coordenadoras da Pastoral do povo da rua em Fortaleza. O órgão católico é responsável pela Casa povo da rua, uma instituição, que com ajuda de voluntários, presta atendimento para pessoas em situação de rua. Os encontros acontecem em meio às tardes de segunda, quarta e sexta-feira, nas ocasiões sempre são proporcionados longos debates entre os presentes.

Os representantes do “movimento” também utilizam a casa como um ponto de encontro para contar as novidades e os “corres” a serem feitos tanto coletivamente como individualmente. Fernanda é uma das responsáveis de manter às pessoas em situação de rua informados e a casa do povo de rua, fora das instituições estatais, é um dos lugares onde há a maior circulação de informação a respeito de vivências e direitos de pessoas em situação de rua.

Como uma parte da rede, Lídia Valesca é a coordenadora da casa da sopa. Muitos trabalhos são desenvolvidos pela socióloga para as pessoas em situação de rua. A acadêmica relatou que suas pesquisas relacionadas a temática se deram ainda nos anos noventa até 2020 em Fortaleza. Já citado acima, os trabalhos acadêmicos foram importantes para além de suas titulações, foram importantes para o desenvolvimento pessoal da pesquisadora, que hoje atua na defesa do grupo em vulnerabilidade.

Outros nomes que atuam na defesa das pessoas em situação de rua, a exemplo de André Foca, ativista e arte-educador, um dos fundadores do Coletivo Arruaça. Um grupo que através da arte atua na proteção das pessoas em situação e superação de rua. O grupo liderado pelo ativista é responsável por uma série de intervenções artísticas nas ruas da capital cearense, seja de dança, teatro ou poesia, sempre fazendo uma leitura da difícil realidade das pessoas em situação e superação de rua em Fortaleza.

Juntamente com a Rede de pessoas, existem grupos e grupos, pessoas e pessoas na capital cearense. Alguns destes alinham as suas contribuições com a promoção pessoal, regozijando-se nas redes sociais com a extrema vulnerabilidade e pobreza do próximo para benefício próprio, barganhando seus trabalhos, mesmo que pífios, a fim de se promover e posteriormente desaparecer. Sujeitos que somem nos momentos mais sérios, só se fazendo presentes em momentos de premiações ou para tirar a voz do MNPR-CE, o que é mais sério.

Vale ressaltar que a aliança com os grupos de proteção a pessoas em situação de rua, possuiu maior importância em meados de 2020, em um período de quarentena mundial por conta da pandemia do novo Coronavírus. Em um momento delicado, onde praticamente todo comércio do centro da cidade estava fechado, muitos grupos se revelaram a prestar solidariedade para coletar, distribuir alimentos e itens de higiene no centro da cidade para o grupo em vulnerabilidade.

Durante uma campanha mundial para que toda população fique em casa em quarentena, as pessoas em situação de rua não tinham como se resguardar. Com o comércio na região central fechada, mais da metade das possibilidades de obtenção de alimentos foi cerceada, ou seja, a rede foi fundamental para a segurança alimentar destes, recolhendo doações e distribuindo pela cidade inteira.

Imagem 12 - Grupo Espírita Casa da Sopa distribuindo cestas básicas para pessoas em *situação e superação* de rua durante a pandemia - Fortaleza/CE



Fonte: Diário de campo pessoal (2020).

Outros grupos possuem o caráter propositivo de diálogo com a administração pública, o Fórum de rua de Fortaleza é atuante na capital cearense e há contato com as instituições do Estado. O grupo também é composto por pessoas que trabalham no município e na atual gestão estadual. Há a existência de um grupo de *WhatsApp* onde todos os membros do grupo trocam mensagens, também dialogam sobre novidades e outras questões que envolvem a temática. As reuniões do Fórum possuíam um caráter itinerante, ora aconteciam na arquidiocese, ora aconteciam em outros espaços.

A presença do MNPR-CE nas reuniões do fórum torna a discussão mais direcionada para o segmento em vulnerabilidade. Sempre com posicionamentos específicos sobre diversos temas, os militantes conseguem utilizar a parceria do grupo para fazer denúncias e efetivar direitos. Ainda em meio à pandemia do Coronavírus, o grupo, juntamente com o MPCE enviou diversos documentos de recomendações, direcionados tanto para a administração municipal de Fortaleza como para a administração estadual do Ceará.

A maior cobrança no decorrer da pandemia em Fortaleza era a realização de um plano de contingência, que fosse específico para as pessoas em situação de rua, em um momento delicado da história mundial, algumas regiões do mundo disponibilizaram quartos de hotéis

para pessoas em situação de rua²³, o documento apenas sugeria que incluísse o aumento de pessoas no aluguel social, a utilização de prédios ociosos da cidade, a segurança alimentar das pessoas e entre outras sugestões.

Com o passar das semanas da pandemia na cidade de Fortaleza, algumas medidas de segurança para as pessoas em situação de rua foram tomadas. Nos Centros pops e nas ruas da capital, grupos distribuíram máscara, alimentos e entre outros insumos.

Uma organização mais intensa foi realizada em âmbito nacional para a elaboração do plano direcionado para as populações vulneráveis, seja de comunidades carentes. O documento assinado por mais de 100 associações, dentre estas entidades científicas, coletivos, movimentos sociais e entre outros. Assinado por MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Levante Popular da Juventude, Observatório das metrópoles e outros mais, o documento possuía sugestões ao poder público, cobravam desde o governo federal até os municípios.

Das solicitações da carta unificada, circulada informalmente nas redes sociais, existia a criação de um programa chamado “Quarto de quarentena”, semelhante ao adotado por outras cidades como citado acima, garantindo uma habitação temporária para o grupo em situação de rua em quartos de hotéis da cidade, locais como clubes, escolas, imóveis ociosos e entre outros poderiam servir de abrigo. Vale ressaltar que pelo menos em Fortaleza, ou melhor, no Brasil inteiro, poucas, ou quase nenhuma das solicitações foram atendidas.

Também no decorrer da pandemia do novo Coronavírus, algumas campanhas virtuais foram iniciadas para alertar ao grupo que faz o isolamento social a céu aberto, algumas com parceria do MNPR-CE, sempre buscando expor a realidade difícil das pessoas em situação e superação durante um dos períodos mais difíceis da humanidade nos últimos cem anos. Uma delas chamada “Na rua não tem quarentena”, que produziu vídeos com as pessoas em extrema vulnerabilidade, atentando ao fenômeno e pedindo mais atenção para os governantes ao grupo em extrema pobreza.

A rede foi de suma importância para a sobrevivência das pessoas em situação de rua no decorrer da Pandemia de COVID-19, em meados de 2020 e 2021. A atuação imediata de vários grupos — inclusive novos que surgiram — eram direcionados principalmente a segurança alimentar do grupo. Pessoas que dependiam exclusivamente do comércio aberto para *manguear* e fazer seus “corres”, encontraram dificuldades em meio à pandemia, a partir disto, para além dos já existentes grupos como o Centro Espírita Casa da Sopa, Pastoral do povo da rua, Refeitório São Vicente de Paula, Coletivo Arruaça.

²³ BBC News. Coronavírus: quartos de hotéis são oferecidos para moradores de rua em Londres. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51991697>. Acesso em 01/04/2020.

4.4 O Movimento em ação

A atuação do movimento é uma das formas das quais os militantes transformam suas dores em lutas, em ação, estes podem transformar o eu em nós, através da construção e negociação de uma identidade coletiva (MELUCCI, 2001). A partir da experiência da vida em situação e superação de rua, estes são capazes de oferecer ao Estado a oportunidade de legibilidade do segmento. Simultaneamente, a participação social proporciona aos militantes a experiência de cidadania. O movimento em ação, é aquele que se diferencia de outras ações coletivas, afinal este é capaz de legitimar as ações de políticas públicas, ou agitar o Estado a fim de garanti-las.

Curiosamente, como diz Tiago Lemões (2019), o mesmo Estado que garante uma série de proteções, é o mesmo que perpetua ações violentas para com o grupo em extrema vulnerabilidade. Se por um lado, os governantes podem garantir a presença dos militantes nos comitês para discutir sobre políticas públicas, de outro há agressões por cima de agressões por parte de gestores com a máquina pública.

Há de fato uma assimetria relacionada a representação dos militantes para com as ações do Estado. Se o espaço ocupado pelo MNPR no Ceará são apenas os comitês de caráter propositivo, locais onde as sugestões podem não ser acatadas, ou quando aceitas podem demorar meses ou anos, afinal um comitê não é um conselho deliberativo, em contrapartida, as decisões sobre as violências para com o grupo são sentenças quase que instantâneas, que também unem forças do Estado. Se há uma máquina pública receptiva, aliada à causa, por outro lado há outra máquina estatal, esta perversa e muito mais interessada em estabelecer sua soberania. Suponho que os dois lados do Estado se reconheçam, afinal partem do mesmo e sempre incompleto Estado que sempre precisa ser criado (DAS & POOLE, 2008).

A organização do MNPR-CE parte de frentes de ação não somente contra o Estado, há a luta também contra outras organizações ou comerciantes que agridem as pessoas em situação de rua. A militância dos representantes do movimento no Ceará faz com que os integrantes do grupo renunciem a parte de seu tempo em prol de avanços para uma coletividade. Simultaneamente com a militância, os representantes têm que lutar para sua própria efetivação da superação de rua.

A dinâmica que o sistema exige regras específicas, parte das pessoas em situação de rua obedecem, mas os militantes não podem atender em sua plenitude. A primeira delas: o anonimato, que garante uma maior liberdade para se movimentar na cidade. Ao ser representante do MNPR na capital cearense, o indivíduo deve estar preparado para uma série

de ocasiões, desde praticar o exercício da escuta ouvindo as denúncias de violações de direitos até sofrer represálias por denúncias.

O caminho da militância é comparado à coroa de espinhos que foi colocada em Jesus durante seu martírio: um instrumento de tortura, um objeto que se leva junto ao corpo e que está ali precisamente para produzir sofrimento, mas que, por isso mesmo, é signo da injustiça. Neste sentido, a humildade está representada ali, bem como a capacidade de resistir pacificamente. (LACERDA, 2014, p. 107).

Simultaneamente a atuação em ação do “movimento” para coibir violências para com o grupo em situação de rua, existe a rede que os apoia, que em diversos momentos ecoam suas denúncias. Citei apenas alguns dos quais fizeram parte da minha vivência de campo, vale-se ressaltar também o caráter dinâmico das alianças do movimento social em Fortaleza. Assim como o movimento se mantém em movimento, suas alianças também possuem uma rotatividade de indivíduos, na sua capacidade de apoiar os militantes, pessoas e grupos aparecem e desaparecem, existem aqueles que estão a mais tempo na aliança. Todas se encontram no Fórum de Rua de Fortaleza ou em comitês de políticas públicas.

O movimento em ação se refere a um leque específico de repertórios do coletivo, desde o recrutamento e formação de novas lideranças até manifestações, onde os militantes são capazes de gravar vídeos denunciando, bem como acessar a imprensa ou usar a arte para efetuar suas queixas. Vale lembrar que grande parte da ação do MNPR no Ceará é em parceria com suas alianças. O que pode gerar a problemática das alianças já citado, mas que em momentos específicos pode contribuir para mudanças.

A atuação do coletivo em solo cearense, possui uma dupla responsabilidade: por um lado ao acessar o Estado, “fazendo barulhos” via conselhos, comitês e entre outros, os militantes dão a oportunidade de uma legibilidade sobre o universo das ruas para administração pública, a fim de dar legitimidade para as ações do poder público, por outro lado os representantes do movimento social precisam constantemente dar satisfações à população em situação e superação de rua em geral sobre sua atuação, bem como informá-los sobre políticas públicas além de tentar recrutar novos militantes. Alinhado a tudo isso, os representantes precisam seguir suas micropolíticas individuais, a fim de garantir sua resistência e sobrevivência, além de cobrar o comprometimento dos que junto as suas urgências, possuem compromissos quanto ao movimento social.

O coletivo tem a compreensão de que o nome do MNPR não é unanimidade entre as pessoas em situação de rua. Muitos rejeitam a bandeira do movimento social e passam a lembrá-los apenas em momentos de urgência. Suponho que *o sistema* da rua e o MNPR em

Fortaleza, apesar de serem construções das realidades das pessoas em situação de rua, são em certos momentos antagônicos, a recusa de uma identidade coletiva é uma das maiores queixas dos militantes.

Quando os representantes do MNPR em Fortaleza comparam sua ação com outros coletivos sociais, eles reconhecem que o que falta é união para a população em situação de rua em Fortaleza. Segundo os militantes, todos os movimentos sociais fortemente atuantes se reconhecem enquanto parte de um coletivo, enquanto para eles, as pessoas em situação de rua são desunidas, as marcas do abandono, desconfiança e as regras do sistema falam mais alto, reduzindo os militantes a um grupo de poucas pessoas, mas que unidas, procuram através de ações representar a coletividade, mesmo que para isso, precisem colocar a “coroa de espinhos” (LACERDA, 2014, p. 107).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagem 13 - Desfile do “Bloco do Papelão” homenageando o Seu Pirrita no Carnaval de Fortaleza de 2020 – Fortaleza /CE



Fonte: André Foca/ Coletivo Arruaça (2020).

*[...] Gente quer comer
 Gente que ser feliz
 Gente quer respirar ar pelo nariz
 [...] Gente é pra brilhar
 Não pra morrer de fome
 Gente deste planeta do céu
 De anil
 Gente, não entendo
 Gente nada nos viu
 Gente espelho de estrelas
 Reflexo do esplendor
 Se as estrelas são tantas
 Só mesmo o amor*

(Gente – Caetano Veloso)

O presente trabalho teve como principal objetivo dialogar com as pessoas em situação e superação de rua, sob a lente dos movimentos sociais. O MNPR-CE como um vetor de mudanças estruturantes para a realidade sofrida do grupo em extrema vulnerabilidade, que pernoita nas ruas de Fortaleza. Aliado à extrema pobreza, em 2020, a pandemia do novo Coronavírus criou uma nova realidade mundial. Com centenas de milhares de mortos no país, a pobreza no Brasil disparou, com isso veio a face um país já conhecido. A atuação política dos grupos menos favorecidos é essencial para a distribuição igualitária da renda. Portanto, nos momentos de crises, os movimentos sociais são a engrenagem que fazem as políticas e recursos públicos serem otimizados, a fim de atingir quem realmente precisa.

A mobilização de um movimento social, como já dito anteriormente, vai para além de um protesto ou de uma intervenção. Há a mobilização por novas interpretações para com os representados, todo o texto foi fruto de meses de aprendizado com os militantes, que mesmo com suas dificuldades diárias, sempre buscavam trazer novas abordagens para além do que já estava posto. Atentar ao fenômeno da superação de rua foi uma destas.

Em meio ao período de campo, a oportunidade de acompanhar os militantes em atuação enquanto movimento social, além de suas realidades difíceis, de pessoas em situação e superação de rua, ambos se encontravam com as mesmas dificuldades causadas por inação nas políticas públicas. A partir das falas dos representantes do MNPR no Ceará, suponho que a atuação do coletivo vai além destes almejarem a efetivação de direitos, a participação política serve para que os indivíduos tenham um rumo em suas vidas, às vezes o impulso que precisavam para superar a situação de rua e convidar mais indivíduos para este caminho. Os relatos condizem que sua “cabeça mudou quando conheceu e participou do movimento”, estes saem de uma visão utilitarista de mundo para uma ideia coletivista. Se antes o pensamento era apenas de subsistência, agora é de melhorias para seus “irmãozinhos de rua”.

Ao longo do texto procurei alinhar a teoria antropológica e minha vivência de campo, a fim de inserir esta pesquisa como mais um capítulo na Antropologia que estuda o fenômeno das pessoas em situação e superação de rua. Com as pessoas e o movimento procurei mostrar a trajetória dos militantes, o seu histórico enquanto pessoas que sobreviviam nas ruas, exigindo coragem, os indivíduos tinham “sangue nos olhos” muito antes do MNPR-CE, afinal o sistema da rua exigia.

Ler antes sobre o sistema da rua, através da etnografia de Jorge Holanda (2017), facilitou o exercício da escuta e diálogo com as pessoas em situação e superação de rua, bem outras etnografias para compreensão dos trajetos e outros aspectos deste segmento em vulnerabilidade. Assim, no segundo capítulo procurei fazer uma retomada de etnografias sobre

a temática, meu primeiro contato com o campo, como conheci os militantes e consegui acessar o movimento no Ceará. No terceiro capítulo trouxe um pouco da historiografia para o diálogo, um passado de pessoas excluídas na capital cearense, de retirantes, de pobres, de esfomeados e simultaneamente pessoas que também lutavam por sobrevivência, que ocuparam as ruas, resistiram e foram vítimas da ineficiência Estatal, uma inércia que se perpetuou até nos tempos de pandemia.

Como antagonistas da estagnação de políticas públicas, o MNPR luta por novas interpretações, por mais direitos e universalidade deles, flexibilizando o Estado para que as pessoas possam superar a situação de rua, tornando o Brasil menos desigual, a fim de garantir moradia e trabalho. No terceiro capítulo, apresento a célula cearense do movimento, que através de diversas estratégias, procura garantir avanços para o segmento em extrema vulnerabilidade e precisa de ações enérgicas.

Nomes como Arlindo Ferreira, Josivan, Serena e entre outros são alguns dos militantes que atuam na capital cearense, graças a eles, fui capaz de multiplicar através da escrita uma parte de seus esforços enquanto movimento social, bem como a realidade difícil das pessoas em situação e superação de rua. Também pude me aliar e somar junto a “Rede de proteção de pessoas em situação de rua”, um grupo heterogêneo reunido no Fórum de Rua de Fortaleza.

Constantemente acompanhando o coletivo, a Rede é de grande utilidade quando não há dissonâncias entre seus membros, quando conseguem mudar do discurso assistencialista para o de proposição de políticas públicas, mais do que tudo isso quando as pessoas conseguem superar a sua egolatria para pensar no próximo. Superando individualidades, estes podem somar forças com o MNPR na luta a favor das pessoas em situação e superação de rua. Ambos são capazes de dar legitimidade as ações do Estado além de fiscalizar as políticas públicas.

Neste trabalho procurei mostrar a atuação política das pessoas em situação de rua, como as pessoas e o movimento se relacionam, simultaneamente com o Estado no meio deste contato. Deparei-me com histórias de vidas de pessoas que se baseavam no antes e depois da militância. Segundo os representantes, a atuação no MNPR foi o rumo que os indivíduos procuravam. A vida de muitos destes se baseiam no antes e depois do movimento social, se antes passavam parte do seu tempo perambulando nas ruas do centro da cidade, o caminho da militância os fez criar um novo mundo de possibilidades, de superar a situação de rua e incentivar a todos que isso é possível.

Wagner Gonçalves declamava em seu poema “Estourou, Brasil!” (ANEXO B): “ninguém nasceu para viver nas ruas!”. De fato, uma verdade, naturalizar a pobreza é uma

forma de evitá-la a combater. Naturalizar e debochar de mortes é uma forma de perpetuar genocídios. Naturalizar e apoiar o negacionismo científico é trabalhar para o caos, ao mesmo tempo que seguir a ciência pela metade, é não a seguir.

Após o trabalho de campo, suponho que o Estado nunca terá eficiência em suas ações se pensar unicamente nas pessoas em situação de rua, sem considerar as pessoas em superação de rua. Arlindo Ferreira, representante do MNPR-CE, sempre me alertava que nunca deve existir “meia política” e sim uma “política inteira”. A meia política, a qual Arlindo se refere, é fruto de uma ineficiência e binarismos estatais, uma prática comum de governos míopes que ignoram a sociedade civil, movimentos sociais, Ongs, cientistas e entre outros para formular suas intervenções.

A atenção para com as pessoas em situação e superação de rua pensada para além de uma lógica binária é fundante para completar a chamada “política inteira”. Não há como se pensar em situação, sem compreender que compreender a superação faz parte desta grande etapa. Com o pensamento e políticas pensadas de forma binária, não conseguiremos nada além de uma triste administração de pobreza nos grandes centros urbanos do país. Seguir tal lógica é continuar ignorando histórias de vidas de pessoas com capacidade de superar tal condição, mas que sempre acabam voltando por falta de apoio de uma grande rede especializada, composta por políticas públicas, profissionais e uma rede de assistência eficiente.

A meia política, em qualquer aspecto da sociedade baseia-se em jogar os indivíduos a própria sorte em uma selva capitalista, seguindo a lógica da meritocracia que separa o indivíduo da sociedade, onde pode culpar os pobres pela sua derrocada.

Em meio à pandemia do novo Coronavírus, sob a luz da ciência vários avanços foram feitos, vacinas, remédios, a fim de lutar contra o inimigo invisível, que ceifou milhões de vidas no mundo todo. Contudo, a pobreza, miséria e desigualdade social se destacou, o que trouxe mais pessoas para a situação de rua. Sob o discurso de ouvir a ciência, as administrações municipais e estaduais conseguiram avanços no combate a disseminação do vírus. Porém, da mesma forma que a meia política é prejudicial para a vida dos indivíduos, a meia ciência também segue a mesma nocividade.

Se ouvir os cientistas foi um algo de extrema importância em meio à pandemia, em outras áreas a ciência sempre é deixada de lado. Seguir a meia ciência é insistir na meia política. No movimento simples de andar, não podemos apenas colocar um único pé a frente sem que o outro continue a dinâmica, se um pé segue a frente, o outro deve seguir o deslocamento e ir ainda mais a frente do movimento do anterior. A política pública pela metade nos faz colocar um pé a frente — temporariamente — para recuar em outro momento, sem o avanço do

seguinte, ou seja, não há deslocamento, apenas a estagnação. As pessoas em situação e superação de rua possuem outras fomes, saciá-las pela metade é não fazer.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos-Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 15, n. 1, 2014.

ALONSO, Angela *et al.* As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, n. 49-86, 2009.

ANTOS, Gersiney; PEREIRA, Maria Lucia Santos. Movimento nacional da população em situação de rua e políticas públicas: diálogos. *In*: RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (org.). **Diálogos sobre resistência: organização coletiva e a produção do conhecimento engajado**. Campinas: Pontes, 2017. p. 87-119.

ÁVILLA, H.; MOLINA, L. A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades. *In*: RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (org.). **Diálogos sobre resistência: organização coletiva e a produção do conhecimento engajado**. Campinas: Pontes, 2017. p. 59-86.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993.

BEVILAQUA, Ciméa; LEIRNER, Piero de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 105-140, 2000.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://bitly.com/Hk1U1>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRITO, Luciana. A fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. **Revista Estação Literária**, Londrina, v. 10, p. 111-125, 2013.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Antropologias periféricas versus antropologias centrais. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-36.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. *In*: CARDOSO, R (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Ruth. Sub-cultura: uma terminologia adequada? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-6, 1975.

CAVALCANTE, Raimundo. **Pirambu**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUNHA JR, Henrique; SANTOS, Marlene. População negra no Ceará e sua cultura. **Revista África e Africanidades**, [s. l.], ano 3, ed. 11, p. 1-10, 2010.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, p. 19-52, 2008.

DE OLIVEIRA ARAÚJO, Maria Neyara. **A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930**. João Pessoa: UFPB, 1988.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ESCOBAR, Arturo; ALVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina. Introdução: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*: A. ESCOBAR, E. DAGNINO, S. E. ALVARES (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2000. p. 15-57.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. *In*: BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-171.

ESTEVES DE CALAZANS, Márcia; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emilia. Corpos silenciados e os ecos de uma sociedade colonial. *In*: ESTEVES DE CALAZANS, Márcia; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emília (org.). **América Latina, volume 1: corpos, trânsitos e resistências**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. v. 1, p. 11-29.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

FASSIN, Didier. “Clandestins ou Exclux? Quand les mots font les politiques”. **Politix**, Austrália, 34, p. 77-86, 1996,

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...**”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do Séc. XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

FONSECA, Claudia. Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 2, p. 96-118, 2017.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Cartilha de políticas públicas para população em situação de rua de Fortaleza**. Fortaleza: PMF, 2018. Disponível em <https://bitly.com/8rKib>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UNICAMP, 2004.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Fome e Pandemia de COVID-19 no Brasil. **Tessituras**: revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 8, p. 34-40, 2020.

FREITAS, Urânia Flores C.; FEITOSA, Mairla. Políticas públicas e luta pela garantia de direitos da população em situação de rua no Distrito Federal. *In*: RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (org.). **Diálogos sobre resistência**: organização coletiva e a produção do conhecimento engajado. Campinas: Pontes, 2017. p. 119-153.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008

GOLDMAN, Marcio. Os tambores do antropólogo: antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe**: revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-11, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Editora Vozes Limitada, 2015.

HENRY, M.; WATT, R. Mahathey A. Ouellette J. Sitler A. **The 2019 annual homeless assessment report (AHAR) to congress**, [s. l.], 2019. Disponível em <https://files.hudexchange.info/resources/documents/2019-AHAR-Part-1.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

HOLANDA, Jorge Garcia de. **O sistema da rua em ação: uma etnografia com moradores de rua em Fortaleza (CE)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HOLANDA, Jorge Garcia de. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-44, 2019.

James M. Jasper. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KRENAK, Ailton. Potência do Sujeito Coletivo - Parte II. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2018.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.

LACERDA, P. Pesquisando em contextos de violência e de luta política: sofrimento, adesão e solidariedade. In: RICARD, S. R. C.; CARLOS, D. S. L.; COSTA, C. T. (orgs). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014. p. 91-113.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-Rede. Bahia: Edufba, 2012.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**: um estudo da estrutura social Kachin. São Paulo: Edusp, 2014.

LEMÕES DA SILVA, Tiago. A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, n. I, p. 189-216, 2019.

LEMÕES DA SILVA, Tiago. **De vidas infames a máquinas de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LEMÕES DA SILVA, Tiago. População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal, **Anais** [...]. Natal: UFCR, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/peZ673>. Acesso em: 15 maio 2017

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. *In: COMAS, Juan et al. Raça e ciência I.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

MACHADO, Érico Ribas. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR como origem dos (AS) Educadores - Educadoras Sociais Brasileiros (As). **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v.12 n. 30, p. 21-38, 2017.

MACIEL, Valney Rocha. **Os Herdeiros da Miséria: o cotidiano de mendicância no Centro de Fortaleza.** 2004. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNI, Claudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

MARQUES, Janote Pires, A INVISIBILIDADE DO NEGRO NA HISTÓRIA DO CEARÁ E OS DESAFIOS DA LEI 10.639/20031. **Revista Poésis**, Niterói, v. 7, ed 12, p. 347-366, 2013.

MARTINEZ, Mariana. **Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos.** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MELO DE OLIVEIRA, Marília. “**Acham que brotamos das fontes dessa cidade?**”: uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MELO, Tomás. “Da rua pra rua”: Novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). *In: FELTRAN, Gabriel; MARTINEZ, Mariana; RUI, Taniele (org.). Novas faces da vida nas ruas.* São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 45-66.

MELO, Tomás. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua.** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Cartilha para formação política “Conhecer para lutar”**. Curitiba: MNPR, 2010. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 4 out. 2017.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: Pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 2, p. 415-447, 2015.

NASCIMENTO, Milton; TISO, Wagner. **Coração de estudante**. [S. l: s. n.], 1983.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 93-122, 1995.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político. **Revista Trajetos (UFC)**, Fortaleza, v. 6, n.6, p. 113-138, 2005.

NOTÍCIAS do povo da rua. **O Trecheiro**, São Paulo, ano XV, n. 135, 2005.

OLIVEIRA, Dijaci D. Migração, redes e projetos: Os moradores de rua em Brasília. In: BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 172-193.

ORGAM das victimas da secca. **O Retirante**, Fortaleza, ano I, ed. 9, 1877.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam et al. (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília, DF: ABA: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

PEIRANO, Mariza. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006. v. 1, p. 25-50.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, v. 2, n. 1, p. 2-9, 2008.

PEIRANO, Mariza. O antropólogo como cidadão. **Dados**, v. 28, n. 1, p. 27-43, 1985.

PERLONGHER, Nestor. Territórios Marginais. **Papéis Avulsos**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 6-13, 1989.

PONTE, Sebastião Rogério. **A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle**. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007. (Uma nova história do Ceará, v. 2).

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, São Paulo, v. 2, n. 2, 1981.

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barboza da (org.). **Diálogos sobre resistência**: organização coletiva e produção de conhecimento engajado. Campinas: Pontes, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração do Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

RODRIGUES, Lídia Valesca Bomfim Pimentel. **Vidas nas ruas, corpos em percursos no cotidiano da cidade**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1997.

SCHAVELZON, Salvador. Cosmopolítica constituinte da complexidade na Bolívia: a Constituição “aberta” e o surgimento do Estado Plurinacional. **Interethnic@-Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, 2014.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 217-243, 2011.

SIMMEL, G.A. Metrôpole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio G. (org.), **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 11-25.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? *In*: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 231-240.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Niterói: Editora UFF, 2008.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**: revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 2-11. 2012.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELOSO, Caetano. Gente. Intérprete: Caetano Veloso. *In*: VELOSO, Caetano. **Bicho**. Rio de Janeiro: Philips, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da pátria. **ARACÊ–Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, 187-93, 2016.

WADE, P. **Raza y etnicidad en latinoamérica**. 1. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ANEXO A – CARTA DO MNPR-CE, LIDA POR JOSIVAN SILVA, NO EVENTO DO MPCE EM ALUSÃO AOS 10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Saudações do MNPR do Ceará a todos e a todas, cidadãos e cidadãs e autoridades presentes. O MNPR vem desde a sua criação, em 2005, atuando em defesa dos direitos sociais da população em situação de rua, como também realizando ações e informações sobre direitos humanos e cidadania e estamos hoje organizados em 18 estados da Federação. Nós do MNPR, reconhecemos que a legislação é a lei máxima suprema tal como a constituição, fundamentados neste princípio, persistimos na luta por dignidade, tendo como bandeiras e lutas emprego e moradias e demais políticas.

Sabemos que o ser humano, dotado de virtudes e composto de corpo, alma e espírito, constitui a origem de toda a criação, todas as religiões e filosofias veem no homem e na mulher a imagem do criador, acreditando nisso é que o MNPR-CE busca na constituição brasileira e na declaração universal de direitos humanos, a execução e concretização delas. Não queremos esmolas, mas a veracidade da lei escrita, e a garantia dos direitos para que possamos ter vida com cidadania, pois é inadmissível que em pleno século XIX, em épocas de tecnologias espaciais, existem pessoas adultas, idosas e até criança morando nas ruas e praças, dormindo sobre papelões, e tendo que pedir esmolas para comer. O MNPR luta para que cada pessoa em situação de rua possa ter seus direitos garantidos, como manda a lei, para superar a difícil condição, queremos o que a lei nos garante: Emprego, moradia, educação, saúde e segurança e todas as políticas para que venhamos a ter a consciência de fazer parte de uma nação verdadeiramente humana. Convidamos todos e todas para fazer parte da luta do MNPR e demais parceiros nesse momento que observamos desmontes de políticas públicas e direitos conquistados, chega de omissão, queremos habitação, como afirma a legislação.

Então faremos que esta guerra, nós já começamos ela, e nós temos respaldo para nos guiar, porque a própria a legislação nos dá a garantia. O que nós queremos não é algo utópico, não é algo inalcançável, é algo que já está previsto na lei, algo que já está carimbado, que já está escrito, então é por isso que nós lutamos, é por isso que nós pelejamos e nós sabemos que a nossa luta é justa e o MP e os demais órgão competentes sabem disso, pois a nossa animação e a nossa disponibilidade lutar, porque nós sabemos que essa luta é humana, que essa luta é sábia e é verdadeira, porque nós também somos humanos, em um mundo cada vez mais capitalista e competitivo como o nosso, vai ficar cada vez mais comum as pessoas virem para

a rua e então talvez eu não estarei na rua daqui a um ano, daqui a dois anos, mas o certo que outras pessoas virão e estas pessoas que virem precisarão de auxílio e de abrigos para superar essa condição precária.

Essas leis que nós buscamos, como tem o decreto 7053 (2009), que é só um decreto e tem prazo de validade. A luta do movimento é tornar do decreto, uma lei, para que quando as pessoas, por uma eventualidade, chegarem a essa condição venham a ter subsídios para superar, nós não lutamos por nós, mas pela geração dos que virão, como eu disse, num mundo capitalista e competitivo cada vez mais, isso é um fato que pode acontecer, hoje você pode sair com seu automóvel, sua casa mas o que garante que pode acontecer uma virada que você possa também parar nas ruas e praças de Fortaleza, e não é bom você chegar nas praça de Fortaleza e ter uma lei que lhe apoie? Né? Uma lei que lhe ajude a superar essa condição, é só isso que queremos, o reconhecimento que nós podemos e somos seres humanos e nosso sangue também é vermelho. Obrigado.

ANEXO B – ESTOUROU BRASIL! POEMA DE WAGNER GONÇALVES

Estourou!

Calma calma calma galera!

Estourou, mas não estourou pão, não estourou água, não estourou roupa, não estourou sopa e não estourou comida.

Estourou mesmo foi o nosso silêncio, exigindo estouro dos nossos direitos, pois para os desabrigados a realidade é crua.

E nas leis desta vida é certo que se incluía algo para nós que somos da população em situação de rua.

Pois como diz o velho ditado né quem espera, sempre alcança.

Ideia ridícula, que abrange desde o mais velho até a criança.

Fazendo os guardar em suas mentes um futuro de esperanças.

Mas é graças a uma bela ação, de uma bendita entidade chamada caridade, que na sua verdade e com a colaboração de almas de bondade, nos ajudam a enfrentar a realidade.

Porque gente nasceu foi para ser cuidada, para ter casa, para ter educação, para ter família, para ter alimentação e principalmente para ser amada.

Gente vai para ter escolas, não é para pedindo esmolas, dormir nas ruas deitada de papelões e se acabando nas drogas e você que é ser humano?

Você que se diz ser intelectual, faça uma reflexão:

Ninguém nasceu para viver nas ruas!

A gente não é lixo não!

Gente de toda cor, de toda raça, de toda idade, vinda de todo lugar, que chega lá na praça do Ferreira e em todo o local em busca dos seus direitos e da tal inclusão social.

Direitos? Inclusão? Pois deitado no banco da praça, eu acordo com o grito do meu irmão:

Estourou!!! Corre pra fila irmãozinho. Corre pra fila pivete.

“Ei, olha a fila viu! Olha a fila hein! Lá pra trás coroa! Lá pra trás coroa! Vamos respeitar os irmãozinhos se não vai ser pau no gato viu?”

“Calma, calma, calma não precisa empurrar porque aqui tem comida para todo mundo irmãos!”

A gente corre para nascer, a gente vive a correr, só não vale mesmo é correr para morrer meu irmão.

Sabemos que essa vida tem seus ideais, um tantinho diferente do conceito sociais.

Porém tem sua graça, e é isso que me satisfaz.

Satisfação? Eu satisfeito? Eu não, você aí está satisfeito?

Eu fico satisfeito quando eu recebo os meus direitos.

Eu fico satisfeito quando eu não sofro preconceito, mas acima de tudo e eu fico satisfeito quando alguém da sociedade desce do pedestal.

Olha no meu olho.

E me diz somos iguais.

Patrulheiro, você é que está ouvindo está com medo?

A gente só tem medo daquilo que não entende.

A gente só tem medo daquilo que não conhece

Eu sou gente, nós somos gente e gente é pra ter teto, não é pra ser feita de objeto.

Gente é para ter os seus direitos e receber sim dessa sociedade hipócrita o digno respeito.

Ei, meu amigo, ei meu irmão acorda!

Chegou a tua hora, chegou a nossa hora, vamos mudar essa história, vamos fazer uma nova história.

Oh Brasil, pátria amada nossa, enquanto ainda dá tempo, cuida dos teus filhos agora.